

1. Enquadramento

1.1. Âmbito e Objetivos

Nos dias de hoje, encontramos-nos perante um período de fortes migrações, sendo que as migrações internacionais acabam por ser um fator importante para a globalização. Estas migrações têm diversos impactos, muitos deles positivos, uma vez que focam a diversidade cultural das sociedades, o aprofundamento das relações entre países, o empreendedorismo e a inovação, a abertura dos mercados, entre outros.

Em Portugal, os fluxos migratórios têm apresentado uma variabilidade ao longo dos anos. Contudo, no que diz respeito aos fluxos migratórios de entrada, estes foram mais significativos entre 2000 e 2010, o que provocou um aumento da população estrangeira residente. Já os fluxos migratórios de saída permaneceram constantes desde o início da década. A partir de 2010, o saldo migratório em Portugal não conseguiu compensar os valores negativos do saldo natural. Nesse sentido e devido à diminuição do índice de fecundidade e do aumento da esperança média de vida, houve um aumento do envelhecimento demográfico. Face a esta situação, as políticas públicas tiveram de articular a imigração e emigração, para que se consiga um desenvolvimento de respostas adequado aos desafios que se apresentam.

O défice demográfico é considerado uma emergência social, económica e política. Deparamo-nos com um continuado aumento da esperança média de vida, uma redução da mortalidade infantil, aumento da emigração, o declínio da fecundidade e o consequente envelhecimento da população. Apesar do decréscimo, a população estrangeira residente contribui positivamente para a demografia portuguesa, o que revela a importância destas populações para Portugal, pois sem elas corremos o risco de agravar o problema demográfico.

Há cada vez mais, uma expansão da diversidade, das qualificações e uma maior abertura ao mundo, o que faz com que haja o desenvolvimento de uma política de acolhimento por parte dos/as portugueses em geral. Também a valorização cultural e religiosa é considerada um meio para um maior enriquecimento enquanto sociedade. Portugal, a este nível, tem tido resultados bastante positivos, com baixos índices de discriminação, facilitação de acesso à educação ou à mobilidade laboral.

Estas novas políticas, que visam uma maior integração na sociedade, fazem com que os/as imigrantes e os/as seus/suas descendentes tenham nacionalidade portuguesa (através do processo de naturalização), fazendo então aumentar o número de população portuguesa. Os últimos Censos de 2011 apontam para que 92.700 cidadãos/ãs tenham, pelo menos, um/a progenitor/a de nacionalidade estrangeira. Torna-se então importante dar continuidade à promoção da inclusão de crianças e jovens, provenientes de classes e contextos económicos mais vulneráveis, assim como reforçar as medidas de promoção e inclusão dos/as novos/as portugueses/as que acederam à nacionalidade portuguesa, através de ações na educação, formação profissional, transição para o mercado de trabalho ou através de empreendedorismo ou capacitação.

Por outro lado, o investimento nas políticas migratórias é um instrumento de modernização e de competitividade que exige organização e proatividade. Neste seguimento, é importante valorizar esta população, uma vez que se podem prevenir possíveis carências e contribuir para o desenvolvimento do país, pois estas pessoas trazem consigo competências que, dadas as condições necessárias, poderão ser geradoras de riqueza e criadoras de emprego nacional, o que irá favorecer toda a população em geral.

Também o apoio ao regresso e à reintegração dos/as emigrantes portugueses é uma medida importante, tornando-se fundamental identificar e mapear a nova dispersão portuguesa, para que, posteriormente, se possa incentivar e apoiar o regresso de emigrantes que queiram voltar. Estas políticas permitem atingir alguns objetivos considerados importantes, como equilibrar o saldo migratório, através da reentrada de pessoas; facilitar o processo de reintegração; enriquecer o país através da captação de emigrantes cujas habilitações académicas constituam uma mais-valia para o país; criar incentivos e condições para o regresso de cidadãos/ãs emigrados/as.

As necessidades atuais prendem-se então com medidas e ações que promovam uma integração pessoal, social, profissional e cívica, de modo a garantir um acesso de direito a uma cidadania comum.

Face ao exposto, salienta-se que o desenvolvimento de um plano estratégico na área das migrações deve assentar em cinco eixos políticos prioritários: políticas de integração de imigrantes; políticas de promoção da inclusão dos/as novos/as portugueses/as; políticas de coordenação dos fluxos migratórios; políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade

dos serviços migratórios; e políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos/as cidadãos/ãs emigrantes.

É no âmbito do Eixo 1 (Políticas de Integração de Migrantes) do Plano Estratégico para as Migrações (PEM) que surge o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes do Município de Alcanena.

O **Plano Municipal para a Integração de Imigrantes** foi concebido na sequência de uma candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Alcanena à Ação 4 do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT), submetida a 30 de Setembro de 2014 e cuja notificação de decisão de aprovação do pedido de financiamento data de 9 de Janeiro de 2015.

O projeto possui como objetivo principal a valorização da interculturalidade e da integração de imigrantes, essencialmente Nacionais de Países Terceiros (NPT's), através da elaboração de um diagnóstico, sessões de sensibilização e atividades de promoção da interculturalidade, assim como atividades de promoção de competências específicas junto da população imigrante (NPT's). Tendo como principal público-alvo a população imigrante (NPT's) do concelho de Alcanena, assim como a que interage com o território, pretende-se contribuir para uma maior inclusão e integração desta população, fomentando as suas competências, nomeadamente a empregabilidade e promover as relações interculturais no concelho através de um leque variado de atividades sobre este tema.

De uma forma mais específica, pretende-se compreender as necessidades reais desta população, de modo a estabelecer mais e melhores respostas; valorizar a interculturalidade, ou seja, o reforço das competências que permitem uma melhor comunicação entre indivíduos de culturas diferentes, sobretudo nas escolas, mas também noutros domínios do espaço público; promover a integração como um processo para aceder à cidadania plena, o que significa garantir igualdade de oportunidades para nacionais e estrangeiros/as, assegurando a estes/as últimos/as um acesso efetivo aos direitos sociais, políticos e económicos, sendo igualmente um processo dinâmico e complexo, que envolve mudanças nos/as imigrantes, nos/as autóctones e nas próprias sociedades de origem e destino.

Considerando que se encontra em funcionamento o Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) do Município de Alcanena desde 30 de Abril de 2013, que pretende ir ao encontro das necessidades da população imigrante do concelho e Médio-Tejo, pareceu-nos

bastante pertinente a constituição de um projeto desta envergadura, no sentido de realizar um estudo estruturado e aprofundado sobre a situação das pessoas imigrantes (NPT's), visando a promoção de boas práticas no que concerne ao acolhimento e integração de imigrantes, assim como promoção da interculturalidade, podendo o referido estudo ser uma valiosa contribuição para a definição e melhoria de políticas locais e nacionais de integração. Existe ainda o conhecimento da existência de população imigrante no concelho de Alcanena que habitualmente não convive com cidadãos/ãs nacionais, o que dificulta a sua integração. Por outro lado, existe também falta de informação e formação adequada por parte desta população no que diz respeito aos seus direitos, deveres, acessos aos diversos serviços e competências de empregabilidade. O projeto possui um papel importante nestas questões, assim como na sensibilização dos/as cidadãos/ãs nacionais que trabalham e convivem com população imigrante.

O **Plano Municipal para a Integração de Imigrantes** pretendeu mobilizar os diversos parceiros territoriais, nomeadamente do Conselho Local de Ação Social (CLAS): Instituições Particulares de Solidariedade Social, Instituto do Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Torres Novas, Agrupamento de Escolas, Segurança Social, Forças de Segurança, Juntas de Freguesia, Saúde, Sindicatos, Associações assim como as Empresas do concelho e outras entidades da região, para aquisição de informação mais detalhada acerca da população imigrante nas mais diversas áreas assim como para o posterior desenvolvimento conjunto de atividades de integração e interculturalidade. Realça-se que a AIJIL – Associação de Apoio Integrado a Jovens e Idosos de Louriceira, a ARPICA – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcanena, a Junta de Freguesia de Monsanto e a União de Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro assumiram uma parceria formal com a Câmara Municipal, na altura da candidatura ao projeto.

A primeira das reuniões teve lugar no dia 26 de Fevereiro, pelas 10h00. Foi uma reunião promovida pelo Alto Comissariado para as Migrações, em que se apelou à presença das entidades locais, a quem o Projeto já teria sido apresentado via correio eletrónico, tendo estado presentes alguns elementos de IPSS's, Segurança Social e Saúde. O ACM apelou à necessidade do presente Plano ser construído de forma participativa, entre todos os atores locais. Posteriormente, na reunião do Conselho Local de Ação Social que aconteceu a 11 de Março, foi mais uma vez apresentado o Projeto e a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal apelou à participação de todos/as na elaboração do mesmo.

A 27 de Março realizou-se uma reunião de trabalho/fórum de discussão acerca do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes, a primeira reunião formal da Plataforma de Monitorização do Plano, em que foram convidadas todas as entidades do Conselho Local de Ação Social, tendo participado a ARPICA/CC5B (Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Concelho de Alcanena), a APAL (Associação de Pais de Alcanena), a AIJIL (Associação Integrada de Apoio a Jovens e Idosos de Louriceira), o CBES (Centro de Bem Estar Social) de Alcanena, a Junta de Freguesia de Bugalhos, a Cáritas Interparoquial de Alcanena e o Agrupamento de Escolas de Alcanena e em que se discutiram as necessidades e problemas identificados nas diversas áreas. No mesmo dia, realizou-se uma outra reunião de trabalho/fórum de discussão com algumas pessoas imigrantes (Ucrânia, Brasil, Moldávia, Cabo Verde e Angola) que também integram a Plataforma de Monitorização. Sendo as primeiras reuniões, optou-se por realizá-las em separado, para possibilitar a intervenção aprofundada de todos/as, preconizando-se que as reuniões posteriores da Plataforma de Monitorização aconteçam em conjunto, com entidades locais, pessoas imigrantes e demais pessoas interessadas.

Adicionalmente, foi desde o início solicitado, através das redes sociais, que toda a comunidade efetuasse sugestões e contributos ao Plano, sendo o primeiro *draft* do Plano colocado *online* no *site* da Câmara Municipal para apreciação pela comunidade.

Além do envolvimento dos agentes locais, o projeto preconiza o envolvimento dos decisores políticos, através da apresentação do Plano em reunião de Câmara Municipal e Assembleia Municipal, de forma a permitir ao Executivo Municipal e aos/às deputados/as da Assembleia Municipal sugerirem e/ou discutirem medidas.

1.2. Estrutura

O diagnóstico local foi estruturado de acordo com as áreas contempladas no plano de ação, tomando em consideração os panoramas nacional, regional e local, seguindo uma lógica de partida do geral para o específico, comparando dados e dinâmicas, no sentido de uma análise cuidada dos problemas e necessidades específicas da população imigrante (NPT's) do concelho de Alcanena.

No que concerne ao Plano, este foi concebido tendo em consideração as dimensões estratégica e operacional e encontra-se dividido nas seguintes áreas:

- Mercado de Trabalho e Empreendedorismo
- Serviços de Acolhimento e Integração
- Urbanismo e Habitação
- Educação e Língua
- Capacitação e Formação
- Cultura
- Saúde
- Solidariedade e Resposta Social
- Cidadania e Participação Cívica
- *Media* e Sensibilização da Opinião Pública
- Racismo e Discriminação
- Relações Internacionais
- Religião

1.3. Metodologia de Trabalho

Iniciou-se por recolher e/ou tratar os dados já existentes, nomeadamente dados estatísticos de fontes oficiais e dos serviços prestados pela Divisão de Desenvolvimento Humano e Social, nomeadamente Ação Social (incluindo CLAI), assim como pela análise do Diagnóstico da População Imigrante do Concelho de Alcanena, estudo realizado no âmbito dos Projetos de Ocupação de Tempos Livres do Instituto Português do Desporto e Juventude “Ser Imigrante – Conhecer (melhor) a população imigrante do Concelho de Alcanena”, “Nos Trilhos da Imigração” e “Amigrante – Histórias de Imigrantes”, que decorreram entre Julho e Setembro de 2014.

Concomitantemente, de forma a obter um conhecimento mais aprofundado da população imigrante a diversos níveis, optou-se por aplicar inquéritos por questionário a imigrantes (NPT's) e diversas entidades da comunidade, assim como realizar reuniões com elementos-chave da população imigrante e fóruns de discussão.

No que respeita aos inquéritos por questionário, estes foram aplicados de acordo com a tabela seguinte:

Tema / Assunto	Entidades	Total de Questionários
<i>Educação</i>	Agrupamento de Escolas	1
<i>Emprego e Formação</i>	IEFP (Centro Emprego Torres Novas)	1
<i>Emprego e Empreendedorismo</i>	Nersant (Associação Empresarial da Região de Santarém)	1
<i>Solidariedade e Resposta Social</i>	Instituições Particulares de Solidariedade Social Segurança Social (Alcanena)	8
<i>Saúde</i>	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Alcanena	1
<i>Urbanismo e Habitação</i>	Segurança Social	1
<i>Contacto c/Estrangeiros/as e Imigrantes</i>	Empresas	5
	Outras Entidades do Conselho Local de Ação Social (CLAS)	23
<i>Acesso a Serviços, Cultura e Religião</i>	Imigrantes utentes do Gabinete de Inserção Profissional e/ou CLAI	14
	TOTAL	55

Dos 55 questionários, foram respondidos cerca de 36.

No dia 27 de Março, conforme referido anteriormente, pelas 10h00, com a duração de 2 horas, foi realizada uma reunião com as entidades locais – Plataforma de Monitorização – em que foi dado a conhecer o trabalho já elaborado no âmbito do Diagnóstico. As 7 entidades participantes foram divididas em 2 grupos, dando as suas sugestões e reflexões acerca do trabalho escrito. Posteriormente foram desafiadas a identificar os principais problemas e necessidades por área e a priorizar esses mesmos problemas e necessidades de acordo com a escala “pouco prioritário”, “prioritário” e “muito prioritário”, cujos resultados serão referidos na parte final do diagnóstico. Por fim, foram propostas medidas que colmatassem as referidas necessidades.

As entidades e população imigrante foram e continuarão a ser continuamente auscultadas, de forma a perseverar no processo participativo que se preconiza para o Plano.

As análises aos dados disponíveis e aos dados recolhidos foram efetuadas tanto ao nível estatístico como ao nível de conteúdo, tentando obter um diagnóstico mais preciso. Conforme refere o Relatório Estatístico Decenal - Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal (ACM, 2014) deve reconhecer-se a importância de recorrer a dados administrativos para além dos indicadores recolhidos apenas para fins estatísticos, mobilizando de forma integrada várias naturezas de dados.

1.4. Estratégia de Participação dos Destinatários/as

De forma a envolver os/as reais destinatários/as do PMII, iniciou-se por elaborar um cartaz de divulgação do Plano em diversas línguas (Chinês, Francês, Inglês, Português, Romeno, Russo e Ucrainiano), para informar a população imigrante da existência do mesmo. O cartaz foi enviado às várias entidades do Conselho Local de Ação Social e distribuído por diversos locais públicos.

Plano Municipal para a Integração e Interculturalidade

**É imigrante?
Reside no Concelho de Alcanena?
Queremos ouvir as suas opiniões e ideias!**

**Are you immigrant?
Do you live in Alcanena's county?
We want to hear your opinions and ideas!**

**Étes vous un immigrant?
Résidé vous dans la municipalité de Alcanena?
Nous voulons entendre vos opinions et vos idées!**

**ești un imigrant?
Se află în municipiul Alcanena?
Vrem să auzim opiniile și ideile tale!**

**Вашимігрант?
Заселився в муніципалітеті Алканена?
Ми хотім услышаті ваші мненія і ідеї!**

**С'її vous plait contactez-nous
Va rugam sa ne contactati
请与我们联系
Dirija-se a nós
Будь ласка, зв'яжіться з нами
Please contact us
пожалуйста, свяжітесь с нами**

**CLAI
CENTRO LOCAL DE APOIO À
INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES**
Rua da Cova n.º 6
2380-051 Alcanena
249 890 026 / 249 891 277
socialcma@gmail.com

Plano Municipal para a Integração e Interculturalidade
Ação 4 - Planos Municipais para a Integração de Imigrantes

Figura 1 – Cartaz do PMII

Realizaram-se contactos e reuniões com elementos-chave da população imigrante, de forma a permitir uma maior aproximação e comunicação com a comunidade imigrante. A mobilização destes elementos-chave consubstanciou-se numa reunião de discussão que aconteceu no dia 27 de Março pelas 15h30 horas, com a duração de 2h30, e que contou com a presença de nacionais da Angola, Moldávia, Ucrânia, Brasil e Cabo Verde. À semelhança do que aconteceu na reunião com as entidades, foram analisadas todas as áreas do diagnóstico e dadas sugestões e reflexões por parte das pessoas imigrantes, confirmando alguns dos problemas já identificados e identificando outros problemas e necessidades.



Figura 2 – Reunião com imigrantes NPT's

As pessoas imigrantes foram igualmente desafiadas a identificar os principais problemas e necessidades por área e a priorizar esses mesmos problemas e necessidades de acordo com a escala “pouco prioritário”, “prioritário” e “muito prioritário”, cujos resultados serão igualmente referidos na parte final do diagnóstico. Por fim, foram propostas medidas que colmassem as referidas necessidades. Devido à falta de disponibilidade para comparecer na reunião dos/as nacionais oriundos/as de China, Guiné-Bissau, Moçambique e Brasil, foram promovidos encontros com estes/as. Os resultados destes contactos encontram-se expressos nas diversas áreas do Diagnóstico e refletem-se no Plano de Ação.

1.5. Processo de Aprovação

A Informação dos Serviços de Psicologia n.º 02/2015 de 13 de Janeiro foi presente à Reunião de Câmara de 19 de Janeiro, de forma a dar conhecimento do Plano Municipal para a Integração de Imigrantes.

Após elaboração do Plano, este foi submetido à aprovação da **Plataforma de Monitorização** do Plano (*“Fórum para a Integração e Interculturalidade”*), constituída por um/a representante de cada nacionalidade, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Guiné-Bissau, Moçambique, Moldávia, Ucrânia, por representantes das instituições parceiras, designadamente APAL – Associação de Pais de Alcanena, ARPICA/CC5B, AIJIL, CBES de Alcanena, Junta de Freguesia de Bugalhos, Junta de Freguesia de Monsanto, Cáritas Interparoquial de Alcanena, Agrupamento de Escolas de Alcanena e Unidade de Cuidados na Comunidade “Olhos de Água”

e pela equipa da Ação Social da DHHS¹/CLAIL, principal responsável pela elaboração do diagnóstico e implementação do Plano. As entidades e singulares aderiram formalmente à Plataforma através do preenchimento de uma Declaração de Adesão, comprometendo-se a respeitar o Modelo de Funcionamento do Fórum (ambos os documentos encontram-se nos Anexos do Plano).

Seguidamente, o Plano foi apresentado à Sr.^a Presidente de Câmara, para a devida apreciação, eventuais correções e considerações e aprovação, através da Informação dos Serviços de Psicologia n.º 14/2015 de 7 de Abril, tendo sido obtido despacho a 14 de Abril de 2015, que referia: “*Concordo. Enviar o documento*”.

Posteriormente foi dado a conhecer em Reunião de Câmara Municipal, de Assembleia Municipal e do Conselho Local de Ação Social.

¹ Divisão de Desenvolvimento Humano e Social

2. Diagnóstico Local

2.1. As Migrações

2.1.1. Em Portugal

Portugal sempre foi conhecido como um país de emigração, constatando-se que são poucos os estudos específicos relativos à imigração em Portugal, até aos anos 90. Somente a partir desta data as questões da imigração adquiriram relevância política e visibilidade social, fazendo parte das preocupações sociais, jurídico-institucionais e académicas. Os anos mais importantes neste começo analítico da imigração são os anos de 1991 e 1992. Em 1991 é publicado o estudo organizado

por Maria do Céu Esteves (“Portugal, país de imigração”), correspondendo este ao primeiro trabalho de síntese sobre a imigração em Portugal. A partir da década de 90 multiplicam-se os estudos relativos à imigração e comunidades imigrantes em Portugal. (Sousa, 2005: 3). Foram ainda criados órgãos governamentais específicos para lidar com os assuntos relativos à imigração e, além disso, publicou-se nova legislação.

Ao nível da imigração, a primeira vaga ocorreu nos anos 60, quando trabalhadores cabo-verdianos vieram substituir a mão-de-obra portuguesa. Por seu turno, a segunda etapa de fixação de minorias étnicas em Portugal ocorreu com o 25 de Abril de 1974, decorrente do processo de descolonização, sendo que poder-se-á afirmar que uma outra vaga ocorreu nos anos 80 e foi constituída maioritariamente por mão-de-obra não qualificada oriunda dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). A vaga seguinte deu-se a partir de meados da década de 90, em resultado dos acordos de Schengen, sendo constituída principalmente por imigrantes oriundos do Brasil e dos países do leste da Europa, mais concretamente das ex-repúblicas socialistas (Sousa, 2005: 4).

Apesar da imigração portuguesa depender de casos específicos como os expostos anteriormente, a verdade é que deve ser analisada segundo um contexto mais vasto e específico que corresponde a um processo de crescimento económico e de transição social, demográfica e



Figura 3 – Mapa de Portugal

política, que se verifica de forma acentuada a partir dos anos 70, com diversos motivos que contribuem para o crescimento da imigração, como por exemplo fatores de repulsão associados aos países emissores de imigrantes; conflitos político-militares; sistemas de repressão existentes em diversos países; globalização dos movimentos migratórios internacionais; expansão dos transportes; expansão das comunicações; aumento demográfico, etc. (Sousa, 2005: 5).

Alguns dos fatores que podem contribuir para o estabelecimento de população imigrante em Portugal poderão estar baseados na “identidade da língua” e na “afinidade cultural”. Outro aspeto a realçar é que, com as alterações dos espaços políticos, nomeadamente na Europa, verifica-se uma maior liberalização na entrada das pessoas nos países recetores, sobretudo de mão-de-obra. Um dos acordos que facilitou a entrada de imigrantes na Europa e, nomeadamente, em Portugal, foi o acordo Schengen.

Todos estes fatores articulados entre si, vão contribuir para que o processo de imigração se intensifique e estas causas, ao contribuírem para a facilitação da imigração, vão ter algumas consequências na recomposição da população portuguesa, uma vez que os/as imigrantes passam a fazer parte do quotidiano dos/as portugueses/as.

2.1.2. No Concelho de Alcanena

O Município de Alcanena pertence ao Distrito de Santarém, região Centro, sub-região do Médio Tejo e tem cerca de 13.738 habitantes. O concelho divide-se em 5 freguesias e 2 uniões de freguesias: freguesias de Bugalhos, Minde, Moitas Venda, Monsanto, Serra de Santo António e União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira e União das Freguesias de Louriceira, Malhou e Espinheiro. Localiza-se na zona de transição entre o Maciço Calcário Estremenho e a Bacia Terciária do Tejo, estendendo-se por uma área de 127, 3 Km². De realçar que aqui se encaixa a Bacia Hidrográfica do Rio Alviela, a mais importante nascente cársica do país. É limitado a nordeste pelo município de Ourém, a este por Torres Novas, a sul e sudoeste por Santarém e a noroeste por Porto de Mós. Foi criado a 8 de Maio de 1914 por desanexação de freguesias de Santarém e Torres Novas.



Figura 4 – Localidades do Concelho de Alcanena

O concelho de Alcanena sempre foi um território caracterizado pela atividade industrial de curtumes, que é a sua principal base económica, logo seguida da indústria têxtil, com raízes históricas na freguesia de Minde. Segundo historiadores, a origem da vila de Alcanena remonta à ocupação árabe da Península, tendo-se desenvolvido sobretudo no século XIX com a indústria de curtumes. No artesanato, são relevantes os produtos em pele, as mantas e almofadas de retalhos, as mantas de Minde, os bonecos de trapos e variados trabalhos em bunho.

Na generalidade, atualmente a população imigrante no concelho de Alcanena encontra-se integrada ao nível escolar, laboral, social, etc. A vinda de imigrantes para o concelho de Alcanena deveu-se essencialmente ao facto de conseguirem trabalho no tecido industrial do concelho, nomeadamente no setor dos curtumes e têxteis.

As comunidades oriundas dos países da **Europa de Leste** parecem ser constituídas tanto por agregados familiares nucleares sem filhos/as como por agregados familiares nucleares com filhos/as, muitos/as deles/as já nascidos em Portugal.

Por seu turno, as comunidades oriundas de **países africanos** são as mais antigas no concelho, formando-se essencialmente, à semelhança do que aconteceu na generalidade do país, a partir da década de 70, com o fim da guerra colonial e com a revolução de 25 de Abril. As gerações mais jovens já nasceram em Portugal/Alcanena, sendo a tipologia dos agregados familiares destas comunidades sobretudo famílias nucleares com filhos/as e famílias alargadas, que englobam familiares com outro grau de parentesco para além de pais e filhos/as.

A comunidade que mais recentemente se constitui no concelho foi a **chinesa**. Esta comunidade encontra-se ligada ao comércio, trabalhando por conta própria ou por conta de outrem, mas sempre dentro da própria comunidade.

A realçar ainda a vinda de pessoas estrangeiras – homens - para clubes de futebol concelhios, nomeadamente **Brasil, Cabo Verde, Camarões, Coreia do Sul**, etc., em que alguns deles acabam por fixar residência no concelho.

2.2. Dados Gerais sobre a População Imigrante

2.2.1. Nacionais

De acordo com o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (R.I.F.A.) de 2013, poder-se-á afirmar que a dinâmica evolutiva da população estrangeira em Portugal evidencia uma consolidação da tendência decrescente do número de estrangeiros/as residentes em Portugal, totalizando 401.320 cidadãos/ãs (diminuição de 3,8%), bem como do número de novos títulos emitidos, num total de 33.246 (decréscimo de 13,7%), números a que não são alheios o impacto da receção de 30.130 pedidos, no âmbito da atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa (+1,4%) assim como a receção de 1.116 candidaturas, no âmbito do regime especial de autorização de residência para atividade de investimento (ARI/Golden Visa).

Existe uma tendência para a redução da representatividade da população estrangeira oriunda de países de língua oficial portuguesa, representando cerca de 41,9%, sobretudo quando falamos das nacionalidades brasileira (23,0%), cabo-verdiana (10,6%) e angolana (5,0%).

A nacionalidade brasileira, com um total de 92.120 cidadãos/ãs, mantém-se como a principal comunidade estrangeira residente. A diminuição do número de residentes desta nacionalidade (-13.502) representa cerca de 85,9% do decréscimo total de estrangeiros residentes em Portugal.

Além da aquisição da nacionalidade portuguesa, o decréscimo dos números da imigração pode ser explicado pela alteração de fluxos migratórios e pelo impacto da atual crise económica no mercado laboral.

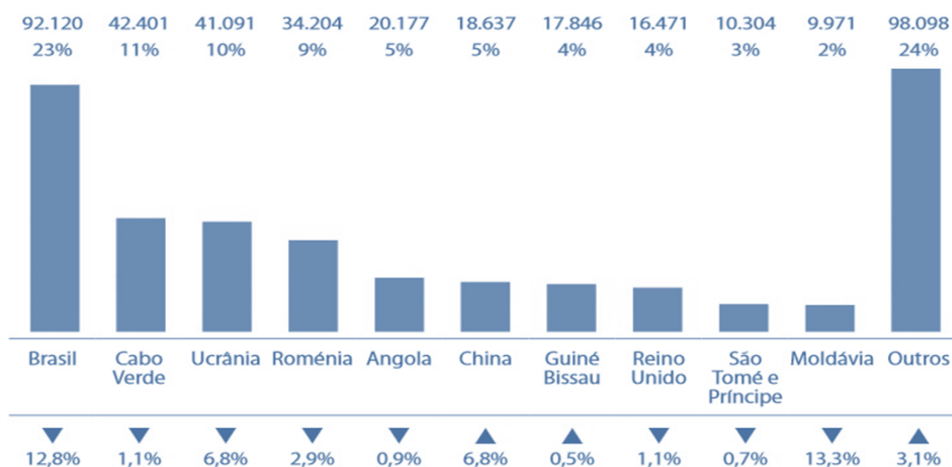


Gráfico 1 – Variação da representatividade das nacionalidades, ao nível nacional, RIFA 2013

Apesar de tudo, observa-se a permanência da estrutura das dez nacionalidades mais representativas, sendo que a China em 2013 passou a ser a sexta mais relevante, com um crescimento de 6,8%, suplantando a Guiné-Bissau que cresceu 0,5%. Das nacionalidades mais representativas, a chinesa e a guineense (Bissau) foram as únicas que registaram um aumento do número de residentes.

A distribuição geográfica da população estrangeira residente incide especialmente no litoral, sendo que cerca de 69,2% estão registados nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal.

Por género, a tendência para a paridade que se vinha evidenciando nos últimos anos teve uma inflexão com um aumento da diferença para cerca de 2,5% entre o sexo feminino (51,3%) e o masculino (48,7%), devido ao maior decréscimo do número de homens residentes do que de mulheres e ao reagrupamento familiar.

Cerca de 84,0% dos/as cidadãos/ãs estrangeiros/as residentes fazem parte da população potencialmente ativa, sendo de evidenciar a preponderância do grande grupo etário entre os 20-39 anos, que tem uma composição por género com maior preponderância feminina (52,8%).

Em termos de fluxo migratório, consolidou-se a tendência decrescente do número de novos títulos emitidos, com uma quebra de 13,7% face ao ano transato. Os motivos mais relevantes na concessão de novas autorizações de residência foram os certificados e cartões de nacionais e familiares de cidadãos/ãs da União Europeia, reagrupamento familiar, atividade profissional e estudo. Do total de certificados e cartões de nacionais e familiares de cidadãos/ãs da União Europeia, 29,1% são referentes a nacionais de países terceiros.

Em termos de casamentos de portugueses/as com estrangeiros/as no ano de 2013, ao comparar o número de casamentos em que um dos cônjuges é português e o outro estrangeiro com o número total de casamentos, ao nível nacional existe uma percentagem de 12%.

2.2.2. Regionais



Figura 5 – Distrito de Santarém: Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha

Ao nível distrital, observam-se algumas semelhanças porém também disparidades, quando se comparam os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras com os existentes ao nível nacional. Desta forma, verifica-se que, à semelhança do que acontece ao nível nacional, o número da população estrangeira no distrito de Santarém tem vindo a diminuir. Entre os anos de 2008 a 2010 aumentou, tendo iniciado um ligeiro decréscimo entre 2010 e 2011 e a partir de 2011 observou-se uma diminuição acentuada, conforme se pode observar no Gráfico seguinte:

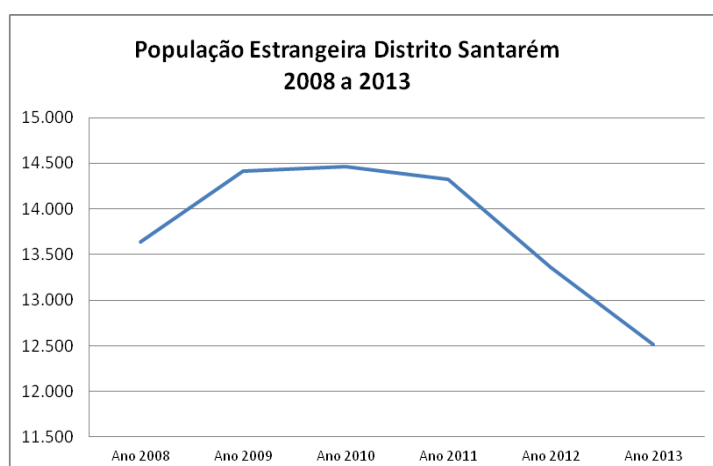


Gráfico 2 – População Estrangeira no Distrito de Santarém entre 2008 e 2013, SEF

Relativamente às nacionalidades mais representativas no ano de 2013, deparamo-nos com a nacionalidade brasileira como principal comunidade estrangeira residente, tanto ao nível distrital como nacional. Contudo, enquanto Cabo Verde é a 2.^a nacionalidade mais representativa a nível nacional, é a Ucrânia que se reveste da segunda nacionalidade com maior representatividade ao nível distrital (terceira ao nível nacional), seguindo-se a Roménia, que ocupa o mesmo lugar (4.º) em ambos os níveis.

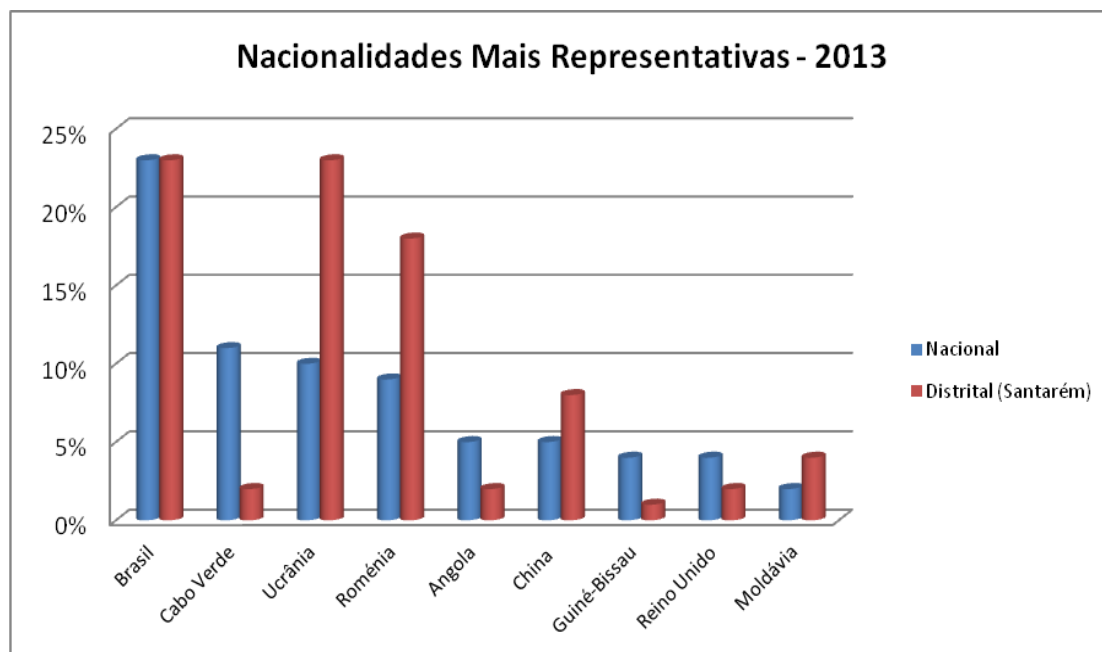


Gráfico 3 – Nacionalidades Mais Representativas ao nível nacional e distrital, SEF 2013

Poder-se-á afirmar que a representatividade da população estrangeira oriunda de países de língua oficial portuguesa (exceto Brasil) é bastante menor ao nível do distrito de Santarém quando comparado com o nível nacional, apesar desta fatia da população imigrante estar efetivamente a reduzir. Na região de Santarém, além da população estrangeira oriunda do Brasil, deparamo-nos sobretudo com população oriunda dos países do Leste Europeu (Ucrânia, Roménia e Moldávia), sendo que a China é igualmente um país de origem a destacar.

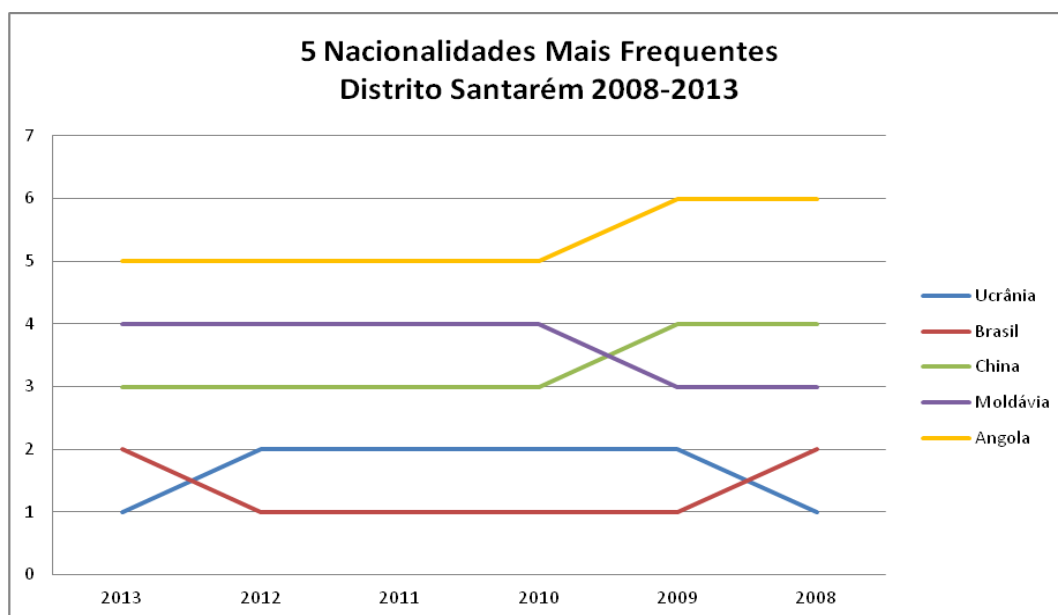


Gráfico 4 – As 5 Nacionalidades Mais Representativas no Distrito de Santarém, SEF 2013

Verifica-se, de acordo com o Gráfico anterior, que Ucrânia e Brasil têm vindo a ocupar o primeiro e segundo lugares de nacionalidades mais representativas, seguindo-se a China, que da 4.^a posição passou para a 3.^a posição em 2010 (mantendo-se no lugar atualmente), sendo que Moldávia desceu do 3.^o para o 4.^o lugar e Angola subiu do 6.^o para o 5.^o lugar em 2010, lugar onde se tem mantido.

	Distrital (Santarém)		Nacional	
Brasil	2,2 %	▼	12,8 %	▼
Ucrânia	0,3 %	▼	6,8 %	▼
Roménia	1,3 %	▲	2,9 %	▼
China	0,2 %	▲	6,8 %	▲
Moldávia	0,5 %	▼	13,3 %	▼
Angola	0,1 %	▲	0,9 %	▼
Reino Unido	0,2 %	▲	1,1 %	▼
Cabo Verde	Manteve	▶	1,1 %	▼
Guiné Bissau	0,01 %	▼	0,5 %	▲

Tabela 1 – Variação da representatividade das nacionalidades entre 2012 e 2013, SEF

No que respeita a diminuições e aumentos da população estrangeira entre os anos de 2012 e 2013, as semelhanças encontradas entre o nível distrital e nacional acontecem ao nível da diminuição das pessoas de nacionalidade brasileira, ucraniana e moldava e ao aumento do número de pessoas oriundas da China. Em termos de aumento do número de pessoas que se observa apenas ao nível nacional são as pessoas oriundas da Guiné-Bissau (no entanto, ao nível distrital apenas houve o decréscimo de 0,01%) e ao nível distrital observa-se um aumento

das pessoas oriundas da Roménia e um ligeiro aumento na população estrangeira oriunda de Angola e Reino Unido.

Relativamente ao género, à semelhança do que acontece ao nível nacional, tem vindo a observar-se uma tendência à paridade, sendo que no ano de 2013 essa paridade foi alcançada, havendo 50% de população estrangeira de ambos os sexos ao nível distrital, conforme se pode verificar no Gráfico seguinte.

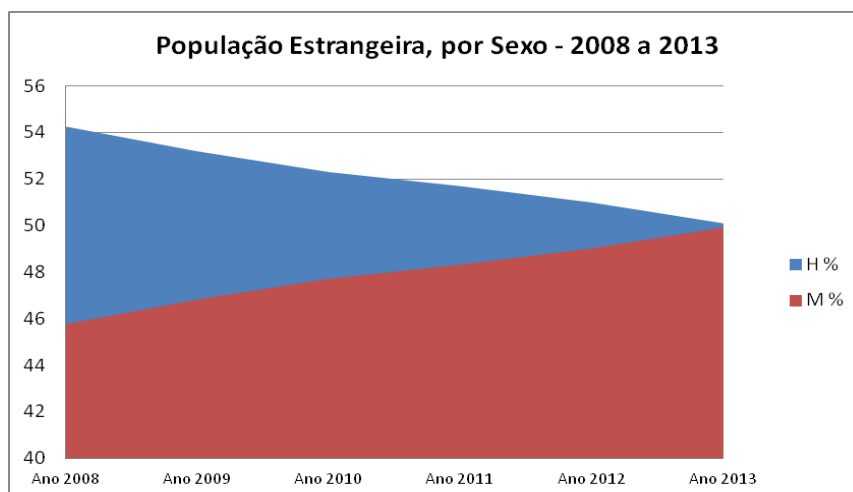


Gráfico 5 – Evolução da percentagem de população estrangeira no distrito de Santarém, por sexo, entre os anos 2008 a 2013, SEF



Figura 6 – Região do Médio-Tejo: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Sertã, Vila de Rei

Virando o foco para a região do Médio-Tejo, de forma a permitir uma análise inter-concelhia, verifica-se que, em 2013, o concelho com maior número de estrangeiros/as com estatuto legal

de residente seria Ourém, seguindo-se Tomar, Abrantes, Torres Novas, Entroncamento e Alcanena.

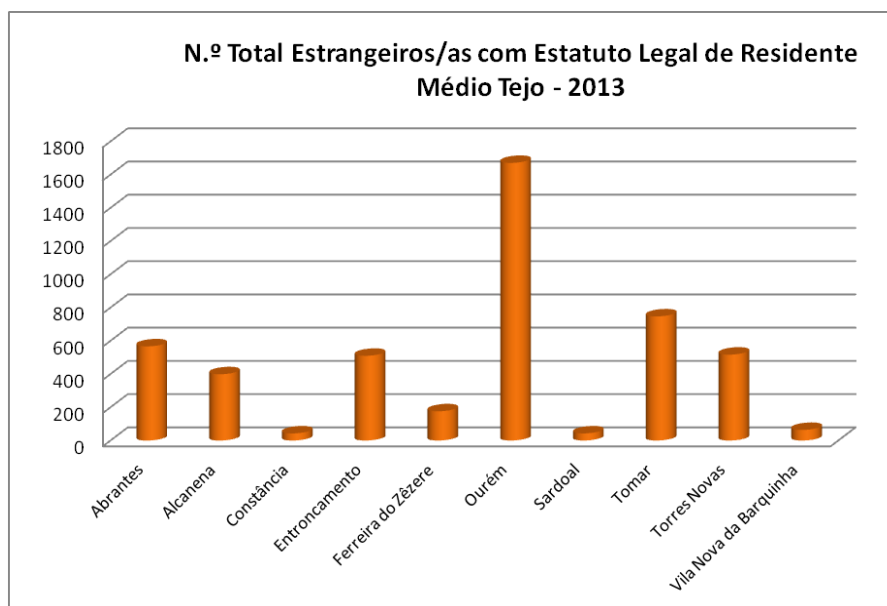
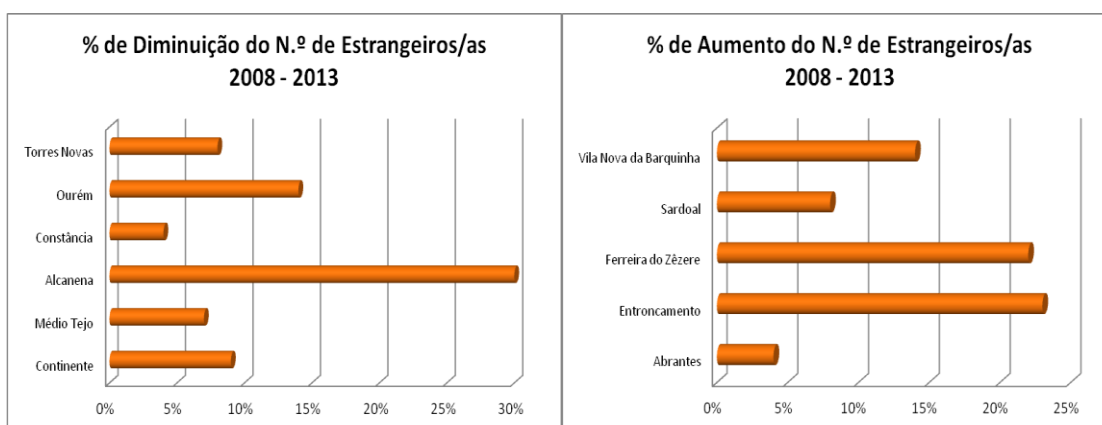


Gráfico 6 – Número Total de Estrangeiros/as com Estatuto Legal de Residente nos Concelhos do Médio Tejo em 2013, AERC 2013

De acordo com os gráficos seguintes, pode-se observar que no que respeita ao aumento ou diminuição do número de pessoas estrangeiras com estatuto legal de residente entre os anos de 2008 e 2013, relativamente ao Médio Tejo, revela uma diminuição de cerca de 7%, menos que ao nível de Portugal Continental (9%) e observamos que **a maior diminuição (30%) ocorreu no Município de Alcanena**, seguindo-se Ourém (14%) e Torres Novas (8%). Relativamente ao aumento do número de pessoas estrangeiras entre os anos de 2008 e 2013 nos concelhos do Médio Tejo, o maior aumento observou-se no Entroncamento (23%), seguindo-se Ferreira do Zêzere (22%) e Vila Nova da Barquinha (14%).



Gráficos 7 – Percentagem de Diminuição e Aumento do N.º de Estrangeiros/as entre 2008 e 2013 nos concelhos do Médio Tejo, AERC 2013

Porém, ao analisarmos a percentagem de população estrangeira quando comparado com o total de população residente, em 2013 quase 4% da população de Ourém seria população estrangeira legal e em Alcanena próximo de 3%, sendo o município com menor percentagem de população estrangeira Vila Nova da Barquinha (0,9%).

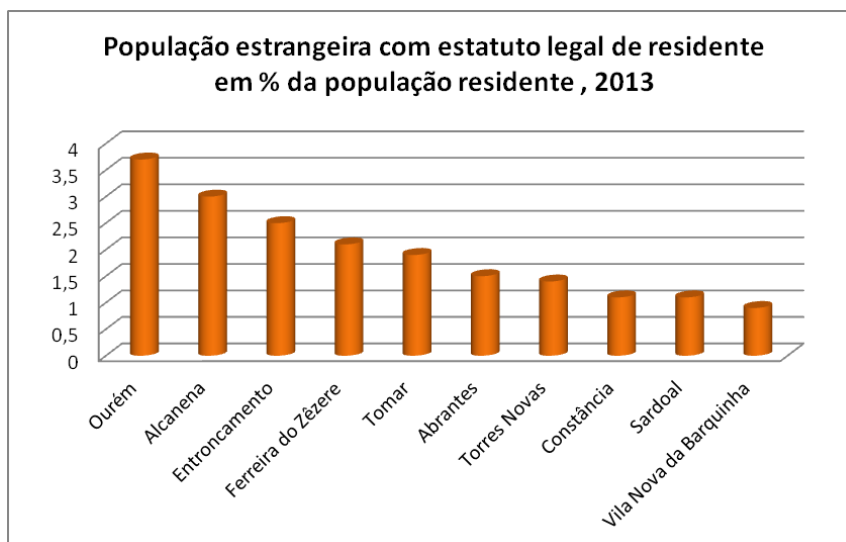


Gráfico 8 – População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente em Percentagem da População Residente, no ano de 2013, AERC 2013

Em termos de casamentos de portugueses/as com estrangeiros/as no ano de 2013, ao comparar o número de casamentos em que um dos cônjuges é português e o outro estrangeiro com o número total de casamentos, ao nível nacional do Médio Tejo a percentagem é de 7%, menor que ao nível nacional. Nos concelhos do Médio Tejo, deparamo-nos com percentagens superiores à média nacional em Vila Nova da Barquinha (19%), Constância (17%) e Alcanena (13%). Por outro lado, as menores percentagens acontecem em Abrantes (1%) e Torres Novas (2%).

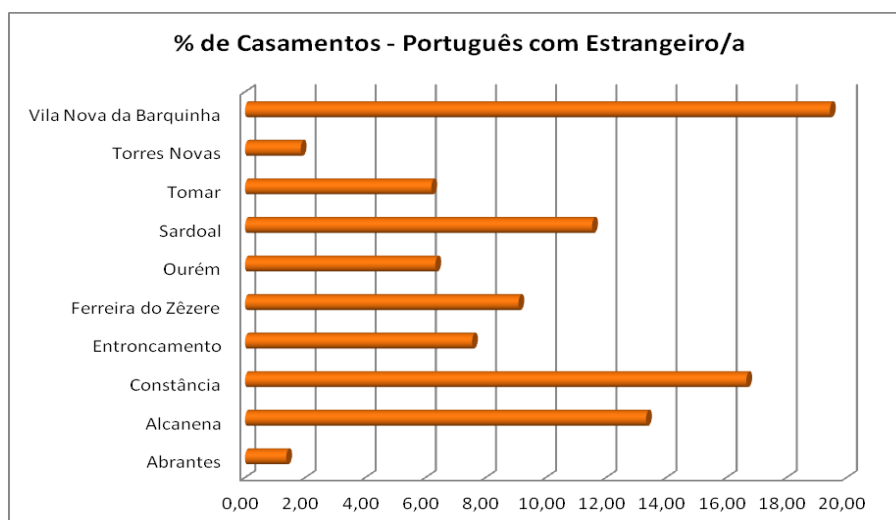


Gráfico 9 – Percentagem de Casamentos de Português com Estrangeiro/a Comparativamente ao Nº Total de Casamentos, no ano de 2013, AERC 2013

2.2.3. Municipais

No que respeita à população estrangeira residente no concelho de Alcanena, podemos observar no Gráfico seguinte que desde 2008 e à semelhança do que acontece a nível nacional, a população imigrante tem vindo a diminuir.

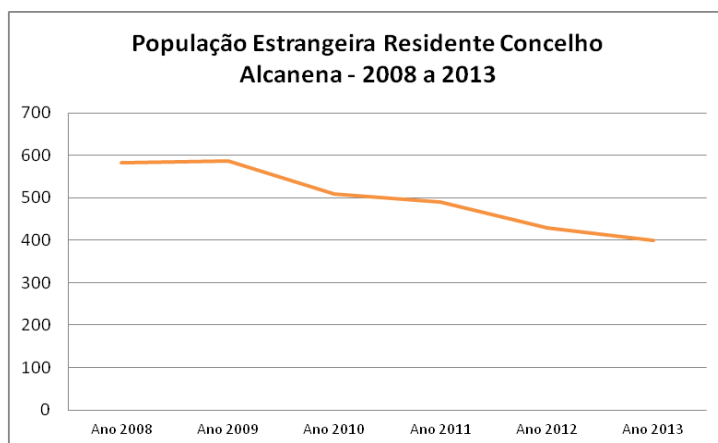


Gráfico 10 – População Estrangeira Residente no Concelho de Alcanena entre os anos 2008 a 2013, SEF

Já no que respeita ao aumento ou diminuição da representatividade das nacionalidades (calculada tomando em proporção o número total de imigrantes em cada ano) e tal como se pode observar nas tabelas que se seguem, deparamo-nos com uma **diminuição das nacionalidades Ucraniana, Brasileira e Moldava** e um **aumento mais significativo nas nacionalidades Romena e Chinesa**, valores estes que seguem a tendência regional. Há que notar que, ao **nível nacional**, a percentagem de pessoas oriundas da **Roménia tem vindo a decrescer**, o que não se verifica no concelho de Alcanena e, por outro lado, à **semelhança do que acontece ao nível nacional**, a percentagem de pessoas estrangeiras da **Guiné-Bissau também aumentou**. O número de pessoas oriundas de **Cabo Verde manteve-se aos níveis concelhio e regional**, ao contrário do que se verifica ao nível nacional, em que esse número desceu.

Todos os Países			Países Terceiros		
Nacionalidade	Concelho Alcanena	2012/2013	Nacionalidade	Concelho Alcanena	2012/2013
Ucrânia	2,30%	▼	Ucrânia	2,30%	▼
Brasil	1,20%	▼	Brasil	1,20%	▼
Moldávia	1,60%	▼	Moldávia	1,60%	▼
Roménia	1,20%	▲	Cabo Verde	Manteve	►
Cabo Verde	Manteve	►	China	2,1%	▲
China	2,1%	▲	Angola	0,3%	▲

Angola	0,3%	▲	EUA	0,2%	▲
EUA	0,2%	▲	Canadá	0,1%	▲
França	0,2%	▲	Guiné-Bissau	0,1%	▲

Tabela 2 – Variação da representatividade das nacionalidades, entre 2012 e 2013, no Concelho de Alcanena, SEF

Relativamente às nacionalidades da população migrante legal no Concelho de Alcanena em 2013, o maior número seria o de pessoas com **nacionalidade Ucraniana** (39,1%), seguindo-se a **Brasileira** (12,8%), a **Moldava** (10,5%) e a **Romena** (10,3%). As nacionalidades **Cabo-Verdiana** e **Chinesa** representavam 3,8% e 3,3%, respetivamente, seguindo-se a Angolana e a Norte-Americana (EUA) com 2,8%. Comparativamente ao que acontece aos níveis regional e nacional, a percentagem de pessoas oriundas da Ucrânia e Moldávia é maior no concelho de Alcanena.

Em termos de países terceiros, deparamo-nos com pessoas oriundas de quase todos os continentes (imagem seguinte): além dos países referidos anteriormente, em 2013 Alcanena também tinha pessoas oriundas de Guiné-Bissau, Moçambique e Canadá, no que concerne aos 10 países terceiros com maior número de pessoas estrangeiras residentes no Concelho.



Figura 7 – Alguns dos países terceiros (10) com representação no Concelho de Alcanena, SEF

As nacionalidades seguintes encontravam-se também representadas em 2013 no Concelho de Alcanena, em termos de estrangeiros/as residentes: Espanha, Holanda, Alemanha, Luxemburgo, Itália, Polónia (países da União Europeia) e Rússia, Venezuela, Coreia do Sul, Marrocos e Nigéria (países terceiros).

No que concerne às nacionalidades mais frequentes no Concelho de Alcanena, observando a sua variação entre os anos de 2008 a 2013, verifica-se que efetivamente a nacionalidade **Ucraniana** é aquela que **revela um maior decréscimo**, seguindo-se a **Moldava**. A **Brasileira** e

a **Cabo Verdiana** têm-se mantido, sendo que no que respeita à **Romena** e à **Chinesa** tem-se assistido a um **ligeiro aumento**.

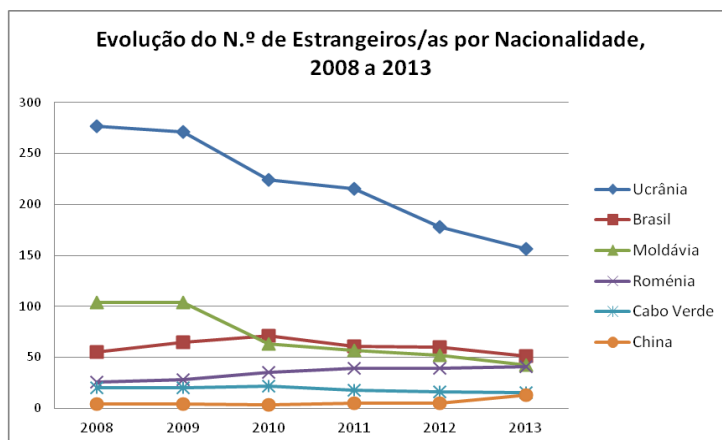


Gráfico 11 – Evolução do N.º de Estrangeiros/as Residentes por Nacionalidade no Concelho de Alcanena, entre os anos de 2008 a 2013, SEF

Verificando os dados desde 2008 até 2013, acerca dos/as países de origem dos estrangeiros/as residentes, verifica-se que existiram alguns países representados no concelho que contudo atualmente não se encontram representados, como Áustria (1 pessoa em 2008), Bielorrússia (2 pessoas em 2008 e 2009), Índia (1 pessoa em 2008), Reino Unido (2 pessoas entre 2008 e 2011), Ruanda (1 pessoa em 2009), São Vicente e Granadinas (1 pessoa em 2008) e Suriname (1 pessoa entre 2008 e 2011).

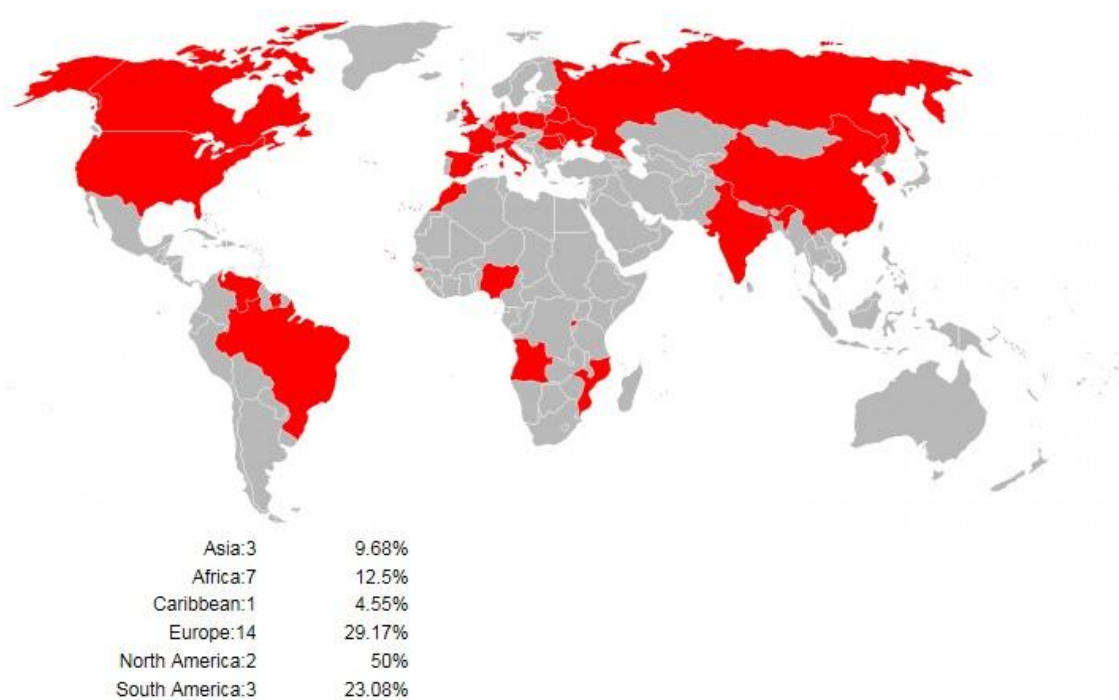


Figura 8 – Países de origem dos/as estrangeiros/as residentes no Concelho de Alcanena entre 2008 e 2013, SEF

Em 2008, das 574 pessoas com estatuto legal de residente no Concelho de Alcanena, 311 eram homens e 263 mulheres, ou seja, a maioria – 54% - eram homens. Esta situação tem vindo a alterar-se ao longo dos anos, sendo que em **2013**, das 399 pessoas com estatuto legal de residente no Concelho, 202 eram homens e 197 mulheres, constatando-se que **a percentagem de mulheres com estatuto legal de residente aumentou cerca de 3% em 5 anos**, encontrando-se próxima da paridade existente ao nível do Médio Tejo e espelhando igualmente o **crescimento de população estrangeira do sexo feminino** que se tem observado ao nível nacional.

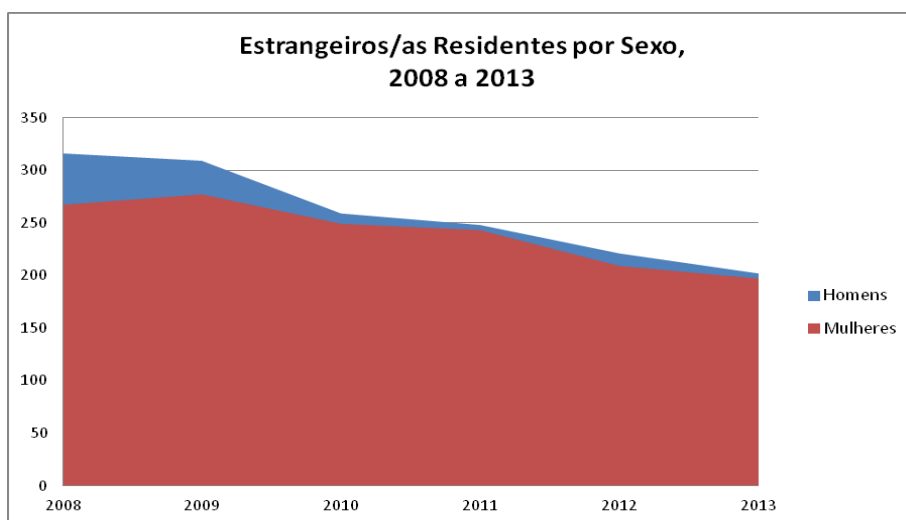


Gráfico 12 – Evolução dos/as estrangeiros/as residentes por sexo, no Concelho de Alcanena, entre os anos de 2008 a 2013, SEF

Relativamente ao requerimento do estatuto de residente entre os anos de 2008 a 2013, observa-se um aumento entre 2008 e 2009 e posteriormente um decréscimo progressivo, com tendência à estabilização, após o ano de 2009 até ao ano de 2013.

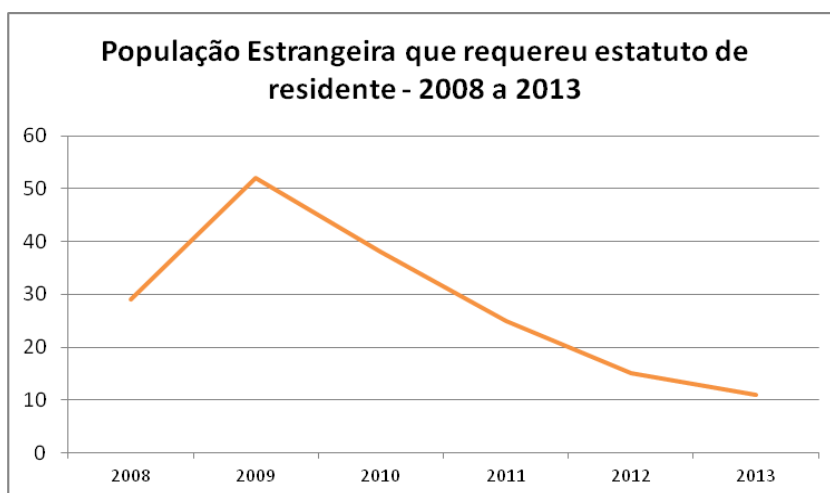


Gráfico 13 – N.º de Pessoas que Requereram Estatuto Legal de Residente, no Concelho de Alcanena, entre os anos de 2008 a 2013, AERC

Quanto ao sexo das pessoas que requereram o estatuto legal de residente, observa-se uma predominância masculina, contudo no ano de 2009 houve mais mulheres a requerer, sendo que a tendência tem sido para o decréscimo no número de homens e aumento do número de mulheres, sendo que estas acabaram por suplantar o número de homens em 2013.

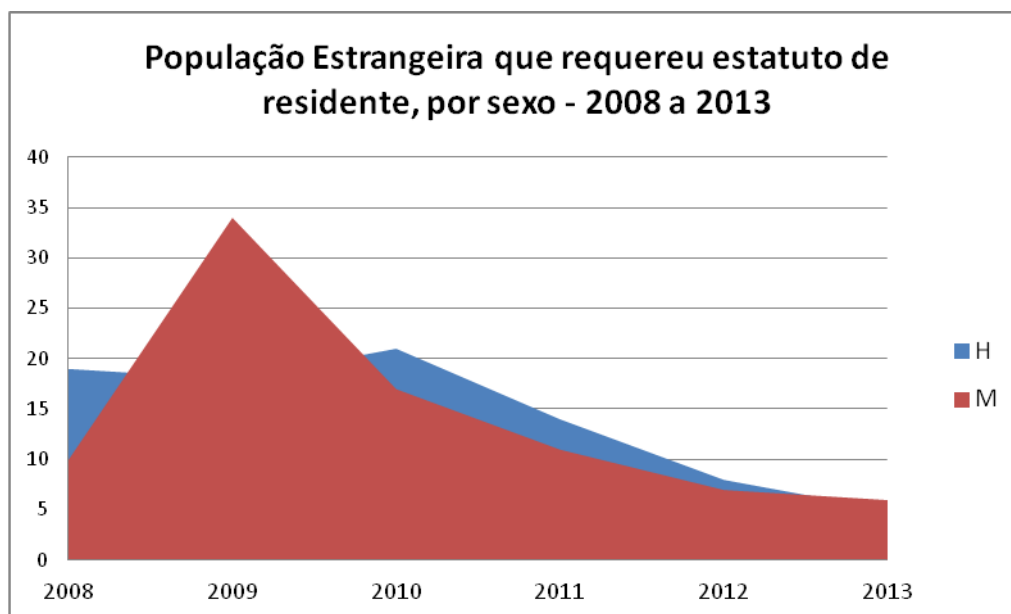


Gráfico 14 - N.º de Pessoas que Requereram Estatuto Legal de Residente, por sexo, no Concelho de Alcanena, entre os anos de 2008 a 2013, AERC

- **CLAI – Centro Local para a Integração de Imigrantes**

O CLAI de Alcanena, inaugurado a 30 de Abril de 2013, veio permitir uma resposta específica e adequada às necessidades das pessoas imigrantes tanto do concelho como de toda a zona do Médio Tejo, facilitando o acesso à informação. O seu objetivo geral é acolher, informar e integrar a população imigrante.

Os **61 atendimentos** efetuados entre Maio e Dezembro de 2013, no CLAI de Alcanena, foram feitos sobretudo a **homens** (60%) e principalmente a pessoas entre os 36 e os 45 anos de idade. Os assuntos respeitantes aos atendimentos efetuados foram sobretudo “Outros” pois pretenderam informar e divulgar acerca dos serviços do CLAI. Seguiram-se as informações acerca da **obtenção de nacionalidade** e a **legalização**.

Existiram mais atendimentos efetuados a pessoas de nacionalidade Ucrâniana, sucedendo-se a Brasileira e a Portuguesa (imigrantes que já obtiveram nacionalidade). A situação legal mais

comum trata-se da autorização de residência e, de seguida, o Bilhete de Identidade ou Cartão do Cidadão.

Comparativamente ao mesmo período do ano de 2013 - Maio, mês em que entrou em funcionamento o CLAI, até Dezembro - foram efetuados mais 26 atendimentos, ou seja, em 2013, foram realizados 61 atendimentos e em 2014, 87 atendimentos.

Reportando ao ano de 2014, foram efetuados **106 atendimentos**, a maior parte a **mulheres** e sobretudo nas faixas etárias dos **36 aos 45 anos**, seguindo-se a faixa etária dos 26 aos 35 anos de idade.

Por norma, são pessoas imigrantes que se dirigem ao CLAI (95%), contudo registou-se a procura por uma pessoa amiga de um imigrante (igualmente imigrante) para solicitar informações acerca da regularização da situação migratória; dois atendimentos foram realizados a familiares da pessoa imigrante; e dois contatos realizados pela Administração Local, nomeadamente por uma Junta de Freguesia do Concelho de Mação, que pedia informações acerca da concessão de residência permanente a 2 imigrantes de nacionalidade Inglesa e pela Câmara Municipal de Abrantes, acerca da legalização de **1 imigrante da Ucrânia**.

No que concerne à nacionalidade das pessoas atendidas, deparamo-nos principalmente com pessoas oriundas da **Ucrânia**, seguindo-se pessoas da **Roménia** e depois **Brasil**. **Moldávia** e **Angola** são também países com expressividade nos atendimentos.

Relativamente à situação legal, verifica-se uma predominância da **Autorização de Residência**, seguindo-se o **Cartão do Cidadão** (alguns/algumas dos/as imigrantes têm já nacionalidade portuguesa).

No que concerne aos assuntos tratados, deparamo-nos sobretudo com “Outros”, nos quais se incluem a apresentação do CLAI à pessoa imigrante, a aplicação de questionários durante o Diagnóstico da População Imigrante, recolha de histórias e divulgação de projetos em que os/as imigrantes podem participar, informação sobre serviços existentes no Concelho, auxílio na elaboração de documentos para a **Segurança Social**, etc. Seguem-se a **legalização**, a **obtenção de nacionalidade** e as **questões relacionadas com o trabalho** (nomeadamente procura de emprego).

Analisando particularmente o número de utentes registados no CLAI, considerando apenas aqueles/as que residem no concelho de Alcanena e os/as que não possuem nacionalidade

portuguesa, contamos com **89** imigrantes, cerca de 55% de homens e 45% de mulheres. Se contássemos com os/as imigrantes com nacionalidade portuguesa, seriam **108** (mais 19).

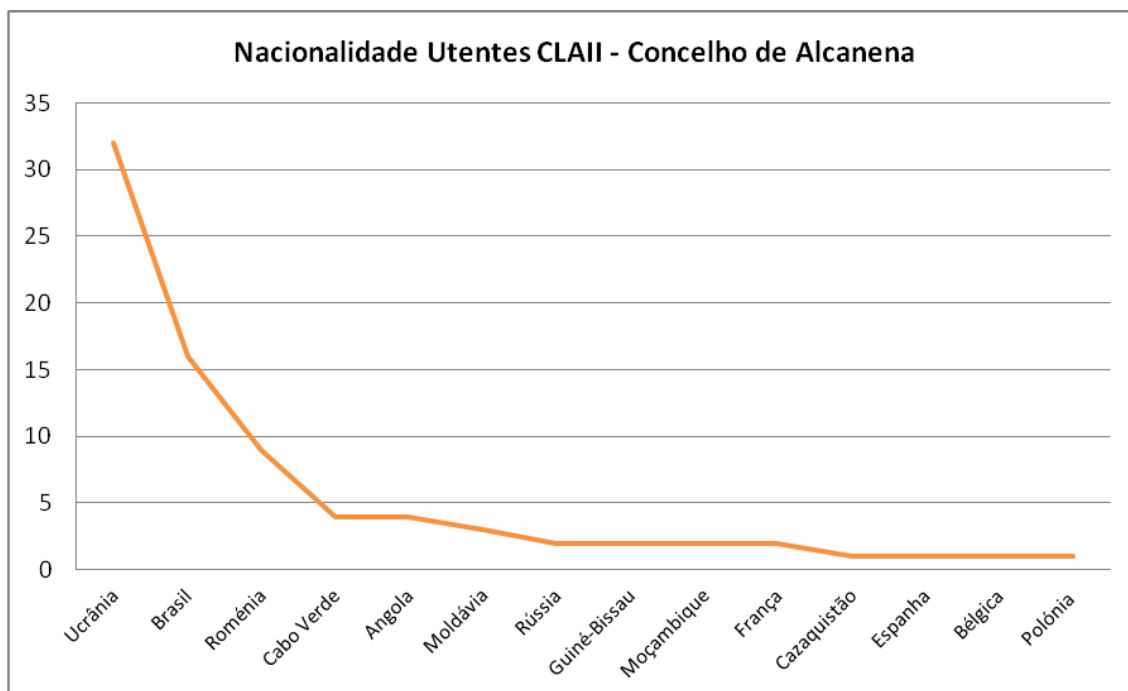


Gráfico 15 – Nacionalidades dos/as Utentes do CLAI, residentes no Concelho de Alcanena, CLAI

Relativamente às nacionalidades, existe um maior número de pessoas oriundas da **Ucrânia**, seguindo-se **Brasil**, Roménia, Cabo Verde, Angola e Moldávia.

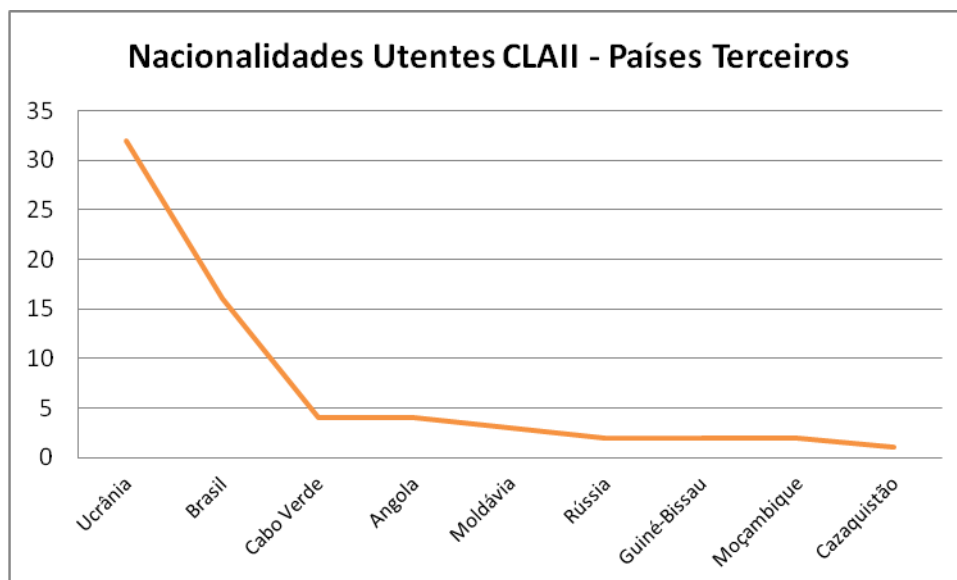


Gráfico 16 – Nacionalidade dos/as Utentes do CLAI, residentes no Concelho de Alcanena (Países Terceiros), CLAI

Comparando o número de imigrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa com o número de imigrantes da Europa de Leste, verifica-se uma superioridade numérica dos/as últimos/as relativamente aos/às primeiros/as (58% vs. 42%).

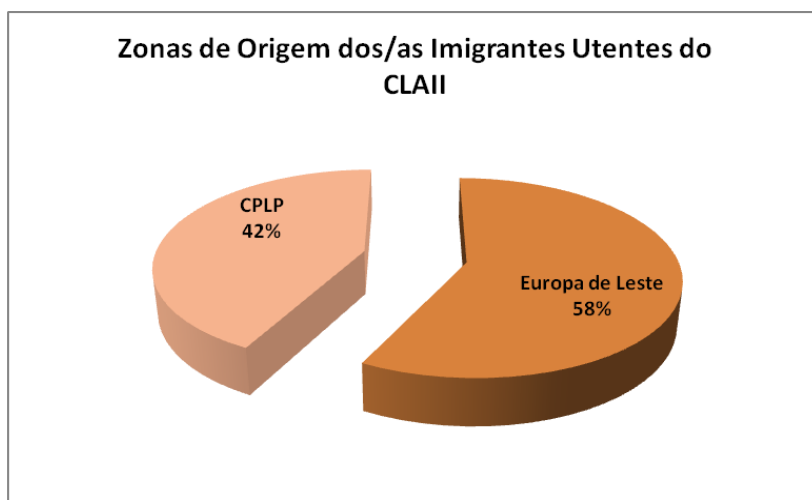


Gráfico 17 – Percentagem de nº de imigrantes de acordo com as zonas de origem CPLP/Europa de Leste, CLAI

No que diz respeito à faixa etária dos/as imigrantes registados na base de dados do CLAI, conforme se pode verificar no gráfico seguinte, a maior parte pertence à **faixa etária da população ativa**, sobretudo 20-29 e 30-39 anos de idade, seguindo-se dos 40 aos 49 anos de idade, o que se poderá ser explicado pelo facto da maioria dos/as imigrantes registados/as no CLAI ser **encaminhado pelo Gabinete de Inserção Profissional**, encontrando-se portanto **desempregados/as**.

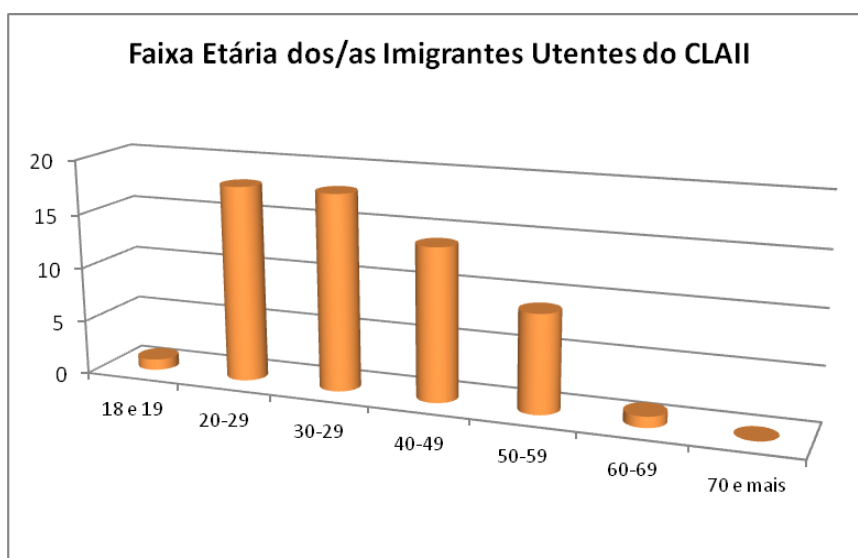


Gráfico 18 – Faixa Etária dos/as Imigrantes Utentes do CLAI residentes no Concelho de Alcanena, CLAI

No que concerne às localidades de residência, a maior parte dos/as imigrantes reside em **Alcanena**, seguindo-se **Monsanto** e **Vila Moreira**. De notar que também os/as imigrantes que participaram no Diagnóstico da População Imigrante dos Projetos OTL se encontram registados/as na base de dados do CLAII.

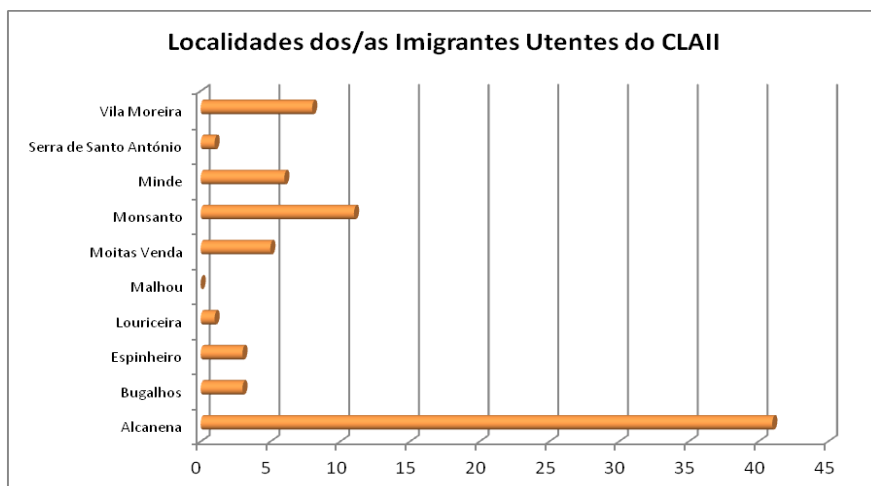


Gráfico 19 – Localidades de Residências dos/as Imigrantes Utentes do CLAII, residentes no concelho de Alcanena, CLAII

Quanto ao número de anos de permanência em Portugal, existe **1** imigrante há menos de um ano, **16** que se encontram em Portugal entre um a cinco anos, **18** imigrantes que estão há entre seis a dez anos e **33** – a maior parte - que se encontram **há mais de dez anos em Portugal**. A maior parte (58) possui **Autorização de Residência**, seguindo-se o Cartão UE (4) e a AR/Visto caducado/a (4), o Passaporte (3) e o Visto de Curta Duração (2).

No que respeita às habilitações, a maioria possui o **ensino secundário completo**, seguindo-se a **licenciatura** e depois o **ensino secundário incompleto**, conforme se pode observar no Gráfico seguinte.

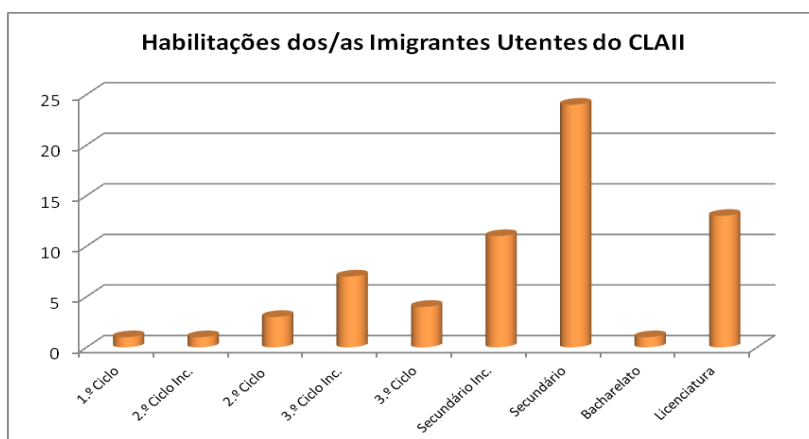


Gráfico 20 – Habilitações Literárias dos/as Imigrantes Utentes do CLAII, residentes no Concelho de Alcanena, CLAII

Relativamente ao número de pessoas dos agregados familiares, estes são sobretudo de **3 pessoas**, seguindo-se 2, 1 e 4 pessoas. Existem também agregados de 5 e 6 pessoas (número não significativo).

Por fim, no que concerne ao estado face ao emprego, dos/as utentes que se tem conhecimento, o maior número (55%) encontra-se **desempregado** (como já referido, muitos/as são encaminhados pelo GIP), estando **41% empregados/as** e **4% reformados/as**.

- **Diagnóstico da População Imigrante (Projetos OTL)**

O Diagnóstico da População Imigrante do Concelho de Alcanena foi fruto de um estudo realizado no âmbito dos Projetos de Ocupação de Tempos Livres do Instituto Português do Desporto e Juventude “Ser Imigrante – Conhecer (melhor) a população imigrante do Concelho de Alcanena”, “Nos Trilhos da Imigração” e “Amigrante – Histórias de Imigrantes”, que decorreram entre **Julho e Setembro de 2014**.

A maior parte dos/as **59** imigrantes respondentes seria do **sexo feminino** (61% dos/as inquiridos/as), números que poderão ser explicados com o facto de ser aplicado um questionário por agregado familiar e estes serem respondidos, maioritariamente, por mulheres.

A faixa etária dos/as inquiridos/as é predominantemente entre os **36-45 anos de idade**, correspondendo a 41% dos/as imigrantes, seguido dos 26-35 (29%) e ainda cerca de 20% com idades entre os 46 anos e os 65 anos. Apenas 8% tem idade entre os 18-25 anos e 2% na faixa etária dos 66-75 anos.

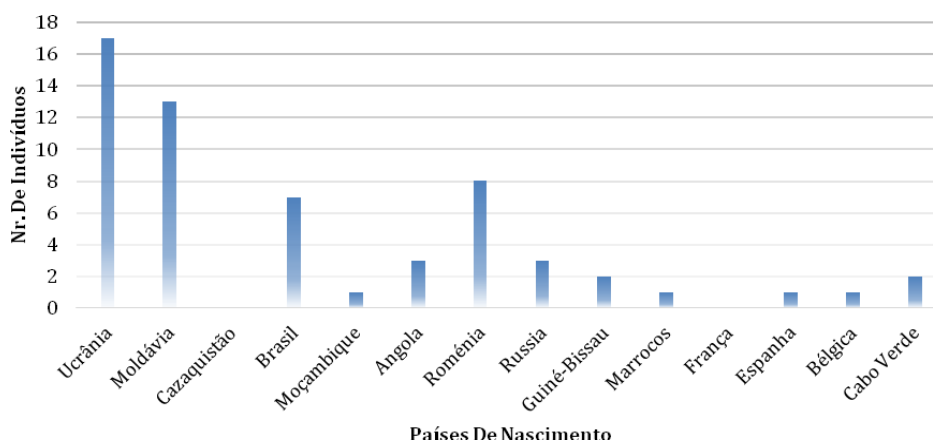


Gráfico 21 – Países de Nascimento dos/as Imigrantes Inquiridos/as, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Relativamente ao país de nascimento das pessoas imigrantes inquiridas, verifica-se uma predominância dos **países do Leste Europeu** – **Ucrânia, Moldávia e Roménia** – seguindo-se Brasil, Angola, Rússia e Cabo Verde. Sendo os países de origem predominantes a Moldávia e a Ucrânia, a nacionalidade também o é, porém **25% dos/as inquiridos/as têm já a nacionalidade portuguesa**.

Na sua grande maioria, as pessoas imigrantes inquiridas estão **casadas**, correspondendo estes a 66% do total, seguido dos/as que estão solteiros/as (15%) e depois união de facto (12%).

Geralmente os agregados familiares são constituídos pelo **casal com 2 filhos/as em idade escolar**. Quanto à nacionalidade, a grande maioria dos/as filhos/as detém já a nacionalidade portuguesa. Apenas 10 inquiridos/as revelaram que têm filhos/as que não se encontram no agregado familiar, tendo estes idades entre os 17 e 41 anos, de nacionalidade predominantemente **Ucraniana e Moldava**, apesar de existirem três com nacionalidade Brasileira, uma pessoa Russa e outra Portuguesa. Estes/as estão localizados/as essencialmente nos países de origem, apenas um está na Suíça e outros dois irmãos de nacionalidade ucraniana em Itália.

No que respeita às causas da imigração, os/as inquiridos/as revelam que o principal motivo para a saída do país de origem se deveu a **causas económicas**. Poucos vieram por outros motivos, sendo esses outros o **futebol, a segurança, religiosos e reagrupamento familiar**.

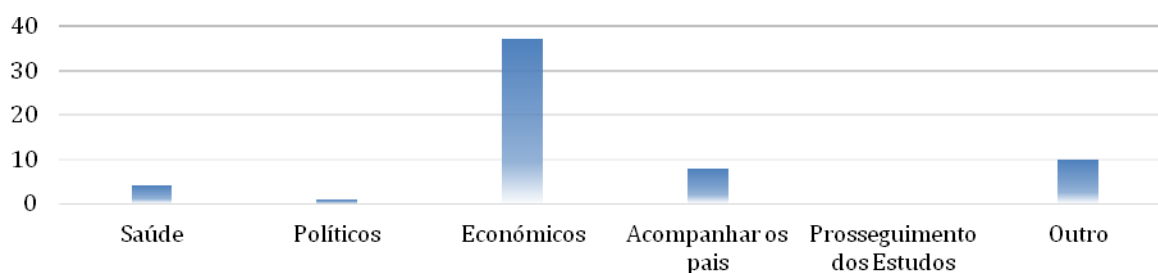


Gráfico 22 – Causas da imigração, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Questionados/as sobre os motivos para optar por Portugal como país de residência, estes/as apontaram a **facilidade em arranjar trabalho** e o **reagrupamento familiar**. Ainda com alguma expressividade, revelam motivos de **terem proposta de trabalho e ter pessoas amigas no país**. Por sua vez, houve quem assinalasse outros motivos, sendo estes motivos de saúde, religiosos, gostar do país, ter companheiro português, a legalização ser facilitada e por fim, jogar futebol.

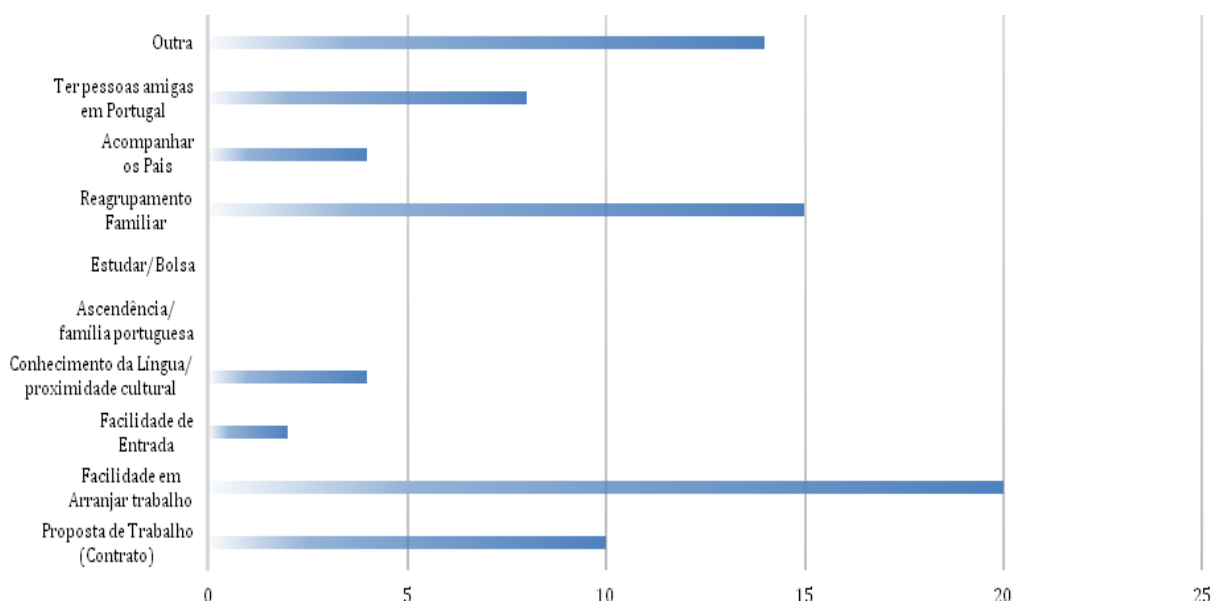


Gráfico 23 – Motivos de opção por Portugal como país de residência, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Os motivos para terem optado por **Alcanena como concelho de residência**, deve-se essencialmente à **facilidade em arranjar trabalho**, seguido pelas **propostas de trabalho**, ter **pessoas amigas no concelho** e outros motivos como os religiosos, jogar futebol ou obter habitação mais barata.

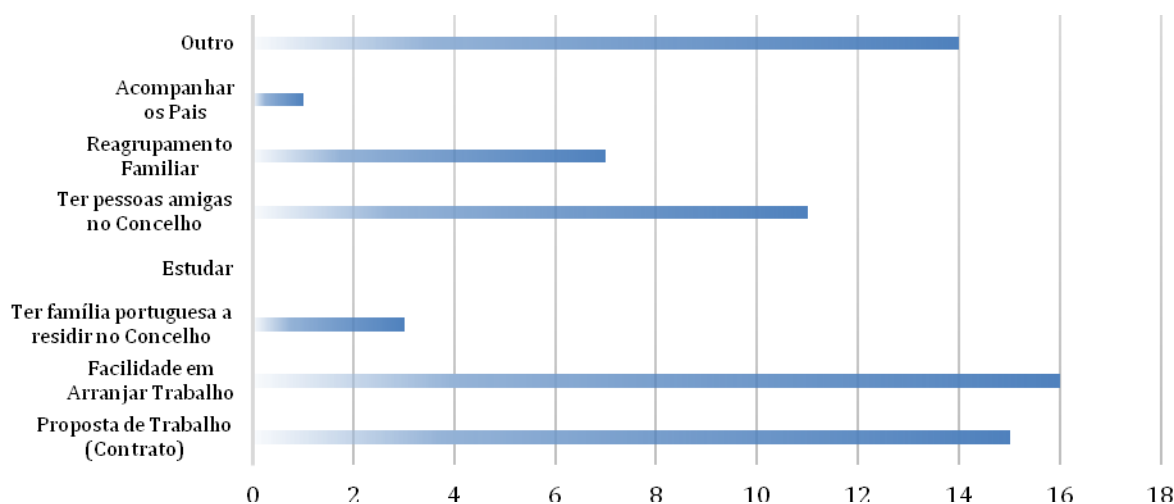


Gráfico 24 - Motivos de opção por Alcanena como concelho de residência, Diagnóstico da População Imigrante 2014

A generalidade dos/as imigrantes só residiu em Portugal para além do seu país de origem, havendo casos em que antes de Portugal estiveram na Alemanha, Espanha e Itália. Quanto ao número de anos de residência noutro país que não o de origem, verifica-se uma predominância entre os 6 e os 10 anos (15), seguido dos 11 aos 15 anos (14) e de 1 a 5 anos (13). Apenas 5 pessoas estão em Portugal há mais de 20 anos.

A generalidade dos imigrantes detém **Autorização de Residência** (57%) no seu atual estatuto de permanência/identificação, contudo uma grande fatia dos/as inquiridos/as já adquiriram o BI/CC (33%). **Dos que ainda não têm a nacionalidade portuguesa, 75% deseja obtê-la**, 16% não sabe e apenas 9% responderam que não pretendem a obtenção da nacionalidade portuguesa.

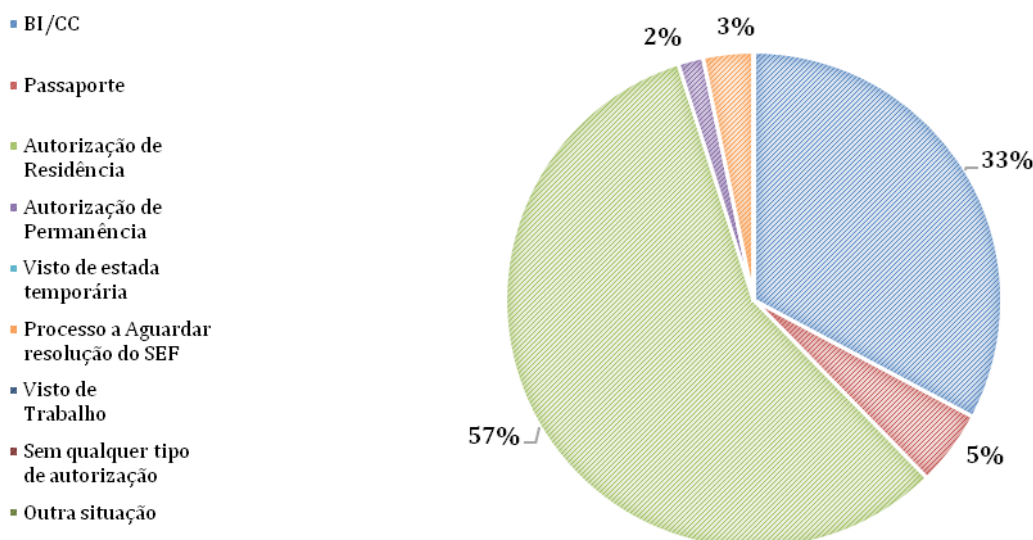


Gráfico 25 – Estatuto de Permanência / Identificação, Diagnóstico da População Imigrante 2014

A maior parte das pessoas imigrantes **costuma visitar o país de origem desde que está em Portugal** (67%), essencialmente para visitar familiares e/ou passar férias. Contudo, uma fatia expressiva não o faz (33%). Quando questionadas se **pensam trazer para Portugal familiares que estão no país de origem**, as respostas centraram-se no **não** (61%). Apenas 27% dos/as inquiridos/as responderam que sim e 12% não sabe.

Mais de metade (60%) das pessoas questionadas indicou que existiram **pessoas/instituições que as têm ajudado desde a sua chegada a Portugal**, nomeadamente as pessoas amigas/conhecidas do país de origem, seguindo-se as pessoas amigas/conhecidas portuguesas e familiares. Em menor expressão, mas não menos relevante, as Associações de Imigrantes, Organizações de Solidariedade Social e organizações do Estado, entre outras, como a entidade empregadora. As áreas em que receberam ajuda foram, na sua maioria, a **encontrar trabalho** (39%) e a **aprender português** (29%). Em menor quantidade, deparamo-nos com o encontrar alojamento e tratar da legalização (12% em ambos).

A grande maioria das pessoas imigrantes tem um conhecimento institucional elevado como se pode observar no gráfico seguinte. Apenas existe um menor conhecimento do Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural – ACIDI (atual ACM).

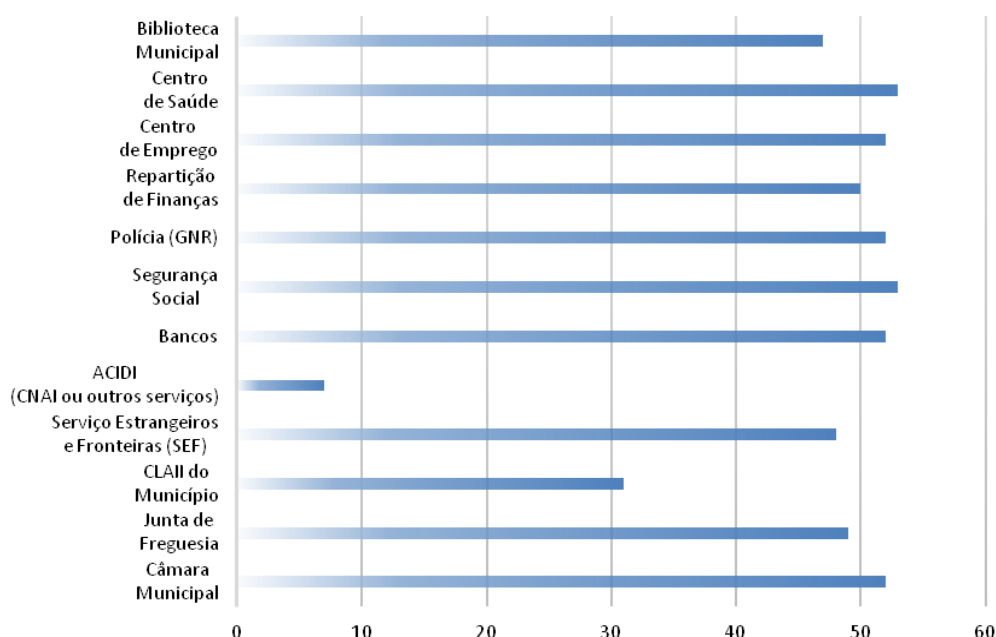


Gráfico 26 – Conhecimento institucional por parte dos/as imigrantes, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Dos/as que assinalaram o CLAI como instituição que conhecem, 70% sabe os apoios que presta, apenas 30% não sabem. Quanto ao conhecimento da localização do CLAI, também cerca de 76% dos/as inquiridos/as responderam que sabem onde se localiza.

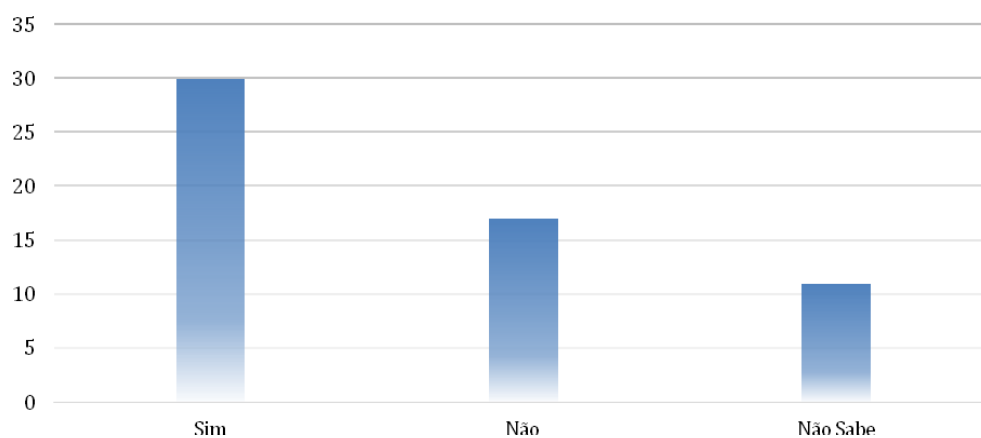


Gráfico 27 – Resposta à questão: “Gostava de voltar a residir no seu país de origem?”, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Segundo este inquérito, verifica-se ainda que existem 30 pessoas imigrantes que gostavam de voltar ao seu país de origem, 17 que não e 11 que não sabem.

As restantes questões averiguadas no âmbito deste estudo encontram-se repartidas pelas áreas expostas no ponto 2.3. (Problemas e Necessidades da População Imigrante no Concelho de Alcanena).

- **Os/as Imigrantes e o Compromisso da Câmara Municipal de Alcanena**

Nos documentos da autarquia, as categorias utilizadas para se referenciar a diversidade cultural no município são essencialmente os conceitos “imigrantes” e “minorias étnicas”. A **Câmara Municipal** promove a participação e o envolvimento de imigrantes e de todas as pessoas que desejem participar, nos processos de formulação de políticas locais.

Por seu turno, nos discursos oficiais e comunicações por parte da autarquia há uma referência explícita aos temas da imigração, diversidade cultural e/ou integração de imigrantes sempre que existem iniciativas dirigidas a esta fatia da população. Adicionalmente, no Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), os/as imigrantes são contemplados/as implícita e explicitamente também como grupo-alvo: (art 11.º, ponto 7) “À *Divisão de Desenvolvimento Humano e Social, no âmbito do desenvolvimento social e promoção da cidadania, compete: b) Efetuar o diagnóstico social e identificar as carências da população, em geral, bem como de grupos específicos*” (art 11.º, ponto 9) “À *Divisão de Desenvolvimento Humano e Social compete, no âmbito das políticas de **apoio à imigração e minorias étnicas**, proporcionar uma resposta articulada às necessidades de acolhimento e integração, designadamente, através de parcerias com associações de imigrantes e outras instituições, promovendo a qualificação da comunidade imigrante*”. Realça-se ainda, no âmbito deste documento, os princípios de desempenho profissional dos/as trabalhadores/as (art. 21.º, ponto 1): “A *atividade do(a)s funcionário(a)s da Câmara Municipal de Alcanena rege -se pelos seguintes princípios: (...) c) Princípio da justiça e da imparcialidade: os trabalhadores, no exercício da sua atividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os munícipes, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade; d) Princípio da igualdade: os trabalhadores não podem beneficiar ou prejudicar qualquer munícipe, em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação económica ou condição social*”.

No último ano, a Câmara Municipal não promoveu ações que reforcem as competências interculturais dos/as seus/suas funcionários/as e/ou técnicos/as de instituições públicas e privadas do município, apesar de o ter feito em 2013 para estes/as últimos/as, através da formação facultada pela bolsa de formadores/as do ACM (na altura, ACIDI), acerca da Lei da Nacionalidade. Concomitantemente, não existe nenhuma distinção pública a cidadãos/ãs e/ou instituições locais que se distingam por promoverem o acolhimento, a integração de imigrantes e seus/suas descendentes ou a interculturalidade.

No orçamento da autarquia para o ano corrente, encontra-se prevista verba para o acolhimento e a integração de imigrantes e seus/suas descendentes ou a **promoção da interculturalidade**, no âmbito do CLAll, no **valor de cerca de 250 €**. O CLAll constitui-se como o serviço da autarquia dedicado especificamente ao acolhimento, à integração de imigrante e/ou à promoção da interculturalidade e é neste contorno, em conjunto com o Gabinete para a Igualdade e Cidadania, que é celebrado o **Dia Municipal para a Igualdade** (seja ela de género, racial, étnica, etc.), a **24 de Outubro, desde 2013**.



Figura 9 – Dia Municipal para a Igualdade 2014

De realçar ainda que a Câmara Municipal efetua a emissão do registo de cidadãos/ãs da União Europeia, sendo que entre 2008 e 2014 foram emitidos os seguintes registos (43 mulheres e 40 homens):

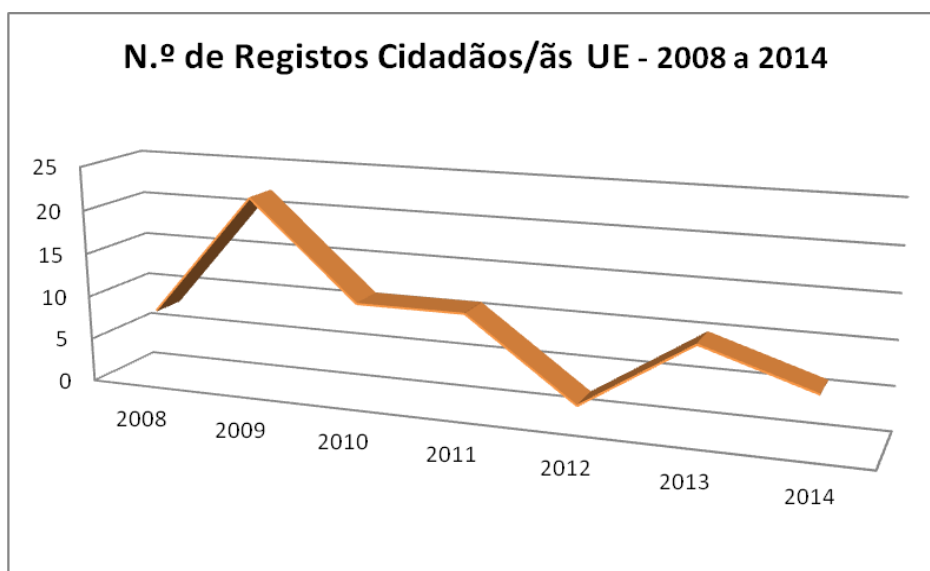


Gráfico 28 – N.º de Registos de Cidadãos/ãs EU emitidos pela Câmara Municipal, entre 2008 e 2014, CMA

2.3. Problemas e Necessidades da População Imigrante no Concelho de Alcanena

Após o vislumbre dos dados estatísticos gerais sobre a população imigrante do concelho de Alcanena, o enfoque será nos seus reais problemas e necessidades, identificados em colaboração com as entidades locais e a própria população imigrante e que se encontram divididos de acordo com as áreas previamente definidas.

2.1. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Remetendo para o questionário do Diagnóstico da População Imigrante (2014), no que respeita à situação profissional, observou-se **52% de pessoas à procura de emprego** e 48% de empregados/as, porém apenas 7 companheiros/as dos/as respondentes se encontravam em situação de desemprego, o que poderá significar que poderá haver no casal um membro desempregado, que depende do emprego do cônjuge como meio de subsistência.

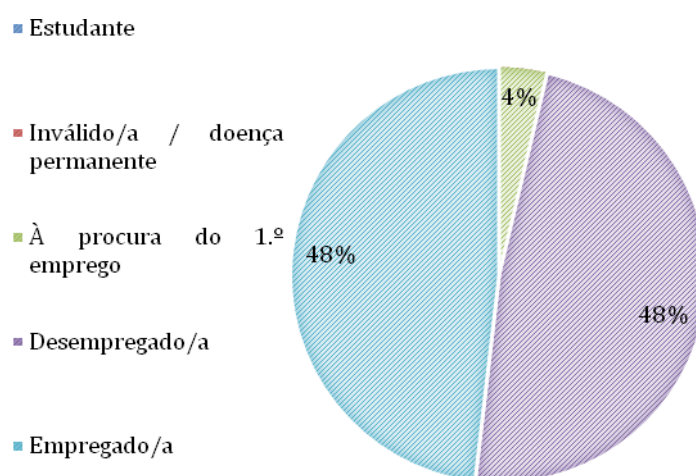


Gráfico 29 – Estado face ao emprego, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Ainda relativamente ao Diagnóstico, dos/as imigrantes que estão empregados/as, **a maioria tem contrato de trabalho**, sendo que grande parte é **com termo**. Três imigrantes revelaram que trabalham sem contrato e dois com recibos verdes. Quanto à situação laboral, a predominância está no/a “**trabalhador/a por conta de outrem**”, sendo que seis indivíduos criaram o seu próprio trabalho.

Relativamente às **áreas de atividade económica** a que se dedicam as pessoas estrangeiras que criaram o próprio emprego, encontramos pelo menos duas pessoas na área da restauração (café/pastelaria), uma pessoa em oficinas de automóveis e uma pessoa em lavagem de automóveis, todas de nacionalidade **Ucraniana**. Uma cozinheira num restaurante em Alcanena é oriunda da Rússia, existem duas lojas de Chineses (Alcanena e Minde), uma cabeleireira oriunda do **Brasil**, uma empresa de transportes (camionagem) de uma pessoa da **Ucrânia** e outra de uma pessoa da **Moldávia** e um restaurante e café propriedade de um cidadão **Italiano**. Realça-se que já existiu um supermercado com **produtos brasileiros** e um outro com **produtos ucranianos**, em Alcanena. Uma imigrante da Guiné-Bissau refere que não tem conhecimento de negócios no concelho criados por africanos, apesar de muitos destes terem uma ideia ou gostarem de o fazer, não existem condições para tal.

A partir dos dados dos Censos, denota-se que em Portugal durante as últimas quatro décadas as pessoas estrangeiras apresentaram sempre, por comparação aos nacionais, maior percentagem de empregadores no total de ativos. Entre 1981 e 2011, tanto o número de empregadores como a proporção de empregadores no total de ativos estrangeiros aumentou, de 1.811 para 23.697 e de 5.1% para 12.1%, respetivamente. Também a importância relativa dos empregadores estrangeiros no total de empregadores do país aumentou nas últimas décadas, de 1,4% em 1981 para 4,2% em 2001 e 5,2% em 2011. De 2001 para 2011, a evolução dos empregadores estrangeiros contrasta mesmo com a dos empregadores portugueses: enquanto os empregadores estrangeiros aumentaram 15%, os empregadores portugueses diminuíram em 7%.

Durante o ano de **2014**, cerca de 22 mulheres imigrantes e 21 homens imigrantes, ou seja, um total de **43 pessoas imigrantes**, foram atendidos/as pelo **Gabinete de Inserção Profissional** por diversos motivos: procura de emprego, apresentações periódicas, pedidos de informação, etc., numa percentagem de cerca de 3,5% relativamente ao total de pessoas atendidas.

A Câmara Municipal possui o referido Gabinete de Inserção Profissional (GIP), a funcionar nas mesmas instalações que a Ação Social e o CLAI. O GIP desenvolve, entre outras, as seguintes atividades: apoio à procura ativa de emprego; acompanhamento técnico personalizado aos/as desempregados/as em fase de inserção ou reinserção profissional; divulgação de ofertas de emprego e atividades de colocação; sessões de divulgação de medidas de apoio ao emprego de qualificação profissional e de empreendedorismo e de técnicas de procura de emprego; controlo da apresentação periódica dos/as beneficiários/as de prestações de desemprego. Durante o ano

de 2015, entre Janeiro e Março, foram realizados **64 atendimentos** a imigrantes (Janeiro – 12, Fevereiro – 31, Março [até dia 23] – 21). É através do GIP que muitos/as dos/as imigrantes tomam conhecimento da existência do CLAI. Realça-se que foram solicitados ao IEFPP dados estatísticos sobre as pessoas desempregadas imigrantes do concelho, contudo não se obteve resposta em tempo útil.

Num questionário informal realizado a algumas pessoas imigrantes utentes do GIP, estes/as **não sentem** propriamente **dificuldade no acesso** aos serviços públicos locais de emprego, de formação ou capacitação **mas sim dificuldade na obtenção de emprego**. Um problema identificado pela população imigrante, que se torna um problema comum a todos/as no país, independentemente da nacionalidade, é a falta de trabalho e a dificuldade em obter emprego.

Realça-se que uma minoria de empresas do concelho, aparentemente ainda não possui uma política de contratação de pessoas imigrantes ou a existência desta população nessas empresas é residual, porém outras empresas e IPSS's contratam e possuem mão-de-obra imigrante, como é o caso de diversas fábricas de curtumes (sobretudo pessoas oriundas da Ucrânia) e empregadas de limpeza (todas as nacionalidades). Particularmente o Centro de Bem Estar Social de Alcanena emprega atualmente **várias** pessoas imigrantes: **2 mulheres do Brasil, 2 mulheres da Ucrânia, 1 mulher de Angola, 1 mulher da Guiné-Bissau e 1 homem da Moldávia**, afirmando que todas se encontram bem integradas no trabalho. Neste âmbito, realça-se ainda a equipa de futebol de seniores do Atlético Clube Alcanenense, que desde há vários anos que conta com a **participação de jogadores estrangeiros**. Na presente época (2014/2015), conta com **16 jogadores imigrantes**, 12 do Brasil, 2 de Cabo Verde, 1 da Guiné-Bissau e 1 do Senegal (fonte: www.futebol365.pt).

Efetivamente, as pessoas imigrantes ao longo da última década apresentaram taxas de emprego superiores às dos autóctones, em contraste com o que ocorre na União Europeia, segundo os dados do Eurostat. A forte inserção laboral dos/as imigrantes tem vindo a alterar-se com a crise económica sentida em Portugal. O crescimento do desemprego entre a comunidade imigrante é também observável nos registos oficiais de desemprego do Instituto de Emprego e Formação Profissional, sabendo-se que não houve um crescimento significativo da população estrangeira residente em Portugal. A população estrangeira representava 5,8% em 2008, 7,2% em 2009 e 7,3% em 2010 do total de inscritos/as desempregados/as nos centros de emprego a nível nacional. Porém, verifica-se que **as mulheres migrantes continuam a estar expostas a taxas de desemprego relativamente mais elevadas** do que os homens autóctones e do que os

homens imigrantes. Assim, evidencia-se que existe alguma **discriminação no momento do recrutamento e da seleção** do emprego dos/as imigrantes em setores mais vulneráveis ao ciclo económico. É verificado que em 2010, os setores em que o desemprego é maior são precisamente os setores em que os/as imigrantes estão mais concentrados como por exemplo em atividades administrativas e serviços auxiliares, construção, comércio, hotelaria, restauração e atividades similares. É importante constatar que de facto é verificado que os/as **imigrantes recém-chegados/as têm maior dificuldade em encontrar emprego**, daí a existência da taxa de desemprego no que concerne à população imigrante. Assim, outros/as imigrantes que se fixaram há mais tempo, estão protegidos quer por via da potencial diversificação das formas de obtenção de emprego, quer em virtude da formalização da sua situação perante a segurança social e as autoridades tutelares do registo de estrangeiros em Portugal.

Em termos de empreendedorismo, a **Nersant - Associação Empresarial da Região de Santarém** -, sediada em Torres Novas (concelho limítrofe de Alcanena), apresenta vários programas de apoio direcionados a todos/as os/as empreendedores/as e às diferentes áreas de negócio. O Programa Sítio do Empreendedor apresenta uma metodologia própria e indicada para auxiliar o/a promotor/a a desenvolver a sua ideia de negócio desde a fase inicial do seu projeto. Neste sentido, existe todo um ecossistema empreendedor proporcionado pela Nersant, através de várias valências, tais como:

- **Rede de Parceiros** – Rede de entidade privadas e públicas que podem prestar apoio aos empreendedores através das suas competências e valências.
- **Bolsa de Mentores /Networking** – ligação constante entre empresários e empreendedores para partilha de informação e experiências;
- **Bolsa de Equipamentos Partilháveis** – divulgação de equipamentos que podem ser partilhados por empresa, diminuindo as necessidades de investimento no arranque do negócio;
- **Incubação e Financiamento** – zonas de localização empresarial existentes na maioria do Concelho da Região bem como sessões de apresentação de projetos a potenciais financiadores;
- **Programa de Formação específica para empreendedores;**
- **Ações de promoção** – Possibilidade de participação em Feiras e Eventos;

- **Networking** – Ligação constante entre empresários e empreendedores para partilha de informação e experiência;
- **Propriedade Intelectual** – Registo de marcas e patentes;
- **Apoio técnico na elaboração de projetos e candidaturas** a programas de apoio e/ou sistemas de incentivo;
- **Apoio técnico no acompanhamento de negócios/empresas** (pós início de atividades).

A Nersant proporcionou oportunidades e experiência na criação do próprio emprego a **dois imigrantes** (Moldávia e Ucrânia).

Salienta-se ainda a existência, no âmbito da **criação de atividades económicas no espaço europeu**, do sistema IMI, uma ferramenta eletrónica concebida para ajudar as entidades competentes do Espaço Económico Europeu na troca de informações administrativas com as entidades homólogas de outros Estados-Membros. O IMI foi criado pela Comissão Europeia em conjunto com os Estados-Membros ao abrigo das disposições sobre assistência mútua previstas na legislação relativa ao mercado interno e até ao momento tem três diretivas já implementadas: a Diretiva de Serviços, a Diretiva de Qualificações e a Diretiva Destacamento de Trabalhadores.

De forma a fomentar o empreendedorismo imigrante, a Câmara Municipal (Gabinete para a Igualdade e Cidadania e Gabinete de Inserção Profissional) dinamizou a sessão **“Empreendedorismo para Tod@s”** em Junho de 2014, que pretendeu facultar ferramentas e conhecimentos sobre a criação do próprio emprego e contou com a participação de 4 imigrantes (2 homens e 2 mulheres). Pretende-se que esta sessão tenha um caráter anual. Tem-se apelado também à participação dos/as imigrantes no Mercadinho de Alcanena, através da elaboração de um folheto e transmissão informativa por parte das jovens dos Projetos OTL.

O CLAll esteve representado no III Fórum da Juventude, a 18 de Outubro, com a Tasquinha Imigrante, que vendeu produtos gastronómicos elaborados por pessoas de Portugal, Brasil, Roménia, Rússia, Ucrânia e Moldávia. Esta foi também uma iniciativa com o intuito de desenvolver o **empreendedorismo imigrante**.

Concomitantemente, a Câmara Municipal possui um **Centro de Acolhimento de Iniciativa Empresarial de Alcanena**, que visa potenciar o espírito empreendedor em geral e dos/as jovens em particular e o desenvolvimento económico do concelho. Trata-se de um centro logístico e de

serviços destinado à instalação da atividade empresarial, que é complementado pelo apoio prestado pela Câmara Municipal de Alcanena às empresas nele instaladas, nos termos definidos no respetivo regulamento. Podem candidatar-se ao Centro de Acolhimento de Iniciativa Empresarial: pessoas coletivas, de natureza privada e com fins lucrativos, sob qualquer forma e estrutura jurídica, e candidatos constituídos como firma unipessoal, que apresentem projetos adequados ao desenvolvimento económico do concelho; pessoas singulares, maiores de 18 anos, individualmente ou em grupo, que tenham uma ideia de negócio e que pretendam concretizar, a curto prazo, através da criação de uma empresa com projeto adequado ao desenvolvimento económico do município. Este Centro encontra-se aberto a todos/as, inclusivamente às pessoas imigrantes.

Existe também, a nível nacional, o Plano de Ação «Empreendedorismo 2020», no qual é definido um eixo específico para os/as empresários/as imigrantes, onde é reforçado o “contributo essencial dos empresários migrantes para um crescimento sustentável e o emprego” e é incentivado o desenvolvimento de políticas destinadas a encorajar o empreendedorismo na Europa que considerem o potencial empresarial dos/as imigrantes e/ou atraiam potenciais empresários/as que desejem criar empresas internacionais sedeadas na Europa.

Um outro projeto ao nível nacional é o Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante, uma iniciativa criada pelo ACM, que tem vindo a ser desenvolvida, desde 2009, em diferentes territórios para apoiar imigrantes na estruturação e implementação de uma ideia de negócio. Tem como objetivo geral fomentar o empreendedorismo junto das comunidades imigrantes, e como objetivos específicos desenvolver uma atitude empreendedora perante a vida, promovendo a autoestima e a confiança em si próprio/a; desenvolver competências pessoais, sociais e de gestão empresarial fundamentais para a criação de um negócio; promover a criação de negócios de forma sustentada; facilitar a ligação entre os potenciais empreendedores e os programas de apoio ao empreendedorismo já existentes e levados a cabo por diversas entidades; promover a formalização de negócios já existentes na economia informal.

Apesar de não existir uma política de atração específica para **investidores/as estrangeiros/as, empresários imigrantes ou outro perfil de imigrantes ativos**, a Câmara Municipal contempla, no seu **Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças**, art.º 12.º, ponto 2, que “*as construções, alterações, demolições, reconstruções e ou ampliações, cujo uso seja de natureza industrial, comercial, serviços e agro-pecuária, beneficiam das seguintes reduções no pagamento das taxas e licenças:* a) 10 % para as empresas que mantenham ou criem de 5 a 10 postos de

trabalho; b) 25 % para as empresas que mantenham ou criem de 11 a 25 postos de trabalho; c) 35 % para as empresas que mantenham ou criem de 26 a 50 postos de trabalho; d) 50 % para as empresas que mantenham ou criem de 51 a 75 postos de trabalho; e) 75 % para as empresas que mantenham ou criem de 76 a 99 postos de trabalho”.

2.2. Serviços de Acolhimento e Integração

Uma vez mais analisando os dados dos questionários do Diagnóstico da População Imigrante, quanto ao nível de integração na comunidade, os/as imigrantes consideram sobretudo que a **sua integração é moderada ou alta**, o que poderá indicar um nível de integração positivo da população imigrante na comunidade.

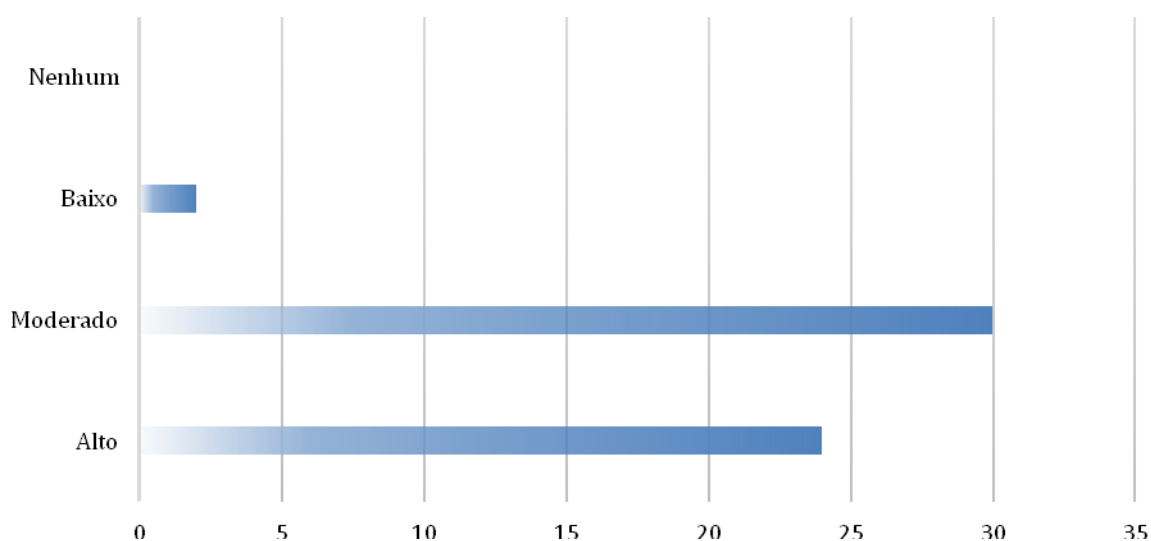


Gráfico 30 – Opinião dos/as imigrantes sobre o nível de integração na comunidade, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Na maioria dos casos, as pessoas imigrantes expressam **não ter dificuldades na integração/adaptação à sociedade portuguesa**. As que apresentam alguma dificuldade, apontam sobretudo a **Língua, arranjar trabalho e o clima**.

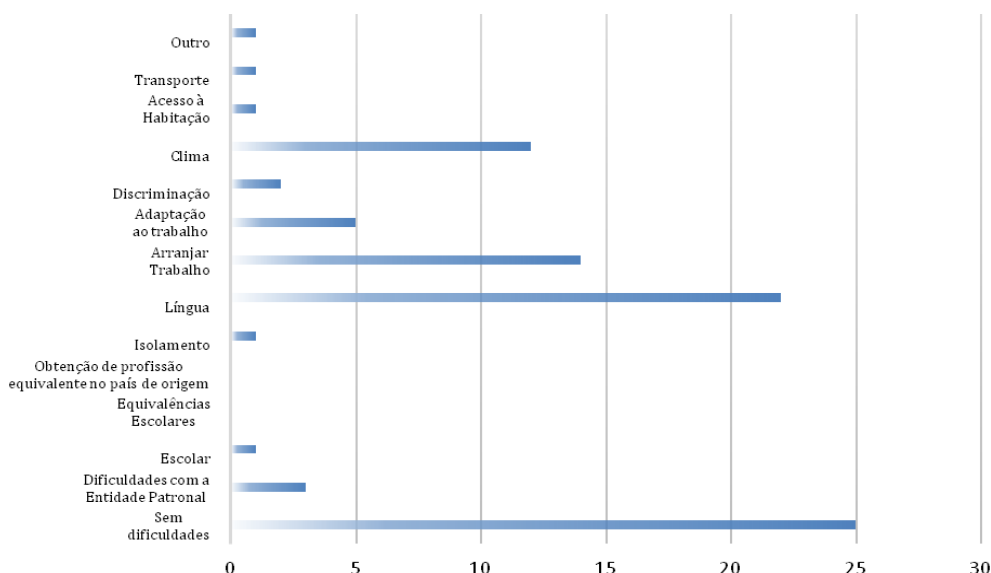


Gráfico 31 – Dificuldades sentidas na integração/adaptação à sociedade portuguesa, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Dos diversos fatores que podem **facilitar a integração** de imigrantes, escolheram maioritariamente ter amigos/as portugueses, falar português corretamente, ter emprego, ter amigos da sua nacionalidade e ter a família consigo. Só em menor número consideraram como fator de integração obter a nacionalidade portuguesa ou saber como funcionam os serviços.

Sendo o **CLAII** um serviço de acolhimento e integração, relativamente aos temas tratados desde a sua inauguração a 30 de Abril de 2013, os temas tratados em maior número foram “Outros Assuntos” com 53,55%, a parte da Legalização com 14,75%, a Nacionalidade com 13,11% e o Trabalho com 8,74%. O tema “Outros Assuntos” remete sobretudo para a apresentação do CLAII como local de apoio à população imigrante, como já referido anteriormente.

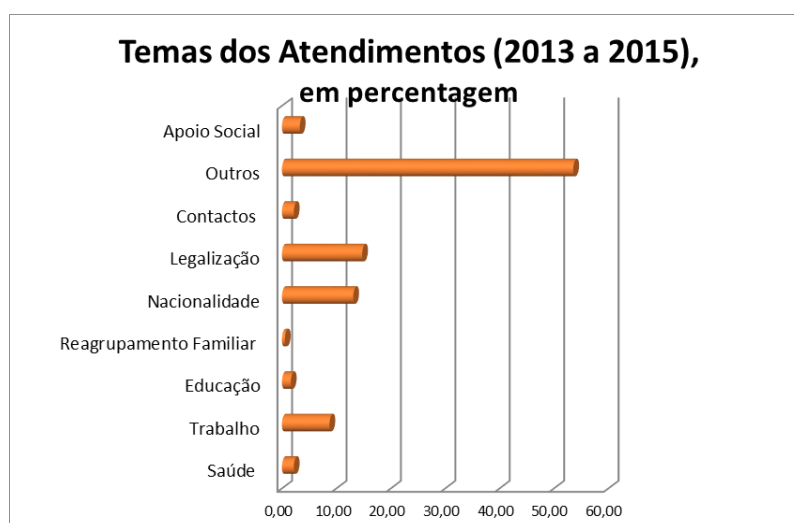


Gráfico 32 - Temas dos atendimentos (2013 a 2015), em percentagem, CLAII

Em 2013, ano de início do **CLAI**, pretendeu-se sobretudo divulgar o mesmo, através da elaboração e envio de um folheto sobre o CLAI, escrito em Português, Inglês, Ucrainiano e Romeno, para todas as entidades do Conselho Local de Ação Social (41), Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do Médio Tejo (114) e Gabinetes de Inserção Profissional do Médio Tejo (4), num total de 159 entidades, além de existirem folhetos disponíveis nas instalações do CLAI (Ação Social da Câmara Municipal). O CLAI aderiu à iniciativa Almoço “Família do Lado”, tendo participado 2 famílias.

Por seu turno, em 2014, foi realizada a **Semana da Interculturalidade**, com o objetivo de promover a interculturalidade e integração de pessoas imigrantes, nos dias 28, 29 e 30 de Abril.

No dia 28, na Hora do Conto Intercultural, participaram os ATL's do Centro de Bem Estar Social de Minde, Associação ABC e Centro de Bem Estar Social de Alcanena, onde foi contada uma história (“O Pavão sem coração”) relacionada com a aceitação da diferença, tendo-se ainda falado sobre as pessoas imigrantes, a diversidade cultural e a tradução de “amigo/a” para diversas línguas. Participaram na atividade 34 crianças: 15 do CBES de Minde; 12 da Associação ABC; e 7 do CBES de Alcanena. Realça-se que o inicialmente previsto seria uma ou duas pessoas imigrantes auxiliarem na dinamização da atividade, contudo nenhuma das pessoas imigrantes contactadas desejou participar.

No dia 29 de Abril, teve lugar a Hora do Mundo, em que 5 crianças do Projeto Entremãos do 1.º ciclo realizaram atividades relacionadas com a interculturalidade, como pintar e construir bandeiras, assim como trajes típicos de diversos países. As 4 crianças do 2.º ciclo elaboraram cartazes alusivos à Semana da Interculturalidade.

Por fim, no dia 30 de Abril, o dia iniciou pelas 11h00 no café-concerto do Cineteatro S. Pedro com uma Tertúlia destinada a mulheres imigrantes: “Desafios da Mulher Imigrante no Concelho”. Participaram 4 mulheres do concelho, entre dos 28 e ao 45 anos de idade, originárias dos países Guiné-Bissau, China, Ucrânia e Moldávia. Foram abordados temas relacionados com a integração em Portugal e especificamente em Alcanena, assim como as dificuldades e facilidades no acesso à educação, emprego e serviços na comunidade, que se passam a descrever.

A mulher imigrante que se encontra há mais tempo em Portugal tem 45 anos, é oriunda da Ucrânia, encontra-se em Portugal há 14 anos e tem já nacionalidade portuguesa. Está desempregada há 1 ano e 3 meses, tendo anteriormente trabalhado numa fábrica de móveis em

Amiais de Baixo, local onde residia antes de vir morar para **Alcanena, há cerca de 1 ano**. O primeiro a vir para Portugal foi o marido, tendo esta vindo posteriormente sem saber falar a língua, contudo foi aprendendo com a ajuda de colegas de trabalho e do dicionário. Considera que atualmente ainda não fala muito bem Português. Tem pessoas amigas de Portugal, assim como do seu país de origem, havendo uma certa fricção com pessoas oriundas da Roménia, mas acaba por referir que depende das pessoas em causa e não da nacionalidade. Sente-se integrada, acha que nunca foi vítima de discriminação por ser imigrante e gostaria de voltar para a Ucrânia quando for possível – julga que neste momento não é oportuno devido à sua filha ter nascido e frequentar escola em Portugal. Realça que ser mulher e imigrante pode dificultar na obtenção de emprego se for necessário utilizar o Português a nível profissional, e refere que lhe consta que uma fábrica do concelho não contrata pessoas imigrantes.

Por seu turno, a mulher oriunda da Moldávia, de 28 anos de idade, veio pela primeira vez para Portugal em 2009, para Pombal. Veio para **Alcanena há um ano**, devido a conhecer várias pessoas da Moldávia que residiam na localidade. Relaciona-se com pessoas de diversos países do Leste Europeu, assim como com portugueses/as. Encontra-se desempregada, tem dois filhos e nunca teve nenhuma experiência de trabalho. Gosta muito de Alcanena e não pretende voltar para a Moldávia. Refere nunca se ter sentido vítima de discriminação ou se foi não teve a ver com o facto de ser imigrante.

Uma outra mulher, da Guiné-Bissau, de 38 anos de idade, encontra-se há 9 anos em Portugal (o primeiro local onde esteve a residir foi Samora Correia) e **há 5 em Alcanena**. Tem três filhos e está desempregada há 1 ano, tendo já sido empregada numa fábrica e de limpeza e auxiliar de ação educativa. Não pretende regressar ao país de origem. Considera ter sido vítima de discriminação em contexto laboral, por parte de colegas e ainda hoje em dia, na forma como é tratada por algumas pessoas.

A mulher oriunda da China, de 29 anos, tem dois filhos e encontra-se há 8 anos em Portugal (o primeiro local onde esteve foi o Porto) e **há 4 anos em Alcanena**. É comerciante de loja. Menciona que o único problema de Alcanena é a questão ambiental mas deseja voltar para a China. Refere que aprendeu mais o Português, quando foi tirar a carta de condução. Sentiu-se discriminada por colegas de escola quando veio para Portugal e em Alcanena, quando abriu a loja, por alunas da Escola e alguns clientes. Acrescenta ainda que, as outras pessoas imigrantes têm tendência a procurar um local e fixar-se mas que os/as chineses/as não são assim, procuram outros sítios para morar, tanto que o seu agregado familiar pretende abandonar

Alcanena, nos próximos meses. Refere que as famílias chinesas residentes em Alcanena, não têm muito contacto entre si, porque fazem concorrência umas às outras.

Relativamente ao que as mulheres desejariam para a sua vida atual, as três mulheres desempregadas gostariam de ter um emprego; a mulher da Guiné-Bissau gostaria de mais apoios para as pessoas imigrantes desempregadas, dando o exemplo que os/as portugueses/as, apesar de desempregados/as, podem ter família para os/as ajudar e as pessoas imigrantes não; e a mulher da China gostaria de ter amigos/as na comunidade, considerando que se sente isolada.

No mesmo dia pelas 14h00, decorreu o Atelier “Bonecas Interculturais” no Museu da Boneca, contando com a participação de 5 alunos/as da Academia Sénior, 1 homem e 4 mulheres. A atividade consistiu em colar bonecas, de acordo com o traje típico do país de origem, no respetivo país no mapa-mundo, seguindo-se a leitura de uma breve descrição do país e dos significados do próprio traje. Os/as alunos/as tiveram ainda direito a um manual contendo as diversas bonecas, respetivos trajes e descrição, de diversos países e a uma visita pelo Museu.



Figura 10 – Atelier “Bonecas Interculturais”

Às 16h30, iniciou-se a comemoração do 1.º aniversário do CLAI, com a presença da Sr.^a Vereadora Maria João Gomez em substituição da Sr.^a Presidente, que abriu o momento. Seguiu-se o momento musical com Cristina Verush do CAORG, cujos pais são oriundos da Ucrânia, que tocou duas peças em Flauta Transversal e, posteriormente, a declamação de poemas relacionados com a diversidade e a aceitação da diferença, pelas crianças do Projeto Entremãos e por um aluno que estagiou na Divisão de Desenvolvimento Humano e Social durante as Férias da Páscoa:

- Kelton (oriundo de Cabo Verde) – Poema Crioulo
- Rafael (Portugal) – Sou como tu, de Tiago Pinto
- Alexandre (pais oriundos da Ucrânia) – Meu Testamento, de Taras Shevchenko
- Inês (Portugal) – Alguém, de Rita Gouveia
- Mariana (pai oriundo de Angola) – Ser Angolano é Meu Fado, de Neves e Sousa
- Leonardo (Portugal) – Sou como tu, de Catarina Araújo
- Patrícia (Portugal) – O Racismo, de Ana Amado

O dia encerrou com os parabéns ao CLAI e um lanche intercultural, com comida facultada pelos Restaurantes “O Facho” (bolas de neve da Rússia) e o “Retiro dos Pacatos” (típica portuguesa), assim como por imigrantes (Bifan da Moldávia, Kotleta da Ucrânia, Pães de queijo do Brasil, Pastéis de Massaterra da Guiné-Bissau...).

Em 2015, a II Semana da Interculturalidade contou com atividades semelhantes a 2014, nomeadamente a Hora do Conto Intercultural, em que uma Angolana e uma Portuguesa contaram contos típicos do seu país às crianças dos ATL’s do Concelho; a Hora do Mundo, com as crianças do Projeto Entremãos, que realizaram atividades alusivas à interculturalidade e à não discriminação; o *Atelier* Intercultural, no Museu da Boneca, em que alunos/as da Academia Sénior construíram flores com as bandeiras de diversos países, tendo que adivinhar a que país correspondia cada bandeira; e o 2.º Aniversário do CLAI, composto por um momento intercultural em que uma criança (CAORG) oriunda da Ucrânia tocou uma peça na guitarra e as crianças do Projeto Entremãos leram uma história projetada (“Migrando”, Mariana Chiesa Mateos) sobre as migrações. Seguiu-se, como habitual, um lanche intercultural, com comida típica de Portugal, Moldávia, China, Brasil, Moçambique, Japão, Espanha e Itália.

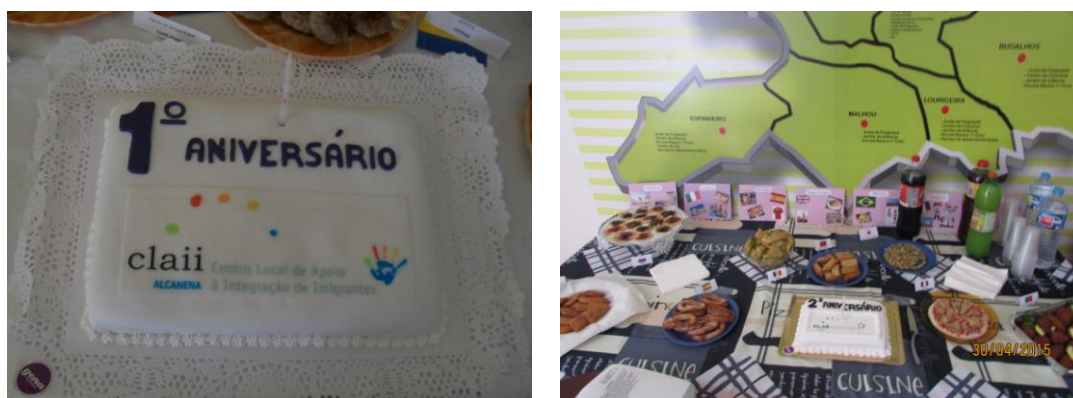


Figura 11 – 1.º e 2.º Aniversários do CLAI (2014 e 2015)

No âmbito do CLAI, em 2014, foram ainda realizadas outras iniciativas de integração de imigrantes, como o **Almoço Família do Lado**, em que participaram 4 famílias, num total de 6 pessoas, sendo que através deste projeto, uma família aceita acolher em sua casa uma outra família que não conheça, constituindo-se pares de famílias – uma imigrante e outra autóctone (ou vice-versa) – para a realização de um almoço-convívio, com o objetivo de partilhar histórias e vivências, próprias de cada cultura, como forma de acolher o “Outro”, contribuindo para uma integração mais efetiva dos/as imigrantes em Portugal, através da criação de laços e promovendo a diversidade cultural que existe no nosso país; os três **Projetos de Ocupação de Tempos Livres**, que pretenderam aumentar o conhecimento sobre a população imigrante, promover a interculturalidade e inserir uma jovem imigrante. Revelaram-se indubitavelmente uma mais-valia para o trabalho do CLAI; e o **Programa Mentores para Imigrantes**, coordenado pelo ACM que, através de um modelo de mentoria e da promoção do voluntariado e da cidadania participativa, tem em vista promover a inserção na sociedade portuguesa de imigrantes, proporcionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução de dificuldades ou preocupações dos/as imigrantes, e que visa igualmente a promover a igualdade de oportunidades e sensibilizar para a riqueza da diversidade, promover o voluntariado e a troca positiva de experiências, assim como contribuir para o enriquecimento pessoal, social e organizacional das pessoas e entidades envolvidas. Foi assinado Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Alcanena e o ACM, a propósito do referido Programa, no dia 28 de Outubro.

As **Juntas e Uniãoes de Freguesia** desempenham também um importante papel no acolhimento e integração de imigrantes.

A União das Freguesias de Alcanena e Vila Moreira auxilia na integração de imigrantes que têm como países de origem sobretudo Angola, Brasil, Cabo-Verde, Moldávia, Rússia e Ucrânia.

A Junta de Freguesia dos Bugalhos contacta com imigrantes sobretudo de nacionalidade brasileira e ucraniana. Existem algumas dificuldades na comunicação, mas referem que com diversas tentativas, a comunicação é conseguida. Esta Junta refere promover ações para a integração e a interculturalidade, nomeadamente o contacto que realiza com as pessoas imigrantes. As restantes Juntas de Freguesia que responderam aos questionários não promovem ações de integração e interculturalidade.

A Junta de Freguesia de Monsanto tem contacto com imigrantes oriundos/as de vários países, como Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Moldávia, Rússia, Ucrânia e França, facultando informações, nomeadamente sobre ofertas de emprego.

Por seu turno, a Junta de Freguesia de Serra de Santo António contacta sobretudo com imigrantes oriundos/as do Brasil, Moldávia, Rússia e Ucrânia, para emissão de declarações e atestados e apoio no preenchimento de alguns documentos.

Já a Junta de Freguesia de Minde, indica que contacta com imigrantes oriundos/as essencialmente da Moldávia e Ucrânia, no âmbito da emissão de declarações de residência.

A Junta de Freguesia de Moitas Venda e a União de Freguesias de Malhou, Louriceira e Espinheiro, não responderam ao questionário.

Por outro lado, a percepção das entidades locais é a de que as pessoas **nacionais da Ucrânia** normalmente não se encontram muito integradas na comunidade, encontrando-se isoladas nas suas famílias/casas.

2.3. Urbanismo e Habitação

No que respeita às condições de habitabilidade, remetendo para o Diagnóstico da População Imigrante, a maioria dos/as imigrantes que residem no Concelho de Alcanena possuem casa **alugada**. Duas das pessoas inquiridas residem em habitação social ou em casa de familiares.

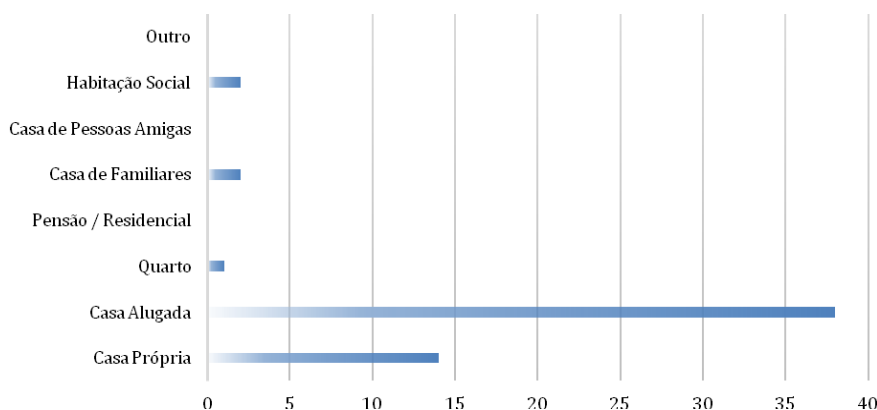


Gráfico 33 – Tipo de residência dos/as imigrantes, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Mais de 40% dos indivíduos inquiridos tem **3 divisões** na sua habitação, contando com a sala e quartos, seguido dos que têm 4 divisões (28%) e 2 divisões (21%). Apesar de um questionado

ter optado não responder, todos/as os/as imigrantes inquiridos/as (58) possuem Cozinha, WC, Eletricidade e Água canalizada nos seus domicílios, exceto um imigrante que não possui água canalizada.

A maior parte (58%) dos/as inquiridos/as classifica o **estado de conservação** da sua habitação com **bom** e os/as restantes consideram que a sua habitação encontra-se **razoável** (42%).

Segundo o questionário preenchido pelo Serviço de Ação Social da Segurança Social de Alcanena, efetivamente as condições de habitação dos agregados familiares de imigrantes do concelho serão bastante razoáveis. Não existe conhecimento da existência de mais que um agregado familiar a residir na mesma habitação ou de situações de subarrendamento, no que se refere a imigrantes e não existirá nenhum bairro/zona/rua no concelho que se verifique uma maior concentração de imigrantes. Contudo, existem **espaços** que são **mais procurados** por determinados/as imigrantes ou nacionalidades, como o **Jardim da República** e a **Praça Marechal Carmona**, como pontos de encontro e espaços de lazer e nomeadamente para utilização da internet pública. Estes locais são sobretudo frequentados pela comunidade **Moldava, Ucraniana e Russa**.

Relativamente à **Habitação Social**, os dados existentes encontram-se descritos na área “*Solidariedade e Resposta Social*”.

Segundo Fonseca, “A **situação de desvantagem das populações imigrantes no mercado da habitação** é comum aos diversos países da União Europeia, sendo evidente a sobre representação dos imigrantes em alojamentos precários, sobrelotados, sem infraestruturas básicas e localizados em bairros degradados e estigmatizados. Para estas populações o acesso à propriedade da habitação é também muito mais difícil do que para a população nativa” (Fonseca et al., 2013: 124). Contudo, verifica-se que **ao nível do Concelho de Alcanena tal não acontece**.

2.4. Educação e Língua

O Agrupamento de Escolas de Alcanena abrange 11 estabelecimentos pré-escolares, 10 escolas do 1.º Ciclo E.B., 2 do 3.º Ciclo E.B. e 1 de Ensino Secundário. No ano letivo 2014/2015, existem cerca de 1554 alunos/as, sendo que 40 são alunos/as imigrantes (2,6%). A maior parte dos/as alunos imigrantes são oriundos/as da **Ucrânia**. Relativamente ao **1.º Ciclo**, existem cerca de **29**

alunos/as imigrantes/descendentes de imigrantes, distribuídos pelas nacionalidades observadas no gráfico seguinte, verificando-se a predominância das nacionalidades **Ucraniana e Brasileira**.

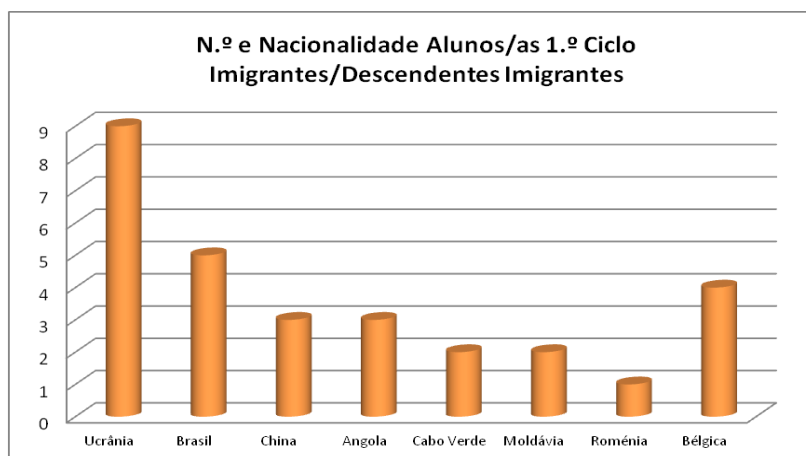


Gráfico 34 – Número e nacionalidade dos/as alunos/as imigrantes/descendentes de imigrantes, que frequentam o 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Alcanena, Agrupamento de Escolas de Alcanena (AEA)

A **taxa de sucesso** dos/as alunos/as imigrantes é de cerca de **51% a 60%** e a **taxa de retenção** é de **21% a 30%**. De acordo com o Agrupamento de Escolas, os/as alunos/as oriundos/as da **Ucrânia** valorizam muito a escola (encontrando-se os próprios pais interessados no percurso escolar dos/as filhos/as), sendo que aqueles/as que apresentam maiores dificuldades são os/as alunos/as oriundos/as da **China**, que a partir do início da adolescência (cerca dos 12 anos de idade), começam a faltar à escola, para entrar no negócio da família.

Na constituição de turmas, o agrupamento gere a diversidade de origens dos/as alunos/as em função da data de nascimento dos/as alunos/as e com base na língua materna dos/as alunos/as ou do seu nível de domínio da língua portuguesa.

O projeto pedagógico do Agrupamento contempla em parte a dimensão da interculturalidade ou da imigração, sendo estas questões estruturantes na escola. Algumas **atividades desenvolvidas** prenderam-se com uma **aluna chinesa** que deu formação de mandarim para docentes e funcionários/as, a realização de uma atividade gastronómica com a integração de pratos típicos de cada nacionalidade na semana do Agrupamento, a execução de uma apresentação de hábitos e costumes pelos/as alunos/as visados/as, a implementação de um curso de Português como língua não materna e foram ainda realizadas visitas de estudo para alunos estrangeiros. Foi igualmente elaborado um painel de azulejos na escola sede do Agrupamento, com as bandeiras de cada país que integrou um projeto desenvolvido na escola.

Existe também uma *newsletter* “Drop by drop”, com notícias sobre projetos relacionados com a **multiculturalidade**.

O Agrupamento disponibiliza **materiais pedagógicos de apoio** nas bibliotecas das escolas para trabalhar as questões da diversidade cultural e dinamiza **sessões de sensibilização** ao tema da discriminação e a integração do referido tema nas aulas de algumas disciplinas, de forma a combater comportamentos discriminatórios no contexto escolar. Esta entidade não sinalizou comportamentos discriminatórios relacionados com a origem étnica/xenofobia.

É promovido o **acolhimento de novos/as alunos/as** de forma estruturada e o pessoal afeto aos serviços das escolas tenta encontrar soluções para comunicar com os/as alunos/as que não dominam a língua portuguesa. Apesar do Agrupamento não ter promovido ações de formação ou de sensibilização, com vista à capacitação no âmbito das competências interculturais, possui iniciativas de **apoio específico à aprendizagem da língua portuguesa para imigrantes**. Assim, explica que “não são desenvolvidas outro tipo de iniciativas, uma vez que o número de alunos/as de outras nacionalidades não o justifica”.

Em termos de boas práticas, o Agrupamento dispõe de uma **publicação “Aquarela Cultural”**, projeto que resulta do reconhecimento da crescente realidade pluri/multicultural na escola assim como na comunidade que a envolve e da necessidade de promover o conhecimento e o apreço desta realidade, visando a integração, a interação e a coesão social e cultural entre cidadãos/ãs. Na publicação, é dada uma perspetiva histórico-cultural e geográfica de Angola, Brasil, França, Moldávia, Roménia, Rússia, Ucrânia, Uzbequistão e Portugal. Pretende desmistificar estereótipos, ultrapassar receios sustentados pelo desconhecimento de outros universos, gerar curiosidades, promover/produzir saber, reflexão e apreço.

Ao nível nacional, destaca-se a existência do Selo de Escola Intercultural, que visa distinguir as Escolas que se destacam na promoção de projetos com vista ao reconhecimento e à valorização da diversidade como uma oportunidade e fonte de aprendizagem para todos/as. Esta iniciativa constituiu-se como um contributo para o trabalho da escola na formação pessoal e social de crianças, jovens e adultos, bem como na cidadania ativa. O Selo de Escola Intercultural é uma iniciativa promovida pela Direção-Geral da Educação (DGE), do Ministério da Educação e Ciência, e pelo Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), com a colaboração da Fundação Aga Khan Portugal (FAK Portugal).

Remetendo para o **Diagnóstico da População Imigrante**, ao nível de escolaridade, verificou-se uma prevalência de imigrantes com **habilitações ao nível do 12.º ano** (ou equivalência), a frequentar a universidade ou mesmo já com a licenciatura e mestrado (19). Apenas 15 inquiridos/as revelam um nível de escolaridade igual ou inferior ao 3º ciclo. Apesar disso, pela experiência diária do **Gabinete de Inserção Profissional** e **CLAI**, sabe-se que a maior parte dos/as imigrantes **não exerce profissões qualificadas**.

Ainda no âmbito do Diagnóstico da População Imigrante, as pessoas questionadas revelam um **domínio da língua portuguesa Moderado** (57%), sendo que uma grande percentagem considera que domina a um nível Alto (40%). Apenas 3% consideram ter um domínio da língua portuguesa baixo. No contorno dos Projetos de OTL e do CLAI, foi elaborado um panfleto sobre a possibilidade dos/as imigrantes virem a usufruir de **aulas de língua e cultura portuguesas**, tendo havido cerca de 14 pré-inscrições para as mesmas. Contudo, aquando da primeira aula (dada por uma professora de português voluntária), apenas compareceu um jovem imigrante oriundo da Ucrânia, que foi encaminhado para o Programa Mentores para Imigrantes.

2.5. Capacitação e Formação

Relativamente ao curso de Português para Todos, nos últimos anos, decorreu 1 edição no IEF – Centro de Emprego de Torres Novas, entre 11-11-2014 e 22-01-2015, e decorrerão mais 2 edições. O IEF informou que nos últimos 2 anos cerca de 22 imigrantes do concelho participaram nestes cursos.

A compreensão da língua do país de acolhimento é um requisito fundamental no processo de integração de imigrantes, tendo por isso aumentado a oferta de cursos de aprendizagem da língua de acolhimento um pouco por toda a Europa. Em Portugal, no ano letivo de 2012/13 encontravam-se matriculados/as na disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM) – disciplina do ensino básico e ensino secundário - 2.199 alunos, verificando-se um crescimento significativo relativamente ao ano letivo de 2007/08 (quando apenas existiam 31 alunos/as matriculados/as). O Programa Português para Todos (PPT) também tem aumentado desde 2008 o número de formandos/as abrangidos/as: entre 2008 e 2012, registou-se um aumento de formandos/as em +224% (3.385 formandos, em 2008, e 10.982 em 2012).

Atualmente encontram-se 3 cidadãos/ãs da Moldávia inscritos/as no curso de **Educação e Formação de Adultos** (equivalência ao 12.º ano) da Escola Secundária de Alcanena, contudo a ponderar desistir devido à demora no início do referido curso.

Ao longo dos anos, bastantes imigrantes – sobretudo da Ucrânia e pais dos/as alunos/as que frequentam as escolas – têm frequentado este tipo de cursos. Ainda de acordo com o Agrupamento de Escolas, encontram-se inscritos/as cerca de 5/6 imigrantes na formação modular de Português como Língua Não Materna, contudo são necessárias pelo menos 25 pessoas inscritas.

No que respeita aos/as alunos/as do Agrupamento de Escolas, incluindo imigrantes e descendentes de imigrantes, é-lhes proporcionado o contacto com o empreendedorismo desde cedo, nomeadamente na Oferta Complementar de Escola no 8.º ano de escolaridade onde, em parceria com a Nersant, são construídos projetos e desenvolvidas ideias de negócios. Existem igualmente nos outros anos de escolaridade, desde o 1.º ciclo, atividades promotoras do empreendedorismo que permitem nomeadamente a participação em concursos e numa feira itinerante promovida pela *Tagus Valley*, em que são vendidos produtos elaborados pelos/as alunos/as.

Em termos de capacitação das pessoas imigrantes, realça-se a sessão já referida anteriormente, “Empreendedorismo para Tod@s”, que pretendeu alertar para a criação do próprio emprego, facultar conhecimentos e ferramentas que permitam a criação do próprio emprego e motivar para a procura de emprego.

Por outro lado, o Gabinete de Inserção Profissional durante o ano de 2014 realizou **sessões de informação** que abrangeram 796 pessoas desempregadas, entre elas cerca de **50 imigrantes**, maioritariamente oriundos/as da Ucrânia. As sessões são de dois tipos, consistindo uma delas em prestar informação acerca medidas de apoio ao emprego, qualificação profissional e reconhecimento e empreendedorismo e as outras sessões acerca de técnicas de procura de emprego. As pessoas que frequentam as sessões, incluindo as pessoas imigrantes, podem ser encaminhadas para ações de formação Vida Ativa (Unidades de Formação de Curta Duração), contudo o número de pessoas imigrantes que é encaminhado pelo GIP é residual.

No que concerne à capacitação de outros agentes, como anteriormente referido, não existe uma promoção regular de ações que reforcem as competências interculturais dos/as funcionários/as

da Câmara Municipal e/ou técnicos/as de instituições públicas e privadas, exceto das técnicas do CLAll que frequentam regularmente ações de formação promovidas pelo ACM.

2.6. Cultura

Relativamente à Cultura, considera-se que no município a programação cultural e os eventos promovidos espelham a diversidade cultural dos/as seus/suas residentes. Referem-se algumas iniciativas levadas a cabo:

Biblioteca Municipal: exposição de pintura “Rios e Mares Azuis Sonhados em Terras Distantes”, entre Janeiro e Fevereiro de 2015, de Roberto Chichorro, artista plástico moçambicano, residente em Ourém; dinamização do *Workshop* de Confeção de Amêndoas, em Abril de 2014, por um imigrante brasileiro do concelho, Daniel Santos; dinamização de *Workshop* sobre decoração de bolos, em novembro de 2013, por Yannick Génard, francês, da Escola de Hotelaria de Fátima; Encontro de Poesia e Cultura, no dia 28 de Março de 2015, onde foi analisada a obra de Clarice Lispector (1920-1977), uma escritora brasileira de origem judia, nascida na Ucrânia, reconhecida como uma das mais importantes escritoras do século XX;

Museu da Boneca: *Atelier* Bonecas Interculturais e Intercultural (no âmbito da I e II Semanas da Interculturalidade);

Cineteatro: *Santas de Roca*, um espetáculo comunitário dinamizado em 2013 por uma coreógrafa italiana, Constanza Givone; em Maio de 2013, a atuação do grupo de música tradicional de Cabo Verde “Brasa de Fogo”, no âmbito do Fórum dos Recursos Sociais;

Festival de Folclore: realiza-se ao ar livre junto à Câmara Municipal, desde há cerca de 27 anos, contando com grupos oriundos do estrangeiro. Na sua 27.ª edição em 2014, contou com a participação dos grupos Ballet Tierra Dientro do Uruguai, Folk Dance Ensemble da Croácia e University Folcore Research Centre da Turquia. A edição de 2013 contou com as atuações dos seguintes grupos de internacionais: ZKUD Tine Rozanc (Eslovénia), Folk Dance Group “KUJON” (Polónia) e I Picciotti di Mataro (Itália). Normalmente assistem bastantes pessoas imigrantes do concelho, que inclusivamente se trajam a rigor;

Jogos Florais: Os XXIX Jogos Florais do Concelho de Alcanena em 2015 contemplam 3 modalidades: Expressão literária (prosa, poesia e quadra), Expressão plástica (desenho, pintura, gravura e colagem) e Fotografia: Tema “A Luz” – 2015 – Ano Internacional da Luz. Encontram-se abertos a todas as pessoas naturais, residentes ou que exerçam a sua atividade profissional no Concelho de Alcanena, exceto na Modalidade Fotografia, cujo âmbito é a nível Nacional. Muitas crianças imigrantes e descendentes de imigrantes, sobretudo de nacionalidade ucraniana, participam nestes Jogos.

A programação cultural promovida pela autarquia tenta então contemplar artistas de várias origens e nacionalidades.

No questionário informal aplicado a imigrantes durante os meses de Janeiro a Março, **8** mencionaram não ter o hábito de frequentar as atividades culturais, promovidas pela Câmara Municipal, sendo que **6** referiram que o faziam. As pessoas imigrantes, nas reuniões e entrevistas efetuadas, mencionaram que os motivos para não frequentar as atividades culturais seriam a falta de disponibilidade, a falta de suporte familiar (ter alguém para deixar os/as filhos/as) e o facto de não interessar devido à barreira linguística.

Relativamente a medidas e iniciativas, no município, de sensibilização para a diversidade cultural e promoção do diálogo intercultural, além das anteriormente referidas, destacam-se aquelas realizadas no âmbito do **CLAI** e do **Gabinete para a Igualdade e Cidadania**, nomeadamente a **I Semana da Interculturalidade (2014)** e **II Semana da Interculturalidade (2015)**, o **Ciclo de Filmes Contra a Discriminação**, no Cineteatro, em Outubro de 2013 e as **Férias Tradições & Cultura**, em Março de 2013, onde a atividade “**Aventura Intercultural**” foi realizada com as crianças das Férias Ativas (férias camarárias para crianças), com os objetivos principais de sensibilizar para a compreensão e aceitação da diferença e promover a tolerância, solidariedade, partilha e cooperação. Consistiu em atividades lúdicas interculturais, como pintar e construir bandeiras, fazer monumentos em barro, elaborar objetos típicos, sobre os países de origem dos/as convidados/as que se seguiram (China, Roménia, Brasil, Coreia do Sul, Cabo Verde). O referido momento contou ainda com a participação de uma mulher de cor, surda-muda, que fez e ensinou a fazer peças de bijuteria. Após as atividades lúdicas, a mediadora comunitária de etnia cigana, do Município de Abrantes, mostrou uma apresentação com fotografias alusivas a tradições e costumes da sua etnia, falando sobre estes aspetos. Houve a oportunidade de desconstruir alguns estereótipos relacionados com a **etnia cigana**, no seguimento das questões colocadas pelas crianças. Uma jovem originária da **China** respondeu a algumas questões

relacionadas com o seu país de origem, assim como mostrou algumas imagens referentes ao mesmo. A mulher oriunda da **Roménia**, respondeu também a questões colocadas pelas crianças. A manhã findou com os testemunhos de jogadores de futebol do Atlético Clube Alcanenense oriundos de **Brasil, Coreia do Sul, Cabo Verde**, sobre as comidas e tradições dos seus países. A tarde iniciou-se com o ensino de danças ciganas por parte da mediadora e do seu filho, seguindo-se o Rancho Folclórico da Gouxaria, a Academia Renadance de Alcanena, que ensinou alguns passos de danças de salão e por fim, a Professora de Yoga, igualmente da Academia Renadance, fez com que todos/as os/as participantes terminassem o dia com uma sessão de relaxamento. Na repetição da atividade para na 2.^a semana de férias, com um grupo de crianças diferente, relativamente aos relatos de pessoas imigrantes do concelho acerca do seu país, optou-se também por adicionar apresentações *powerpoint* sobre os países em questão, contendo informações e imagens sobre a geografia, bandeira, língua, gastronomia, dança, música e outras sobre a cultura do país. Assim, tivemos Mariana, originária da Roménia, que foi questionada pelas crianças acerca da forma de dizer diversas palavras em romeno. Edneia, da Guiné-Bissau, aproveitou para confirmar algumas questões patentes na apresentação multimédia, nomeadamente a comida e a música, assim como a realidade de casarem meninas com 12 e 13 anos naquele país. Xu Shuang (China) mostrou o dinheiro que se utiliza na China e falou sobre a correspondência entre alguns animais e os anos chineses, exibindo um calendário chinês. Foi referida ainda a “política do filho único” da China, que deixou as crianças bastante indignadas. De seguida, mostraram-se as apresentações sobre os Camarões, realçando-se que ainda hoje os noivos têm que pagar pela sua noiva à família festa, Cabo Verde e Coreia do Sul, acompanhadas pela presença dos jogadores de futebol do Atlético Clube Alcanenense dos referidos países.

Ao nível das associações, destaca-se a Academia de Artes Renadance, em Alcanena, com o **grupo de danças sevilhanas** “Salero y Páasion” e o CAORG – Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro, sediado em Minde, que desenvolve atividades de cariz cultural, divulgando as artes e fomentando o ensino artístico, e no seio do qual existe (entre outros) o **Conservatório de Música Jaime Chavinha**, com ensino oficial em todos os ciclos do ensino básico, frequentado por cerca de **10 crianças imigrantes/descendentes de imigrantes**, cujos países de origem são **Brasil, Moldávia, Ucrânia, Alemanha e países africanos**.

Por seu turno, o CIDLeS - **Centro Interdisciplinar de Documentação Linguística e Social** é uma associação sem fins lucrativos fundada em Janeiro de 2010, em Minde, freguesia do

Concelho de Alcanena, por um grupo de investigadores nacionais e internacionais, que tem por objetivo fomentar a investigação em Portugal em duas áreas da linguística: a linguística documental (incluindo a sua vertente social) e a linguística tipológica. Além de se dedicar à documentação, estudo e divulgação de **línguas ameaçadas na Europa**, com vista à preservação e valorização da diversidade e património linguísticos europeus, o CIDLeS dedica-se também ao desenvolvimento de tecnologias de linguagem para o trabalho científico e didático com línguas minoritárias. Estudam principalmente o **Minderico** (dialeto de Minde, Portugal) e o **Bávaro** (Alemanha).

A assinalar ainda o **Festival de Jazz de Minde**, que em 2014 celebrou a sua 10.^a edição, com o objetivo central de homenagear o mestre Jaime Chavinha, e cuja aceitação do público ditou que seja considerado e referenciado como um dos melhores festivais de jazz da zona centro do país. Este festival conta, desde 2013, com a presença de músicos nacionais e internacionais, tendo contado nesse ano com músicos de Inglaterra, Itália e Israel e em 2014 com a presença de músicos oriundos dos Estados Unidos da América, Alemanha e Austrália.

Por fim, a destacar o **Festival Materiais Diversos (FMD)**, que cumpre em 2015 a sua 7.^a edição, um festival de artes performativas que conjuga as dimensões local, nacional e internacional. Este projeto nasceu em Minde e atualmente estende-se a Alcanena, Torres Novas, Cartaxo e Lisboa os seus palcos. O FMD já se afirmou como potenciador de valor económico, cultural e social, contribuindo para a dinamização do Médio Tejo, reabilitando estruturas, impulsionando o comércio e gerando fluxos de visitantes redobrados a cada edição. Oferece anualmente à população, uma programação exigente de artes performativas – dança, teatro e música -, contando com artistas internacionais. Em 2014, estiveram presentes em Alcanena e Minde, artistas oriundos de **Brasil, Itália, Tunísia, Espanha e França**.

2.7. Saúde

De um modo geral, as pessoas imigrantes têm problemas de saúde e necessitam de cuidados como todos os indivíduos, mas a evidência mostra que frequentemente têm grande dificuldade em aceder e usar os serviços de saúde disponíveis, o que os torna num grupo de risco acrescido.

Os obstáculos mais frequentes ao acesso e continuidade dos cuidados de saúde, expressos pelas próprias pessoas, dizem principalmente respeito ao desconhecimento dos seus direitos, às formalidades burocráticas dos locais onde se devem dirigir para receber esses cuidados, ao custo dos tratamentos, às dificuldades administrativas, ao medo de uma denúncia, à discriminação e às barreiras linguísticas e culturais

A diferença cultural e étnica também pode influenciar a saúde e as desigualdades sociais na saúde. Estas diferenças são explicadas pela posição socioeconómica e a atenção deve ser dada, desde o início, à relação entre a posição socioeconómica e a saúde, e não à pertença a um grupo étnico minoritário.

O Centro de Saúde de Alcanena tem inscritos/as **225 imigrantes** (março de 2015) e refere que todos/as os/as cidadãos/ãs têm acesso aos serviços públicos de saúde no concelho, independentemente da sua nacionalidade e da sua situação legal no país. Integra na sua prática os princípios da assistência religiosa, espiritual ou cultural, em função da diversidade presente no território, referindo que “o atendimento é feito a qualquer pessoa independentemente da raça, religião, cultura, prestando os cuidados de saúde necessários”.

A maior dificuldade, por parte dos/as profissionais de saúde, em prestar cuidados de saúde à população imigrante é a fraca ou nula compreensão da Língua de origem dos/as imigrantes (países de Leste, China, etc.). Quando se apresentam dificuldades de comunicação, os profissionais de saúde recorrem à ajuda de familiares ou amigos que acompanhem os/as utentes. A utilização de outra língua e a repetição e gestos é também prática corrente.

É de realçar que a maior parte dos/as imigrantes inquiridos/as no questionário informal, não sente dificuldades no acesso aos serviços de saúde.

O maior obstáculo ao nível da prestação de cuidados de saúde é a inexistência de materiais de informação e sensibilização relacionados com a prevenção da doença e a promoção da saúde, nomeadamente nas consultas de vigilância de saúde, bem como informação sobre os diferentes “circuitos de saúde” (articulação entre Centro de Saúde e Centro Hospitalar Médio Tejo).

Seria vantajoso a existência de panfletos com informação nos idiomas com maior representatividade, nomeadamente nas áreas de Vigilância de Saúde (Saúde Infantil e Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação).

No Centro de Saúde não existem profissionais estrangeiros a exercer funções.

2.8. Solidariedade e Resposta Social

Reportando ao Diagnóstico da População Imigrante, que remete para 2014, a grande maioria dos/as inquiridos/as tem o emprego como meio de subsistência. Com uma menor expressão temos os/as que têm o apoio do Subsídio de Desemprego/Subsídio Social de Desemprego ou outra situação - não tem rendimentos.

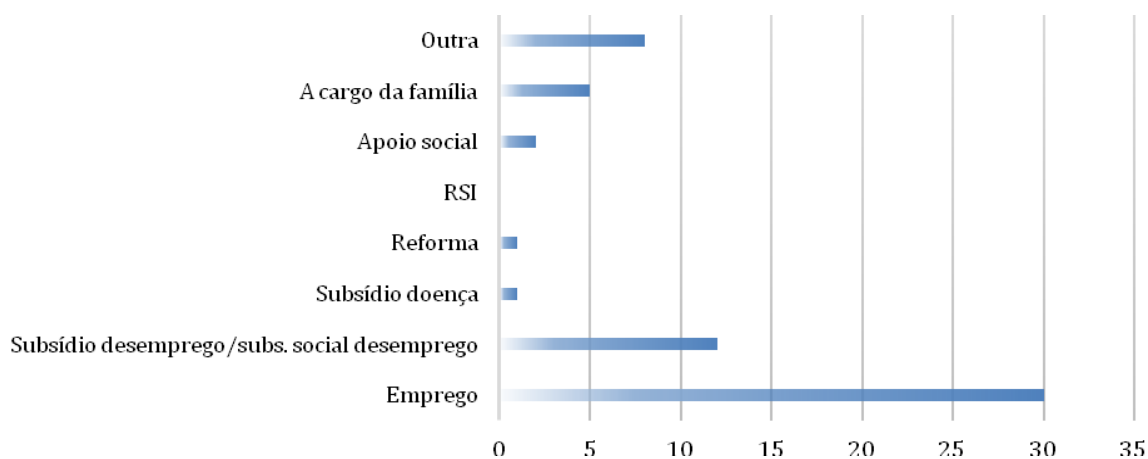


Gráfico 35 – Meio de subsistência dos/as imigrantes, Diagnóstico da População Imigrante 2014

A Segurança Social (Serviço Local de Alcanena) refere que (a Março de 2015) **6 imigrantes** recebem o **rendimento social de inserção**, **7** imigrantes usufruem da **cantina social** e 1 imigrante recebe apoio económico pontual.

No caso dos/as estrangeiros/as, o acesso ao RSI está condicionado a um período mínimo de residência legal em Portugal: para os/as nacionais de países terceiros o período é de, no mínimo, 3 anos, enquanto os/as nacionais da União Europeia têm de ter residência legal em Portugal há pelo menos 1 ano.

Em termos absolutos, o número de agregados familiares com titular estrangeiro passou de 1.037 em 2005 para 8.935 em 2012, tendo aumentado a sua importância relativa no total de beneficiários/as desta prestação de 1.4% para 5.6%. No que toca à distribuição por nacionalidades, denota-se padrões distintos dos apresentados nas restantes prestações sociais, destacando-se os agregados familiares dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (representam 48.3% do total de beneficiários estrangeiros de RSI em 2012). Entre os agregados dos PALOP evidenciam-se os nacionais de Cabo Verde (18.1% do total de beneficiários de RSI em 2012) e de Angola (12.5% em 2012). Os titulares de nacionalidade brasileira representam apenas 13.7% (em 2012) do total de agregados estrangeiros beneficiários de RSI. No caso dos europeus, em 2012, são os nacionais da Roménia (13.2%) e da Ucrânia

(7.1%) que se destacam. Assim no 1º grupo observamos principalmente as nacionalidades de países terceiros à União Europeia mais antiga em Portugal, e por isso legitimadas a aceder a este direito social por terem mais de três anos de residência legal no País; no caso da Roménia, embora traduza uma população imigrante mais recente, enquanto País de União Europeia tem de reunir apenas um ano de residência legal no País, para aceder ao RSI. O acesso destas populações estrangeiras ao RSI, reflete situações de pobreza, vulnerabilidade económica e exclusão social em Portugal.

Relativamente ao Atendimento Social efetuado na Ação Social da Câmara Municipal, verifica-se a predominância de atendimentos realizados a **imigrantes oriundos/as de países africanos**, em detrimento dos/as oriundos/as de países do Leste Europeu (nomeadamente Ucrânia, Moldávia e Roménia).

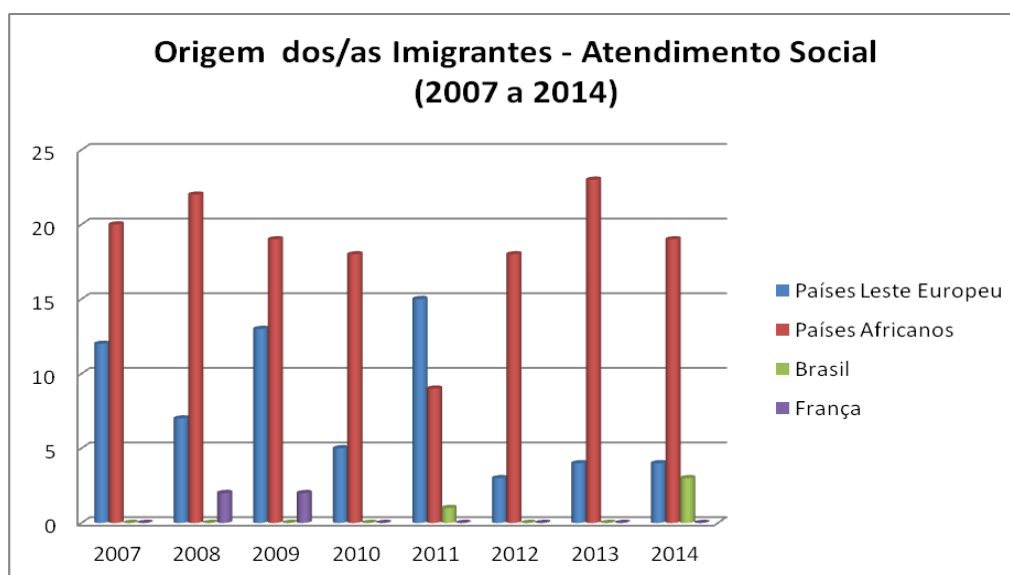


Gráfico 36 – Países de Origem dos/as Imigrantes atendidos/as no Atendimento da Ação Social, entre 2007 e 2014, DDHS

Em 2013 e 2014, 1 pessoa imigrante candidatou-se à Habitação Social camarária. Atualmente, **6 agregados familiares** (12,5%) na **Habitação Social** são compostos por imigrantes. Um dos agregados é composto por 3 pessoas da Guiné-Bissau (mãe, filho maior de idade e filha menor, sendo a outra filha menor já de nacionalidade Portuguesa), 1 pessoa de Cabo Verde (companheiro) e 1 cidadã nacional (filha do companheiro, maior de idade); outro pelo avô oriundo de Cabo Verde e o seu neto, descendente de imigrantes; um outro, por um homem português e pela sua esposa oriunda da França; outro dos agregados é constituído por um homem oriundo da Guiné-Bissau, a sua esposa oriunda de Angola e o filho português; existe

ainda um agregado com uma mulher de Cabo Verde; e por fim, outro agregado, com um homem de Cabo Verde, esposa Portuguesa e seus descendentes. Deparamo-nos então com **4** pessoas oriundas de **Cabo Verde**, **4** da **Guiné-Bissau**, **1** de Angola e **1** de França, havendo portanto predominância de pessoas oriundas dos **PALOP**. São pessoas bem integradas na comunidade.

No presente ano letivo, um aluno descendente de imigrante (**Moldávia**) solicitou **Apoio Extraordinário Estudantes Ensino Superior** (iniciativa da Câmara Municipal), apoio atribuído a estudantes do ensino superior residentes no concelho e que sejam provenientes de famílias carenciadas. Realça-se que entre 2004 e 2015, existiu a seguinte distribuição de proveniências entre os/as alunos/as imigrantes/descendentes de imigrantes que beneficiaram deste apoio (sendo que os anos que não se encontram expressos, são anos em que o Apoio não abrangeu esta franja da população):

Proveniência	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2008/2009	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2014/2015
Cabo-Verde	1								
França		2	2	2					
Moldávia					1	1	1		
Ucrânia						1	1	1	1

Tabela 3 – Países de proveniência e apoios concedidos (Apoio Extraordinário aos/às Alunos/as do Ensino Superior), entre 2004 e 2015, DDHS

Em 2013, aproximadamente 10 pessoas imigrantes (7 mulheres e 3 homens) – 0,5% dos agregados - e suas famílias beneficiaram de **Apoio Alimentar**, sendo duas pessoas nacionais de Angola, 2 de Cabo Verde, 2 de França e as restantes do Brasil, Moçambique, Roménia e Ucrânia.

Durante o ano de 2014, cerca de 13 imigrantes (11 mulheres e 2 homens) – 1 % - e suas famílias beneficiaram de Apoio Alimentar, sobretudo de nacionalidade Brasileira (3), seguindo-se a nacionalidade Moçambicana (2) e as restantes pessoas oriundas de Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Ucrânia, Moldávia, Roménia e França.

No que concerne a algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, a *Associação de Reformados Pensionistas e Idoso do Concelho de Alcanena* (ARPICA) possui um Centro de Convívio, que atualmente tem **1 utente imigrante de nacionalidade brasileira**. A ARPICA, neste momento, não emprega nenhum imigrante e não promove ações de integração e interculturalidade.

Por seu turno, o *Centro de Bem Estar Social de Alcanena* (CBESA), que possui serviço de apoio domiciliário, Centro de Dia, Lar de Idosos, Hospital, Creche, ATL e Jardim-de-Infância, tem em algumas valências utentes imigrantes ou descendentes de imigrantes, nomeadamente na Creche onde existem **5 descendentes de imigrantes (Ucrânia, Nigéria, Moldávia e Roménia)**; no Jardim-de-infância existe **1 ucraniana imigrante e 6 descendentes de imigrantes**, 2 da **Moldávia**, 2 da **Ucrânia**, 1 do **Brasil** e 1 da **Roménia**. O CBESA não promove ações de integração e interculturalidade.

O *Centro de Bem Estar Social de Minde* (CBESM) possui Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Lar de Idosos, Creche, ATL e Jardim-de-Infância. Existem algumas valências que são frequentadas por imigrantes e descendentes de imigrantes: na creche existe **1 imigrante do Brasil** e no pré-escolar **1 imigrante da Alemanha**; no pré-escolar existem **2 da Moldávia**, **1 descendente de imigrante da China** e **1 da Ucrânia**.

Já na Associação ABC, na valência ATL, existem **3 crianças descendentes de imigrantes de Cabo Verde** e **1 criança da Ucrânia**.

A *Cáritas Interparoquial de Alcanena* tem algum contato com pessoas imigrantes oriundas de **Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Moldávia e Ucrânia**. Esta entidade não promove ações de integração e interculturalidade. Segundo o questionário, a Cáritas refere que “Note-se que o acesso à valência Banco de Roupas é livre, não se fazendo registo individual dos utentes, pelo que não conseguimos enumerar todas as nacionalidades e origens dos/as imigrantes que utilizam esse serviço”.

Por seu turno, o *Centro de Bem Estar Social de Espinheiro*, a *ASSIM – Associação de Solidariedade Social Interventiva Moreirense* e *AIJIL – Associação de Apoio Integrado a Jovens e Idosos de Louriceira*, não empregam nem possuem utentes imigrantes ou descendentes de imigrantes.

Relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alcanena, nos últimos 10 anos existiram casos sinalizados cujas crianças seriam das seguintes nacionalidades, denotando-se a predominância de crianças oriundas da Ucrânia:

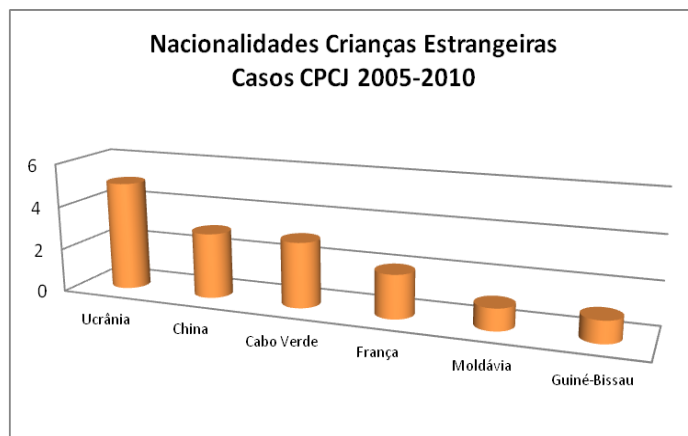


Gráfico 37 – Nacionalidades das Crianças Estrangeiras de Casos Sinalizados à CPCJ nos últimos 10 anos, CPCJ

No âmbito da Equipa Municipal de Intervenção na Violência de Alcanena (EMIVA), em funcionamento desde Abril de 2013, das 19 sinalizações/atendimentos efetuados acerca de violência doméstica, 5 ou seja **26%**, foram realizados a **mulheres imigrantes** (2 da Ucrânia, 1 de Moçambique, 1 de Cabo Verde e 1 de Angola).

2.9. Cidadania e Participação Cívica

Em 2013, de acordo com a DGAI, encontravam-se **recenseados/as** no município de Alcanena **5 cidadãos/ãs nacionais de países terceiros, 15 cidadãos/ãs da União Europeia (não nacionais)** e 2783 nacionais. Efetivamente, no que concerne ao Diagnóstico da População Imigrante, a generalidade dos/as inquiridos/as **indica que não exerce o direito de voto (73%)**, porém **27% costuma votar**.

Na década passada aumentou a percentagem de estrangeiros/as elegíveis para votar por total de residentes – passou de 53,3% em 2001 para 62,9% em 2011. Contudo, a percentagem de cidadãos/ãs estrangeiros/as recenseados/as em Portugal para votar por total de estrangeiros/as residentes elegíveis para votar em eleições locais diminuiu 8 pontos percentuais – em 2001 eram 21,7% e em 2011 apenas 13,5%, havendo uma taxa de variação de -37,5% entre Censos, o que tanto pode refletir o crescente desinteresse das populações estrangeiras no país, para os seus direitos políticos ou a sua perceção de falta de direitos políticos em Portugal.

Os dados relativos ao ano de 2011 mostram que apesar de residirem 77.706 cidadãos/ãs da União Europeia em Portugal, apenas 11.301 se encontram recenseados/as (14,5%). Os países comunitários com as percentagens mais elevadas de recenseados são a Holanda (35,2%),

Bélgica (30,1%), Alemanha (27,4%) e Dinamarca (26,2%). No que diz respeito aos/às nacionais de países terceiros com direito ao voto, os dados de 2011 revelam que apesar de residirem em Portugal 121.565 cidadãos/ãs destes países com direitos de voto, apenas 15.656 estão efetivamente recenseados/as (12,9%). No grupo dos nacionais de países terceiros com direitos políticos, são os/as cabo-verdianos/as os que apresentam taxas de recenseamento mais elevadas (36,4%).

No âmbito dos Projetos de OTL foi elaborado um **folheto informativo sobre o recenseamento eleitoral das pessoas imigrantes**, que têm sido distribuídos aos/às utentes do CLAI, de forma a promover o recenseamento da população imigrante elegível para participação política em atos eleitorais.

A **grande parte dos imigrantes (89%) refere não pertencer a nenhuma associação ou grupo da comunidade**. Apenas 3% pertencem à Associação de Pais e 2% pertencem a Partidos Políticos ou a Associações desportivas/recreativas. A Junta de Freguesia de Bugalhos acrescenta que existe uma médica Moldava que se dispôs a integrar a Comissão Social de Freguesia, da referida freguesia.

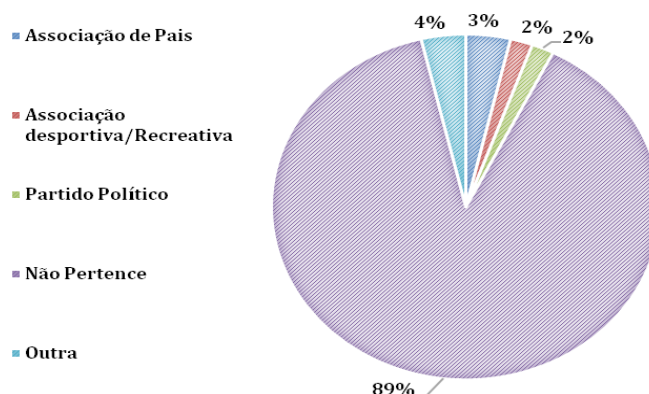


Gráfico 38 – Pertença dos/as imigrantes a associações/grupos na comunidade, Diagnóstico da População Imigrante 2014

De assinalar que **não existem Associações de Imigrantes** no Concelho de Alcanena. As associações de imigrantes têm um papel fundamental no acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes. No final de 2012, contabilizavam-se 131 associações de imigrantes em Portugal, cuja representatividade foi reconhecida pelo ACM, um número que representa a soma acumulada de associações reconhecidas desde 1999. As associações reconhecidas estão espalhadas um pouco por todo o país, e desenvolvem o seu trabalho em áreas muito diversificadas (eventos culturais, apoio jurídico, aulas de língua portuguesa, luta contra a discriminação, intervenção política no âmbito das questões da imigração).

Por outro lado, a **Guarda Nacional Republicana** (GNR) efetua contactos com pessoas imigrantes, nomeadamente de Angola, Brasil, Moldávia, Rússia, Ucrânia e China, pois a GNR age de forma direta no recebimento de queixas e faz a fiscalização de estrangeiros/as. A Guarda Nacional Republicana, nomeadamente através da Escola Segura, realiza ações de sensibilização que abordam os temas da integração e a interculturalidade, tendo realizado nos anos de 2013 e 2014 ações de sensibilização sobre redução dos comportamentos aditivos e das dependências, comunicar em segurança/*bullying* e cidadania e não-discriminação, de acordo com a seguinte tabela:

Ações / N	Ano 2013				Ano 2014			Total Pessoas
	N.º Ações	N.º Alunos/as	Outros	Total Pessoas	N.º Ações	N.º Alunos/as	Outros	
Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências	3	162	26	188	3	117	7	124
Comunicar em Segurança/ <i>Bullying</i>	18	346	16	362	7	90	7	97
Cidadania - Não Discriminação	17	326	25	351	14	202	9	211
Total Ações	38	834	67	901	24	409	23	432

Tabela 4 – Ações de sensibilização realizadas pela GNR, 2013 e 2014, Escola Segura do Destacamento da GNR de Torres Novas

Por seu turno, a **APAL (Associação de Pais de Alcanena)** menciona que a **comunidade chinesa** tem inscrito os/as seus/suas filhos/as nas atividades extracurriculares disponibilizadas pela APAL.

2.10. Media e Sensibilização da Opinião Pública

No município **não existem *media* étnicos de iniciativa local de imigrantes ou para imigrantes**, não havendo sequer nenhum jornal formal ao nível municipal, exceto boletins elaborados por instituições e pela Câmara Municipal.

Ao nível nacional, em termos de *media* no âmbito população imigrante, podemos destacar a “Revista Migrações”, com natureza temática, que proporciona um espaço inter e transdisciplinar para divulgar artigos inéditos da vasta comunidade científica nacional e internacional que se debruça sobre a temática das migrações e dos movimentos populacionais. Esta tem como originários/as e destinatários/s investigadores/as, académicos/as, estudiosos/as e público qualificado, universo que procura alargar continuamente a base de conhecimentos e de saberes sobre a qual repousa a sua reflexão pessoal e institucional em matéria contemporânea de

indiscutível importância para a compreensão do fluir das sociedades e do “apertar” do diálogo interpessoal e multicultural.

As iniciativas de sensibilização da opinião pública promovidas pela autarquia para os assuntos da imigração e da diversidade cultural, como sessões de sensibilização e informação e eventos culturais, foram já referidos/as nos pontos anteriores.

2.11. Racismo e Discriminação

No âmbito do Diagnóstico da População Imigrante, quando falamos de discriminação por motivos raciais ou étnicos, a generalidades dos imigrantes (63%) afirma que nunca se sentiu discriminado/a. Contudo, **cerca de 37% já se sentiu discriminado/a**.

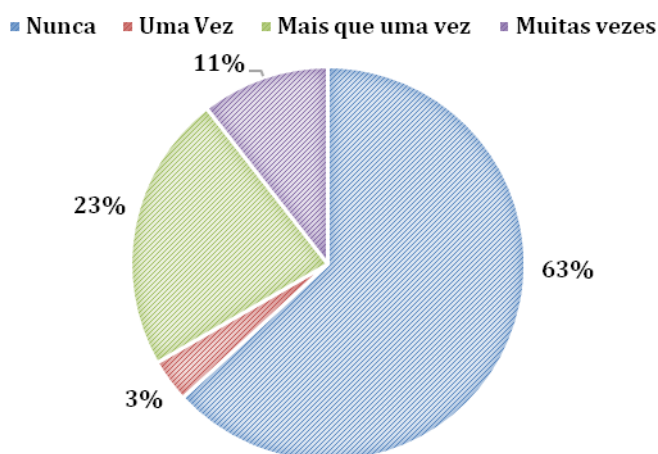


Gráfico 39 – Resposta à questão “Já se sentiu discriminado/a?”, Diagnóstico da População Imigrante 2014

Quanto aos que se sentiram discriminados/as, grande parte foi em **situações relacionadas com o trabalho** (69%), o que segue a tendência nacional. Esta perceção foi confirmada pelos/as imigrantes nas reuniões e entrevistas, nomeadamente de nacionalidade Ucraniana, Guineense e Brasileira. Particularmente, o cidadão Brasileiro refere que foi discriminado pelo próprio patrão num emprego anterior ao atual, que referiu que “todos os Brasileiros são preguiçosos e mentirosos” e posteriormente no trabalho atual, por um colega de trabalho. De ambas as vezes, foi o próprio imigrante que resolveu a situação, confrontando as pessoas que discriminaram. Por sua vez, o cidadão Ucraniano referiu que no seu anterior emprego alguns colegas, além de

afirmarem “Vai lá para o teu país”, insinuavam que tinha roubado o carro ao invés de o comprar, enquanto afirma que abdicou de certas coisas e poupou para poder comprar o automóvel. A realidade é que a maior parte dos/as imigrantes com o qual se efetuaram reuniões e encontros, referiu que se sentiu discriminado/a, questionando como serão os/as portugueses/as tratados/as nos países para os quais emigram e que os/as portugueses/as se esquecem que são também imigrantes noutros países. Quando questionados/as se alguma vez sentiram que foram privilegiados/as por ser imigrantes (discriminação positiva), todos/as negaram.

Apesar da menor percentagem, no que concerne ao Diagnóstico da população imigrante, alguns dizem que se sentiram discriminados/as no Supermercado/loja, na Escola, no Banco ou em Serviços Públicos.

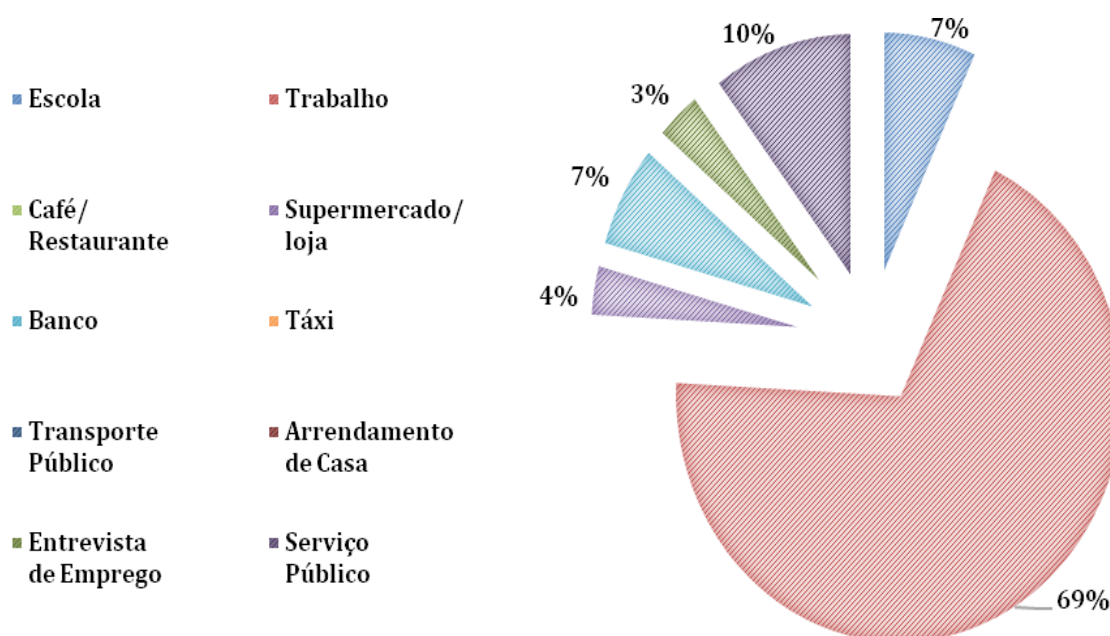


Gráfico 40 – Situações em que se sentiram discriminados/as, Diagnóstico da População Imigrante 2014

A cidadã Guineense referiu que “Pensam que uma pessoa por ser imigrante que é pateta e não sabe ver as coisas”. Por seu turno, uma cidadã Chinesa mencionou que é vítima de discriminação na sua própria loja, pelos/as clientes, que dizem coisas como “produto chinês não presta”. Nestas situações, são as próprias empregadas, nomeadamente portuguesas, que acabam por confrontar as pessoas, defendendo a proprietária.

A partir dos dados de queixas de discriminação de base racial e étnica acolhidas na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, observa-se que uma parte importante das queixas se reporta a situações ocorridas no domínio laboral (cerca de 20%), seguindo-se as participações por discriminação em estabelecimentos comerciais e pelas forças de segurança

(ambas com cerca de 12%). No que se refere à nacionalidade ou origem étnica e/ou cultural das alegadas vítimas de discriminação, destaca-se a nacionalidade brasileira, ucraniana, guineense, cabo-verdiana e angolana (refletindo a sua própria sobre representação no país), verificando-se também expressão de queixas em que as alegadas vítimas foram discriminadas pela cor da pele ou pela pertença à etnia cigana.

No município existem **iniciativas destinadas a combater comportamentos racistas, xenófobos ou discriminatórios**, nomeadamente desenvolvidas com crianças e jovens, no âmbito do **CLAIL** e do **Gabinete para a Igualdade e Cidadania**.

Já foram **identificadas situações de racismo ou discriminação** no município, nomeadamente através do **CLAIL**, pelos/as próprios/as imigrantes ou descendentes de imigrantes, sobretudo de origem africana, contudo essas queixas não foram formalizadas nem encaminhadas.

2.12. Relações Internacionais

A Câmara Municipal de Alcanena tem uma **política de cooperação internacional**, nomeadamente baseada em acordos ou gemações de cidades, conforme contemplado no ROSM *“No âmbito do Planeamento e Desenvolvimento Estratégico, do Ordenamento e da Intervenção Territorial, promover parcerias e intercâmbios nacionais e internacionais, reforçando o âmbito das gemações e da cooperação externa”*.

O Município possui um **Acordo de Gemação com o Município do Sal** (Cabo Verde), aprovado em Reunião de Câmara de 26 de Abril de 2005, que pretende reforçar os laços históricos com os países de língua portuguesa; estimular a cooperação económica e empresarial; desenvolver e afirmar práticas de solidariedade; reforçar a afirmação externa do concelho; participar em mecanismos de redes municipais internacionais; e promover a abertura do concelho ao mundo e a melhoria da sua imagem. Esta gemação tem permitido sobretudo, desde há vários longos anos, o **intercâmbio** de professores/as e profissionais na área da Educação e o envio recente, para Cabo Verde, de uma **remessa de mobiliário escolar** para apetrechamento de um jardim-de-infância na Ilha do Sal, no valor de 1.265,71 €, através de um contentor único da Associação para o Desenvolvimento Integrado para o Ribatejo Norte (ADIRN).

Este Acordo de Geminação também se consubstancia através do **Projeto Sal Carinho**, que prevê a seleção de padrinhos/madrinhas do Município de Alcanena, que apoiem crianças e jovens referenciados/as pelos Serviços Sociais do Município do Sal, contribuindo para colmatar as suas necessidades mais básicas, visando não apenas a criança/jovem objeto de apadrinhamento, mas todo o agregado familiar e comunidade onde se insere. Os apoios a prestar no âmbito do projeto são de natureza monetária, através de transferência bancária para o Município do Sal e/ou outras entidades/associações com responsabilidade social, sendo depois prestados apoios de âmbito monetário, educacional, através da distribuição de material escolar, fornecimento de material lúdico e didático e de âmbito geral e comunitário. Este Projeto **não tem tido uma grande adesão** por parte da comunidade.

Os livros escolares não adotados nas escolas do Agrupamento de Alcanena, têm sido enviados pela APAL para outros países, nomeadamente para Timor-Leste e atualmente para Cabo Verde, em resultado de uma parceria da APAL com a ONG CLRAfrica.

Apesar do exposto, o município não possui definida uma política específica para atração de imigrantes.

2.13. Religião

No que respeita à religião, de acordo com o Diagnóstico da População Imigrante, uma grande fatia de imigrantes indica ser **Ortodoxa**, sendo estes/as sobretudo Moldavos/as e Ucrânios/as. As entidades locais referiram que durante vários anos, os ortodoxos celebraram a Páscoa e o Natal, com a presença de sacerdotes de Lisboa, que se deslocavam a Alcanena para o efeito.

Ainda assim, observaram-se pessoas com a religião Católica e Protestante Evangélica.

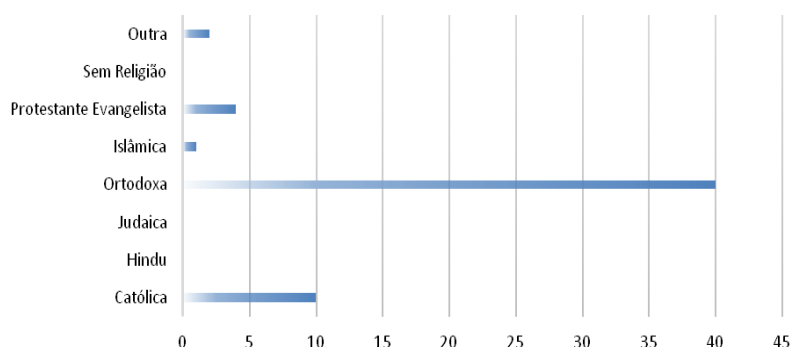


Gráfico 41 – Religiões dos/as imigrantes, Diagnóstico da População Imigrante 2014

No questionário informal aplicado entre Janeiro e Março de 2015, quatro pessoas da Ucrânia, três pessoas da Moldávia e uma pessoa da Roménia indicam ser ortodoxas, afirmando que não existe local de culto no concelho, tendo que se deslocar a Fátima, Santarém, Torres Novas ou Entroncamento. Duas pessoas de Cabo Verde e uma de Angola são católicas. Relativamente às duas pessoas do Brasil, uma referiu ser Evangélico e não ter local de culto e outra ser cristão, com local de culto no Entroncamento. Um homem oriundo da Ucrânia que tem já nacionalidade portuguesa e uma pessoa oriunda de Angola são Testemunhas de Jeová.

Aparentemente, a maioria dos/as cidadãos/ãs brasileiros do concelho pertencem à Igreja Evangélica, havendo dentro desta diversas igrejas. Existem pelo menos três pastores, sendo que um deles tem a sua igreja no concelho (“Nova Jerusalém”) e um outro pertence à Igreja Maná, cujo local de culto mais próximo é no Entroncamento. Este último afirma que as religiões devem ensinar a viver aceitando as diferenças que existem entre todas as pessoas.

Tabela Resumo dos Principais Problemas e Necessidades:

Área	Problemas / Dificuldades
1 - Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Inexistência de suporte informativo para imigrantes sobre o reconhecimento de habilitações/qualificações
	Ausência de informação traduzida em diversas línguas acerca do Gabinete de Inserção Profissional (GIP)
	Política de não contratação de estrangeiros/as, por parte de algumas empresas
	Falta de oportunidades de incentivo especificamente ao empreendedorismo imigrante
	Inexistência de políticas de atração específicas para investidores/as estrangeiros/as, empresários imigrantes ou outro perfil de imigrantes ativos/as
2 - Serviços de Acolhimento e Integração	Ausência de informação clara acerca dos diversos serviços disponíveis no concelho (saúde, segurança social, etc.), no Kit de Acolhimento à Pessoa Imigrante (CLAI)
	Reduzido contacto efetuado ao CLAI, por parte dos outros municípios do Médio Tejo
	Fraca divulgação do CLAI nas Juntas de Freguesia do Concelho e na secção de taxas e licenças da Câmara Municipal (registo de cidadãos/ãs da UE)
	Fraca divulgação do CLAI e das atividades realizadas no âmbito do mesmo junto dos/as alunos/as do Agrupamento de Escolas, nomeadamente dos/as alunos/as imigrantes
	Fraca integração na comunidade, por parte de alguns imigrantes
3 - Urbanismo e Habitação	Inexistência de dinamização específica para imigrantes nos espaços frequentados pelos/as mesmos/as
4 - Educação e Língua	Desconhecimento, por parte do CLAI, das atividades realizadas no âmbito da interculturalidade e integração, realizadas pelo Agrupamento de Escolas, para conhecimento e divulgação
	Dificuldades na Língua Portuguesa, por parte da população imigrante de outras Línguas
	Existência de recursos pedagógicos no CLAI sem divulgação junto do Agrupamento de Escolas
	Não sensibilização generalizada da comunidade autóctone a outras línguas estrangeiras além do Inglês, sendo que existe pop. imigrante (nomeadamente Ucrainiana) que fala outras Línguas

5 - Capacitação e Formação	Fraca promoção de ações de reforço de competências interculturais para técnicos/as de instituições privadas e públicas do município
6 - Cultura	Reduzida frequência das atividades culturais promovidas pela Câmara Municipal, por parte dos/as imigrantes
	Ausência de formalização de iniciativas literárias no âmbito da interculturalidade
7 - Saúde	Desconhecimento dos procedimentos de acesso à saúde e localização dos serviços de saúde por parte dos/as imigrantes
	Falta de informação sobre a saúde traduzida em vários idiomas (Saúde Infantil, Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação)
	Falta de sensibilização aos cuidados de saúde, específica para imigrantes (Saúde Infantil, Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação).
	Dificuldades no acolhimento/atendimento a imigrantes, por parte dos/as técnicos/as de saúde
8 - Solidariedade e Resposta Social	Existência de um número significativo de mulheres imigrantes vítimas de violência doméstica
	Reduzida adesão por parte dos/as estudantes do ensino superior imigrantes, ao Apoio Extraordinário aos/às Estudantes do Ensino Superior
	Existência de casos na CPCJ de crianças imigrantes/descendentes de imigrantes, nomeadamente de nacionalidade Ucraniana
9 - Cidadania e Participação Cívica	Número reduzido de pessoas imigrantes recenseadas
	Inexistência de associativismo imigrante
10 - Média e Sensibilização da Opinião Pública	Inexistência de <i>media</i> étnicos de iniciativa local de imigrantes
11 - Racismo e Discriminação	Existência de discriminação ao nível laboral (entidades empregadoras, colegas)
	Existência de discriminação na comunidade
12 - Relações Internacionais	Fraca adesão ao Projeto Sal Carinho (Geminação com Cabo Verde)
13 - Religião	Inexistência de diálogo inter-religioso

Considerações sobre as Prioridades de Medidas e Outros Problemas e Necessidades:

Realça-se que as entidades locais da Plataforma de Monitorização consideraram como áreas mais importantes de intervenção o Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, a Saúde, a Solidariedade e Resposta Social e a Cidadania e Participação Cívica e ainda as dificuldades na Língua Portuguesa por parte dos/as imigrantes fora da CPLP. Já as pessoas imigrantes confirmam quase todas as perceções das entidades, salientando igualmente o Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, a Saúde, a Solidariedade e Resposta Social e as dificuldades na Língua Portuguesa. Os/as imigrantes destacam ainda os **elevados custos para a obtenção da nacionalidade** portuguesa e referiram que as **medidas de apoio ao emprego** deveriam ser diferentes, sendo que este último aspeto será algo partilhado pela população nacional. Foi ainda mencionada a relevância da existência de **apoio jurídico gratuito** para imigrantes, pois muitas vezes não possuem recursos económicos, para obter apoio jurídico em questões importantes, nomeadamente em situações de discriminação.

Para fazer face aos problemas e necessidades, torna-se necessário tomar em consideração os recursos já existentes:

Tabela Resumo dos Principais Recursos Existentes:

Entidades	Câmara Municipal de Alcanena
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Santarém
	Alto Comissariado para as Migrações
	Segurança Social
	Centro de Saúde
	IPSS's (ATL, Creche, Centro de Convívio, Centro de Dia, Lar de Idosos)
	Associações culturais e desportivas
	CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias de Couro
	NERSANT
	Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII)
	Projetos / Outros
Família do Lado	
Programa Mentores para Imigrantes	
Gabinete de Inserção Profissional	
Gabinete para a Igualdade e Cidadania	
Português para Todos (IEFP, IP)	
Apoio Alimentar	
Habitação Social	
Banco Local de Voluntariado	
Academia Sénior	
Geminação com o Município do Sal	
Projeto Entremãos (CPCJ)	
Rede Social – Conselho Local de Ação Social de Alcanena	

3. Plano Municipal para a Integração dos/as Imigrantes

3.1. Dimensão Estratégica

Em termos de Plano de Ação, a área **Mercado de Trabalho e Empreendedorismo**, pretende essencialmente, em última instância, aumentar a empregabilidade da população imigrante. Para tal, torna-se importante estabelecer medidas de aumento de competências de empregabilidade, como a ampliação do conhecimento sobre o reconhecimento de habilitações/qualificações, sobre o GIP e suas competências e sobre o empreendedorismo, passando então a estratégia por intervir junto das competências da população imigrante e, concomitantemente, sensibilizar as empresas para a contratação de imigrantes. De forma a dinamizar a atividade económica do concelho assim como promover o empreendedorismo imigrante, preconiza-se igualmente a adoção de estratégias de atração ao Município de Alcanena como potencial área de investimento por estrangeiros/as.

Na área **Serviços de Acolhimento e Integração**, a estratégia passa por facilitar o acesso da população imigrante aos serviços disponíveis no concelho, adaptando material já existente (Kit de Acolhimento) e por reforçar a divulgação do CLAI junto dos municípios do Médio Tejo, das Juntas de Freguesia do Concelho, dos próprios serviços da Câmara Municipal e das Escolas, para por um lado permitir que as pessoas imigrantes tenham conhecimento e acesso ao CLAI, com o intuito de, de alguma forma, melhorar as suas condições de vida (seja através do esclarecimento de dúvidas, de maior informação, de facilitação do acesso a serviços, etc.) e, por outro lado, fomentar a participação da comunidade imigrante nas atividades desenvolvidas pelo CLAI. Adicionalmente, de forma a contribuir para uma melhor integração de imigrantes, pretende-se fomentar o conhecimento turístico e cultural de Portugal, nomeadamente do Concelho de Alcanena, por parte da população imigrante (sobretudo Nacionais de Países Terceiros), realizando visitas a locais de interesse.

Por seu turno, na área **Urbanismo e Habitação**, onde não foi diagnosticada nenhuma necessidade premente, a estratégia passará pela dinamização dos espaços frequentados pela população imigrante.

Na área **Educação e Língua**, face às diversas atividades já promovidas pelo Agrupamento de Escolas, a estratégia a adotar pretende somente fomentar o conhecimento e divulgação das mesmas pelo CLAI e, por outro lado, aumentar o domínio da Língua Portuguesa por parte da população imigrante, nomeadamente NPT, de forma a melhorar a sua integração e a facilitar a sua empregabilidade e, por outro lado, facultar à comunidade autóctone, conhecimento sobre línguas estrangeiras representadas no Concelho.

A estratégia adotada na área **Capacitação e Formação** passa essencialmente por aumentar as competências interculturais e no âmbito da imigração, de técnicos/as de instituições privadas e públicas do município, de forma a facilitar o atendimento, acolhimento e integração da população imigrante.

Pretende-se fomentar o conhecimento e frequência de atividades culturais promovidas pelo Município, por parte da população imigrante (nomeadamente NPT), na área **Cultura**, assim como continuar a implementar a Semana da Interculturalidade e formalizar as iniciativas literárias sobre autores/as estrangeiros/as como promotoras da interculturalidade.

Por sua vez, na área **Saúde**, almeja-se por um lado intervir diretamente na população imigrante, designadamente NPT, aumentando o seu conhecimento sobre os procedimentos de acesso à saúde e sobre cuidados de saúde, e por outro lado promover as competências de acolhimento por parte dos/as técnicos/as e pessoal de saúde.

Na área **Solidariedade e Resposta Social**, o intuito é auxiliar e promover competências de algumas franjas da população imigrante, sobretudo mulheres, crianças e estudantes, no contorno da violência doméstica, ensino superior e crianças e jovens em risco.

No âmbito da área **Cidadania e Participação Cívica**, a estratégia passa por promover o recenseamento eleitoral e o associativismo junto da população imigrante.

Na área **Media e Sensibilização da Opinião Pública**, pretende-se difundir informação pertinente para a população imigrante, nomeadamente através da criação de um suporte informativo e participativo (jornal, mural, etc.). Relativamente ao aspeto da sensibilização da opinião pública, além da ação anteriormente referida, diversas outras ações referentes a outras áreas temáticas do Plano trabalharão no sentido da sensibilização da opinião pública.

Por seu turno, na área **Racismo e Discriminação**, dado que a maior parte das pessoas imigrantes identificou o meio laboral como sendo o principal local de discriminação, preconiza-se

a sensibilização das entidades empregadoras e trabalhadores/as para a não-discriminação, assim como a comunidade em geral.

Na área **Relações Internacionais**, a necessidade identificada passa por aumentar a adesão ao Projeto Sal Carinho, sendo que esta medida proporciona a sensibilização da opinião pública e a solidariedade e resposta social a crianças da Ilha do Sal.

Por fim, na área **Religião**, foi possível constatar a diversidade de religiões existente no Concelho, pelo que se pretende sensibilizar a comunidade para a não-discriminação religiosa.

Tabela Resumo – Dimensão Estratégica

Áreas	Problemas Identificados	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Indicadores	Estratégias
1 - Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Inexistência de suporte informativo para imigrantes sobre o reconhecimento de habilitações/qualificações	Ampliar o conhecimento da população imigrante, nomeadamente NPT, sobre o reconhecimento de habilitações/qualificações	Criação e divulgação de suporte informativo para imigrantes sobre o reconhecimento de habilitações/qualificações	Recolha de informação sobre o assunto e criação de um folheto, traduzido em diversas línguas
	Ausência de informação traduzida em diversas línguas acerca do Gabinete de Inserção Profissional (GIP)	Aumentar o conhecimento, por parte das pessoas imigrantes, nomeadamente NPT, do GIP e suas competências, de forma a aumentar a empregabilidade	Procura do GIP, por parte das pessoas imigrantes, nomeadamente NPT	Atualização do folheto do GIP e tradução para Inglês, Ucrainiano e Russo e subsequente distribuição pela população e locais públicos
	Política de não contratação de imigrantes, por parte de algumas empresas	Entender e desmistificar estereótipos acerca da contratação de imigrantes e da população imigrante, nomeadamente NPT	Empresas sensibilizadas à não discriminação e aos seus direitos e deveres enquanto empregadores/as	Informação acerca dos apoios à contratação de pessoas e ao acolhimento e integração de imigrantes, para as empresas, envolvendo sobretudo a indústria de curtumes (aquela com maior representação no concelho)
	Falta de oportunidades de incentivo especificamente ao empreendedorismo imigrante	Fomentar o empreendedorismo imigrante, sobretudo de NPT	Criação de suporte informativo e sessões sobre os apoios ao empreendedorismo e criação de iniciativas práticas de incentivo ao empreendedorismo imigrante	Divulgação dos apoios ao empreendedorismo do IEFP, Nersant e outros e do Centro de Acolhimento Iniciativa Empresarial, assim como implementação de iniciativas práticas que incentivem ao empreendedorismo imigrante
	Inexistência de políticas de atração específicas para investidores/as estrangeiros/as, empresários imigrantes ou outro perfil de imigrantes ativos/as	Aumentar a atração do Município de Alcanena como potencial área de investimento por estrangeiros/as	Criação de plataforma sobre as potencialidades da região de Alcanena como local de investimento	Definição de uma política de atração para investidores/as estrangeiros/as, em conjunto com vários setores camarários, verificando a possibilidade de reduções e isenções e as potencialidades da região industrial de Alcanena, envolvendo sobretudo a indústria de curtumes (aquela com maior representação no concelho)

Áreas	Problemas Identificados	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
2 - Serviços de Acolhimento e Integração	Ausência de informação clara acerca dos diversos serviços disponíveis no concelho (saúde, segurança social, etc.), no Kit de Acolhimento à Pessoa Imigrante (CLAI)	Aumentar o conhecimento da população imigrante sobre os serviços disponíveis no concelho	Criação e/ou adaptação de suporte(s) informativo(s) sobre os diversos serviços e projetos e atividades do CLAI	Verificação da existência de material informativo acerca dos serviços e projetos disponíveis e eventual condensação/adaptação do mesmo, para a população imigrante, nomeadamente NPT
	Reduzido contacto efetuado ao CLAI, por parte dos outros municípios do Médio Tejo	Fomentar os contactos ao CLAI, por parte de outros municípios do Médio Tejo, ampliando a ação do CLAI	Contactos efetuados ao CLAI pelos municípios do Médio Tejo	Reforço da divulgação do CLAI, do PMII e das atividades realizadas e documentos elaborados, pelos municípios do Médio Tejo, nomeadamente através da criação de uma lista de <i>mailing</i>
	Fraca divulgação do CLAI nas Juntas de Freguesia do Concelho e na secção de taxas e licenças da Câmara Municipal (registo de cidadãos/ãs da UE)	Ampliar a divulgação do CLAI nas Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho e na secção de taxas e licenças da Câmara Municipal	Pessoas imigrantes que se dirigem ao CLAI, encaminhadas pelas Juntas e Uniões de Freguesia e secção de taxas e licenças	Sensibilização das Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho e da secção de taxas e licenças para a divulgação do CLAI junto da população imigrante, particularmente NPT (no caso das Juntas e Uniões de Freguesia)
	Fraca divulgação do CLAI e das atividades realizadas no âmbito do mesmo junto dos/as alunos/as do Agrupamento de Escolas, nomeadamente dos/as alunos/as imigrantes	Ampliar a divulgação do CLAI nas escolas	Iniciativas de informação do CLAI e das atividades realizadas no âmbito deste	Criação de um canal de comunicação entre o Agrupamento de Escolas e o CLAI, que permita a troca e divulgação de informação sobre as atividades no âmbito da interculturalidade e integração e criação de um cartaz sobre o CLAI
	Fraca integração na comunidade, por parte de alguns imigrantes	Fomentar o conhecimento turístico e cultural de Portugal, nomeadamente do Concelho de Alcanena, por parte da população imigrante, sobretudo NPT, de forma a promover uma melhor integração	Realização de visitas e/ou excursões a locais de interesse do concelho e ao nível nacional	Apostar em atividades turísticas e socioculturais para, ao fomentar o conhecimento histórico-cultural dos locais, permitir uma melhor integração

Áreas	Problemas Identificados	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
3 - Urbanismo e Habitação	Inexistência de dinamização específica para imigrantes nos espaços frequentados pelos/as mesmos/as	Aumentar a dinamização dos espaços frequentados pela população imigrante, nomeadamente NPT	Iniciativas de dinamização dos espaços frequentados pela população imigrante	Aproveitamento de uma das ações para imigrantes realizadas no âmbito de outra das áreas do PMII e implementar a mesma num dos espaços frequentados pela população imigrante e/ou implementação de ação cultural ou intercultural (jogos tradicionais e interculturais, danças, atividades desportivas...)
4 - Educação e Língua	Desconhecimento, por parte do CLAI, das atividades realizadas no âmbito da interculturalidade e integração, realizadas pelo Agrupamento de Escolas, para conhecimento e divulgação	Fomentar o conhecimento das atividades realizadas no âmbito da interculturalidade e integração, realizadas pelo Agrupamento de Escolas e divulgar as realizadas pelo CLAI junto do Agrupamento	Iniciativas de informação das atividades realizadas ao CLAI e divulgação, através deste, junto da população imigrante	Criação de um canal de comunicação entre o Agrupamento de Escolas e o CLAI, que permita a troca e divulgação de informação sobre as atividades no âmbito da interculturalidade e integração
	Dificuldades na Língua Portuguesa, por parte da população imigrante	Aumentar o domínio da Língua Portuguesa, por parte da população imigrante, nomeadamente NPT	Ações que permitam o ensino da Língua Portuguesa para estrangeiros/a	Divulgação das ações formais de Português para Estrangeiros e implementação de formatos do ensino de Língua Portuguesa que tenham adesão por parte da população imigrante, nomeadamente NPT
	Existência de recursos pedagógicos no CLAI sem divulgação junto do Agrupamento de Escolas	Aumentar a sensibilização dos/as alunos/as do Agrupamento de Escolas à temática de interculturalidade	Doação anual de recursos pedagógicos no âmbito da interculturalidade ao Agrupamento de Escolas	Verificar os livros, dvd's e material existente no CLAI ou que possa ser facultado pelo ACM, pertinente para aplicação em contexto escolar
	Não sensibilização generalizada da comunidade autóctone a outras línguas estrangeiras além do Inglês, sendo que existe população imigrante (nomeadamente Ucrâniana) que fala outras Línguas	Sensibilizar a comunidade para outras línguas, facilitando a integração dos/as imigrantes, nomeadamente NPT	Ações de promoção da sensibilização e aprendizagem de línguas estrangeiras	Procurar voluntários/as junto da comunidade imigrante que dinamizem <i>Workshops</i> sobre a sua língua e/ou convite/contratação de pessoal qualificado para o efeito

Áreas	Problemas Identificados	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
5 - Capacitação e Formação	Fraca promoção de ações de reforço de competências interculturais para técnicos/as de instituições privadas e públicas do município	Ampliar o reforço de competências interculturais de técnicos/as de instituições privadas e públicas do município	Ações de sensibilização no âmbito da interculturalidade e integração, para técnicos/as de instituições privadas e públicas do município	Verificação de temas de interesse comum entre as várias instituições privadas e públicas, no âmbito da interculturalidade e integração, e implementação das ações
6 - Cultura	Reduzida frequência das atividades culturais promovidas pela Câmara Municipal, por parte dos/as imigrantes	Fomentar a frequência de atividades culturais municipais pelos/as imigrantes, nomeadamente NPT	Divulgação das atividades culturais municipais junto da população imigrante, nomeadamente NPT	Criação de ferramentas de divulgação das atividades culturais para a população imigrante
	Inexistência de semana específica para celebração da interculturalidade e diversidade (problema ultrapassado desde 2014)	Promover e celebrar a diversidade cultural junto da comunidade e a integração de imigrantes através de eventos culturais	Implementação da Semana da Interculturalidade	Continuar a implementar anualmente a Semana da Interculturalidade, na altura do aniversário do CLAI (30 de Abril), aproveitando para realizar atividades interculturais e promovendo o envolvimento da população imigrante na dinamização e participação das atividades
	Ausência de formalização de iniciativas literárias no âmbito da interculturalidade	Promover a interculturalidade ao nível literário	Realização de mostra ou exposição de livros sobre interculturalidade e/ou de diversos/as autores/as estrangeiros/as	Promover iniciativas que envolvam autores/as literários/as estrangeiros/as chamando a atenção para a interculturalidade e fomentar a criação de uma mostra ou exposição específica sobre livros para a interculturalidade
7 - Saúde	Desconhecimento dos procedimentos de acesso à saúde e localização dos serviços de saúde por parte dos/as imigrantes	Aumentar o conhecimento dos/as imigrantes, designadamente NPT, sobre os procedimentos de acesso à saúde e localização dos serviços de saúde	N.º de suportes informativos sobre acesso à saúde e localização dos serviços de saúde distribuídos à população imigrante	Elaboração de suporte(s) informativo(s) sobre acesso à saúde e localização dos serviços de saúde, a distribuir pela população imigrante
	Falta de informação sobre a saúde traduzida em vários idiomas (Saúde Infantil, Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação).	Criar e divulgar a informação acerca de cuidados de saúde junto da população imigrante, nomeadamente NPT	Número de suportes informativos criados	Elaboração ou adaptação de suportes informativos (panfletos, cartazes, ...) nos idiomas com maior representatividade de imigrantes, sobre diversas áreas de intervenção (Saúde Infantil, Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação)

Áreas	Problemas Identificados	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
7 - Saúde	Falta de sensibilização aos cuidados de saúde, específica para imigrantes (Saúde Infantil, Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação)	Sensibilizar a população imigrante, particularmente NPT, para a vigilância de saúde, nas diferentes áreas prioritárias	Realização de rastreios de saúde junto da população imigrante, particularmente NPT	Realização de rastreios de saúde para a população imigrante, nas diferentes áreas prioritárias
	Dificuldades no acolhimento/atendimento a imigrantes, por parte dos/as técnicos/as de saúde	Facilitar o acolhimento/atendimento a imigrantes no sistema de saúde	Divulgação do Manual de Acolhimento a Cidadãos Estrangeiros no Sistema de Saúde, junto dos/as serviços de saúde	Divulgação do Manual de Acolhimento a Cidadãos Estrangeiros no Sistema de Saúde, junto dos/as serviços de saúde, através de ações de sensibilização e/ou suportes informativos
8 - Solidariedade e Resposta Social	Existência de um número significativo de mulheres imigrantes vítimas de violência doméstica	Aumentar a sensibilização da população imigrante, nomeadamente NPT, à violência doméstica	Ações de sensibilização e divulgação de informação sobre violência doméstica	Implementação de ações de sensibilização sobre violência doméstica para toda a comunidade, reforçando a participação da população imigrante, e divulgação de informação sobre o tema em diversas línguas, em locais frequentados pela população-alvo
	Reduzida adesão por parte dos/as estudantes do ensino superior imigrantes, ao Apoio Extraordinário aos/às Estudantes do Ensino Superior	Consciencializar as famílias imigrantes carenciadas sobre a existência de auxílio económico a alunos/as imigrantes no Ensino Superior, fomentando o prosseguimento de estudos	Divulgação do Apoio Extraordinário aos/às Alunos/as do Ensino Superior junto dos/as alunos/as imigrantes carenciados	Criação e divulgação de suporte informativo acerca do Apoio Extraordinário aos/às Alunos/as do Ensino Superior, traduzido para as línguas das nacionalidades mais representadas no concelho
	Existência de casos na CPCJ de crianças imigrantes / descendentes de imigrantes, nomeadamente de nacionalidade Ucraniana	Alertar a população imigrante, particularmente NPT, para os direitos das crianças	Criação de suporte informativo/campanha de sensibilização aos direitos das crianças de todas as raças, etnias e culturas	Criação de um suporte informativo/campanha de sensibilização aos direitos das crianças e divulgação junto da população imigrante
9 - Cidadania e Participação Cívica	Número reduzido de pessoas imigrantes recenseadas	Promover o recenseamento eleitoral da população imigrante	Sessões de divulgação sobre o recenseamento eleitoral de imigrantes	Reforçar a divulgação do folheto de sensibilização ao recenseamento eleitoral da população imigrante

Áreas	Problemas Identificados	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
9 - Cidadania e Participação Cívica	Inexistência de associativismo imigrante	Promover o associativismo junto da população imigrante	Ações de promoção do associativismo imigrante	Mobilização de imigrantes-chave que possam desenvolver iniciativas de associativismo imigrante e que possam divulgar informação sobre associativismo e implementação de ações de sensibilização ao associativismo imigrante
10 - Media e Sensibilização da Opinião Pública	Inexistência de <i>media</i> étnicos de iniciativa local de imigrantes	Difundir informação pertinente para a população imigrante	Criação de meio de comunicação de e para a população imigrante	Angariação de correspondentes imigrantes - que escrevam notícias e colunas no meio de comunicação e divulgação das diversas iniciativas do CLAI e camarárias que possam ser do interesse da população imigrante, traduzidas em várias línguas e/ou contendo matéria em várias línguas
11 - Racismo e Discriminação	Existência de discriminação ao nível laboral (entidades empregadoras, colegas)	Sensibilizar as entidades empregadoras e trabalhadores/as para a não-discriminação	Ações/meios de sensibilização à não-discriminação para entidades empregadoras e trabalhadores/as	Envio de informação acerca do tema para as empresas de média/grande dimensão do concelho e verificação da abertura a ações de sensibilização sobre o tema
	Existência de discriminação na comunidade	Sensibilizar a comunidade para a não-discriminação	Ações/meios de sensibilização à não-discriminação para a comunidade	Promoção de sensibilização ao tema, nomeadamente no Dia Municipal para a Igualdade e outros dias temáticos
12 - Relações Internacionais	Fraca adesão ao Projeto Sal Carinho (Geminação com Cabo Verde)	Aumentar a adesão ao Projeto Sal Carinho	Número de padrinhos/madrinhas	Solicitação ao município do Sal que recolha fotografias e informações sobre as crianças a apadrinhar – dia-a-dia, descrição da habitação, da escola, das necessidades – e elaborar brochura e/ou campanha de sensibilização com o referido material
13 - Religião	Inexistência de diálogo inter-religioso	Sensibilizar a comunidade para a não-discriminação religiosa	Ação sobre não-discriminação religiosa/diálogo inter-religioso	Mobilização de pastores de diversas religiões para a implementação de uma ação sobre as diversas religiões representadas no município

3.2. Dimensão Operacional

3.2.1. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

No âmbito do *Mercado de Trabalho e Empreendedorismo*, de forma a combater o desemprego junto da população imigrante – nomeadamente NPT – pretende-se aumentar a empregabilidade do público-alvo, através da prestação de informação acerca do Gabinete de Inserção Profissional, do reconhecimento de habilitações/qualificações e dos apoios ao empreendedorismo, ao mesmo tempo que se sensibiliza as empresas para a não-discriminação e contratação de estrangeiros/as. Particularmente no que concerne ao empreendedorismo, almeja-se fomentar o mesmo junto da população imigrante com iniciativas práticas, nomeadamente com a implementação de sessões sobre os apoios ao empreendedorismo e criação do próprio negócio (como a sessão “Empreendedorismo para Tod@s”) e a realização de uma Feirinha Imigrante (nome provisório), que consistiria numa “mini-mostra” de produtos artesanais e gastronómicos elaborados por imigrantes, para possível venda ao público, contando ainda com exposições temáticas no âmbito da interculturalidade e eventualmente a atuação de grupos de dança e cantares de imigrantes. Por outro lado, pretende-se dinamizar o Município de Alcanena como potencial área de investimento, nomeadamente por estrangeiros/as, tentando neste sentido criar uma plataforma de divulgação sobre as potencialidades e benefícios do Município como área de investimento.

3.2.2. Serviços de Acolhimento e Integração

No que respeita aos *Serviços de Acolhimento e Integração*, foram diagnosticados alguns aspetos que poderiam ser melhorados no âmbito do CLAI, nomeadamente a adaptação do Kit de Acolhimento à Pessoa Imigrante, constituído por folhetos vários, numa brochura/livrete sobre os diversos serviços disponíveis no concelho, inclusivamente os procedimentos de acesso à saúde e outros serviços, traduzido em diversas línguas; e o reforço da divulgação do CLAI e da sua atividade, designadamente junto dos outros municípios do Médio-Tejo (através da criação de uma lista de *mailing*), das Juntas e Uniões de Freguesia, da secção de taxas e licenças da Câmara Municipal (emissora dos registos de cidadãos/ãs da UE) e do Agrupamento de Escolas. Concomitantemente e de uma forma mais inovadora, pretende-se facultar à população imigrante

a oportunidade de conhecer locais históricos no concelho e ao nível nacional, fomentando a ligação com a zona/país em que residem, o que permitirá uma melhor integração.

3.2.3. Urbanismo e Habitação

Relativamente à área de *Urbanismo e Habitação*, não foram identificados problemas de maior, pelo que se sugere que, no âmbito do PMII, se dinamize um dos espaços públicos frequentado pelos/as imigrantes com uma atividade que seja do agrado destes/as e/ou aproveitar uma das atividades a desenvolver no âmbito do PMII, realizando-a num dos espaços públicos frequentado pelos/as imigrantes.

3.2.4. Educação e Língua

Na área da *Educação e Língua*, constatou-se que o Agrupamento de Escolas realiza já diversas ações promotoras da integração e interculturalidade (ao mesmo tempo que os/as alunos/as imigrantes e/ou descendentes de imigrantes não manifestam grandes dificuldades de integração), sendo que a única lacuna se prende com o facto do CLAII não se encontrar ao corrente da realização das atividades, de forma poder divulgar as mesmas junto da comunidade imigrante. Como o contrário também se verifica – o Agrupamento de Escolas não ter conhecimento sobre as atividades do CLAII – sugere-se a criação de um canal de comunicação entre ambas as entidades, para divulgação e fomento da participação da comunidade imigrante em todas as atividades. Por outro lado, dado que o CLAII possui recursos pedagógicos no âmbito da interculturalidade e possui maior facilidade em obtê-los, pretende-se que faculte tais recursos ao Agrupamento de Escolas, com periodicidade anual.

No que respeita mais concretamente à Língua, são notórias algumas dificuldades por parte dos/as imigrantes – que chegam a afetar o nível de integração. Contudo, as medidas adotadas anteriormente não surtiram efeito, não se conseguindo efetivar o ensino informal (CLAII) e formal (Agrupamento de Escolas) da Língua Portuguesa, se não no IEFP, que fica localizado noutra concelho, pressupondo a deslocação das pessoas imigrantes mas por outro lado atribui um nível de certificação. Porém, para as pessoas que não pretendem uma qualificação mas apenas aprender melhor a Língua Portuguesa, ir-se-á intentar implementar um *Workshop* para despertar e sensibilizar para o tema, além de averiguar o interesse em ações mais continuadas, que se poderão consubstanciar através do Programa “Mentores para Imigrantes” e/ou aulas em formato

online/e-learning. Ao mesmo tempo, face à existência de comunidades estrangeiras no concelho, nomeadamente Ucrainiana, e à não sensibilização generalizada da comunidade autóctone a outras línguas estrangeiras além do Inglês, pretende-se sensibilizar a comunidade para outras línguas, facilitando a integração de imigrantes, através da realização de *Workshops* de línguas estrangeiras.

3.2.5. Capacitação e Formação

No que concerne à área da *Capacitação e Formação*, optar-se-á por capacitar e formar os/as técnicos/as de instituições privadas e públicas do município, que tenham contacto com a população imigrante, de forma a dotá-los/as de competências que permitam um melhor atendimento e integração de imigrantes. Estas ações consistirão desde a abordagem da legislação no âmbito da imigração e nacionalidade, a boas práticas de atendimento, etc.

3.2.6. Cultura

No âmbito da *Cultura*, verificou-se que normalmente a população imigrante não frequenta as atividades culturais promovidas pela CMA, por diversos motivos. Assim, pretende-se divulgar as referidas atividades junto da população imigrante, nomeadamente NPT, criando uma plataforma de divulgação – que poderá ser a mesma que aquela que será criada a propósito da área *Media e Sensibilização da Opinião Pública* – de forma a fomentar a participação da população imigrante nestas iniciativas.

Almeja-se ainda continuar a promover a Semana da Interculturalidade, no sentido de fomentar a celebração da diversidade e interculturalidade, através da implementação de atividades (inter)culturais, incitando ao envolvimento da população imigrante na dinamização e participação nas atividades.

Por último, pretende-se dar visibilidade a iniciativas já existentes e que envolvem estrangeiros/as, designadamente iniciativas literárias, como iniciativas promotoras da interculturalidade, realizando nomeadamente uma mostra ou exposição de livros sobre interculturalidade e/ou de autores/as estrangeiros/as.

3.2.7. Saúde

Na *Saúde*, uma das áreas consideradas mais prioritárias no âmbito do Plano, pretende-se intervir tanto junto da população imigrante como dos/as técnicos/as de saúde. Desta forma, preconiza-se a criação ou inclusão da informação no Kit de Acolhimento à Pessoa Imigrante, sobre os procedimentos de acesso e localização dos serviços de saúde; a criação e/ou adaptação de diversos suportes informativos relativos a vários aspetos relacionados com a saúde, como por exemplo a Saúde Infantil, Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação; e a realização de rastreios de saúde à população imigrante, no sentido de sensibilizar a população imigrante para a vigilância de saúde, todas estas atividades pretendendo sensibilizar e fomentar as competências no âmbito da saúde. Concomitantemente, tentar-se-á realização consultas de vigilância de saúde à população imigrante, nomeadamente em risco social/desfavorecida. Por outro lado, de forma a facilitar o acolhimento e atendimento de imigrantes no Centro de Saúde, almeja-se divulgar o Manual de Acolhimento a Cidadãos Estrangeiros no Sistema de Saúde, divulgando-o junto dos/as técnicos/as de saúde e pessoal auxiliar.

3.2.8. Solidariedade e Resposta Social

Relativamente à área da *Solidariedade e Resposta Social*, devido à percentagem significativa de mulheres imigrantes vítimas de violência doméstica, preconiza-se a sensibilização nesta temática, assim como a sensibilização da população imigrante para o Apoio Extraordinário aos/às Alunos/as do Ensino Superior, de forma a fomentar a frequência do ensino superior, por parte dos/as filhos/as nas famílias imigrantes, nomeadamente carenciadas. Pretende-se ainda alertar a população imigrante para os direitos das crianças, de forma a reduzir o número de casos de crianças imigrantes/descendentes de imigrantes na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

3.2.9. Cidadania e Participação Cívica

No que respeita à área da *Cidadania e Participação Cívica*, pretende-se reforçar a divulgação da importância e procedimentos para o recenseamento eleitoral da população imigrante, assim como promover o associativismo junto da população imigrante, de forma a incentivar à participação cívica de todos/as e à eventual constituição de uma Associação de Imigrantes.

3.2.10. Média e Sensibilização da Opinião Pública

Na área dos *Média e Sensibilização da Opinião Pública*, relativamente ao último aspeto, são levadas a cabo diversas iniciativas, nomeadamente referidas nas demais áreas, como por exemplo a Semana da Interculturalidade, que pretende promover a interculturalidade e sensibilizar a comunidade para o acolhimento e integração de imigrantes, envolvendo diversos público-alvo. No que respeita à inexistência de um meio de comunicação específico da população imigrante, pretende-se criar o mesmo, seja um jornal ou boletim e/ou uma plataforma *online*, conjuntamente com um mural de divulgação de iniciativas locais e nacionais, a implementar no edifício onde funciona o CLAIL (assim como o GIP e a Ação Social).

3.2.11. Racismo e Discriminação

Relativamente à área do *Racismo e Discriminação*, dado que a maior parte dos imigrantes auscultados/as se sentiu discriminado/a principalmente pela entidade empregadora e colegas de trabalho, pretende-se cruzar esta área com a do Mercado de Trabalho, através da conceção de uma campanha de sensibilização às empresas, de forma a reduzir a discriminação laboral. Almeja-se também sensibilizar a comunidade em geral para a não-discriminação, através de ações e/ou meios de sensibilização à interculturalidade, aceitação das diferenças e não-discriminação.

3.2.12. Relações Internacionais

No aspeto das *Relações Internacionais*, uma das dificuldades diagnosticadas tem sido o desenvolvimento do Projeto Sal Carinho, pelo que se ambiciona proceder a uma melhor e maior divulgação do referido Projeto, de forma a aumentar o número de padrinhos e madrinhas, possibilitando mais auxílio às crianças do Sal, no âmbito da gemação com o Município do Sal.

3.2.13. Religião

No que concerne à *Religião*, face à diversidade de religiões existentes no concelho, pretende-se fomentar o diálogo inter-religioso, nomeadamente através da implementação de uma ação sobre não-discriminação religiosa/ diálogo inter-religioso, envolvendo pelo menos três das religiões representadas no concelho.

Tabela Resumo – Dimensão Operacional

Áreas	Objetivos Estratégicos/Generais	Objetivos Operacionais/Específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
1 - Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	Ampliar o conhecimento da população imigrante nomeadamente NPT, sobre o reconhecimento de habilitações/qualificações	Dotar a população imigrante, nomeadamente NPT, de conhecimentos acerca do reconhecimento de habilitações/qualificações	1.1. Criar e divulgar um folheto sobre o processo de reconhecimento de habilitações/qualificações para imigrantes, nomeadamente NPT, traduzido em Inglês, Ucrainiano e Russo	1	Criação do folheto durante o ano de 2015; Distribuição de pelo menos 30 folhetos	Criação do folheto; N.º de folhetos distribuídos	CMA (CLAII e GIP)
	Aumentar o conhecimento, por parte das pessoas imigrantes, nomeadamente NPT, do GIP e suas competências, de forma a aumentar a empregabilidade	Aumentar a procura do GIP por parte das pessoas imigrantes, nomeadamente NPT	1.2. Adaptar o folheto do GIP, traduzindo-o em Inglês, Ucrainiano e Russo e distribuir pela população e locais públicos	1	Aumento anual do n.º de imigrantes NPT atendidos/as pelo GIP	N.º de imigrantes NPT atendidos/as anualmente pelo GIP	CMA (GIP)
	Entender e desmistificar estereótipos acerca da contratação de imigrantes e da população imigrante, nomeadamente NPT	Promover a sensibilização sobre os direitos e deveres dos/as empregadores/as em matéria laboral no que respeita à não-discriminação laboral e contratação de estrangeiros/as	1.3. Conceber uma campanha de sensibilização, nomeadamente <i>online</i> , às empresas sobre os direitos e deveres dos/as empregadores/as em matéria laboral no que respeita à não-discriminação laboral e contratação de estrangeiros/as	1	Sensibilizar pelo menos 10 empresas até ao final de 2016	Conceção da campanha até ao final do 1.º semestre 2016; N.º de empresas atingidas pela campanha	CMA (CLAII e GIP) CTIC/APIC*
	Fomentar o empreendedorismo imigrante, sobretudo de NPT	Dotar a população imigrante, nomeadamente NPT, de competências de empreendedorismo e criação do próprio emprego	1.4. Desenvolver um panfleto sobre os apoios ao empreendedorismo, particularmente os específicos para imigrantes; implementar sessões de incentivo ao empreendedorismo imigrante; realizar a Feirinha Imigrante	1	Distribuir o panfleto por pelo menos 30 NPT; implementação de 1 sessão por ano; realização da Feirinha Imigrante durante o ano de 2016	N.º de NPT que recebem o panfleto; N.º de sessões realizadas; Feirinha Imigrante realizada	CMA (CLAII e GIP) Nersant*
	Aumentar a atração do Município de Alcanena como potencial área de investimento por estrangeiros/as	Divulgar os recursos e benefícios do Município de Alcanena como potencial área de investimento, estrangeiros/as residentes e não-residentes no concelho	1.5. Criar uma plataforma de divulgação sobre as potencialidades do Município de Alcanena como área de investimento	2	Divulgação da Plataforma por pelo menos 20 NPT até ao final de 2017	N.º de pessoas atingidas pela Plataforma	CMA CTIC/APIC*

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Objetivos Operacionais/Específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
2 - Serviços de Acolhimento e Integração	Aumentar o conhecimento da população imigrante sobre os serviços disponíveis no concelho	Facilitar o acesso da população imigrante aos serviços disponíveis no concelho (Segurança Social, Centro de Saúde, etc.) e dos projetos e atividades do CLAI	2.1. Transformar o Kit de Acolhimento à Pessoa Imigrante do CLAI numa brochura/livrete sobre os serviços e projetos disponíveis no concelho **	1	Distribuição de pelo menos 30 Kit's anualmente	N.º de Kit's de Acolhimento distribuídos por ano	CMA (CLAI) Segurança Social* Centro de Saúde
	Fomentar os contactos ao CLAI, por parte de outros municípios do Médio Tejo, ampliando a ação do CLAI	Aumentar o número de contactos efetuados por parte de outros municípios do Médio Tejo ao CLAI	2.2. Reforçar a divulgação do CLAI de Alcanena junto dos outros municípios do Médio Tejo, através da criação de uma lista de <i>mailing</i> e envio regular de informação pertinente	1	Pelo menos 6 contactos anuais efetuados ao CLAI pelos municípios do Médio Tejo	N.º de contactos efetuados ao CLAI pelos municípios do Médio Tejo	CMA (CLAI)
	Ampliar a divulgação do CLAI nas Juntas e Uniãoes de Freguesia do Concelho e na secção de taxas e licenças da Câmara Municipal	Aumentar o número de pessoas imigrantes, particularmente NPT, atendidas pelo CLAI, encaminhadas pelas Juntas e Uniãoes de Freguesia e secção de taxas e licenças	2.3. Distribuir o folheto do CLAI a todos/as os/as imigrantes, particularmente NPT, atendidos/as nas Juntas e Uniãoes de Freguesia e Secção de Taxas e Licenças da CMA	1	Pelo menos 5 pessoas imigrantes NPT por ano atendidas pelo CLAI, encaminhadas pelas Juntas, Uniãoes e Taxas e Licenças	N.º de pessoas imigrantes que se dirigem ao CLAI encaminhadas pelas Juntas, Uniãoes e Taxas e Licenças	Juntas e Uniãoes de Freguesia CMA (Secção de Taxas e Licenças)
	Ampliar a divulgação do CLAI nas escolas	Aumentar o conhecimento da comunidade escolar, especialmente a imigrante, das atividades realizadas no âmbito da interculturalidade e integração, realizadas pelo CLAI	2.4. Criar um canal de comunicação entre o CLAI e o Agrupamento de Escolas, para conhecimento e divulgação das atividades realizadas pelo CLAI e pela Escola, nomeadamente junto da população imigrante ***	1	Divulgação de pelo menos 2 atividades por ano, do CLAI; divulgação de cartaz sobre o CLAI	N.º de atividades divulgadas por ano, do CLAI; criação do cartaz sobre o CLAI	CMA (CLAI) Agrupamento de Escolas*
	Fomentar o conhecimento turístico e cultural de Portugal, nomeadamente do Concelho de Alcanena, por parte da população imigrante, sobretudo NPT, de forma a promover uma melhor integração	Aumentar o conhecimento turístico e cultural de Portugal, proporcionando visitas e excursões a locais de interesse, ao nível local e nacional	2.5. Realizar visitas e/ou excursões a locais de interesse no concelho (lugares e edifícios históricos, atividades tradicionais, locais turísticos, etc.) e ao nível nacional	2	Realização de pelo menos 1 atividade em 2016 e 1 atividade em 2017	N.º de atividades realizadas por ano	Junta de Freguesia de Bugalhos e Junta de Freguesia de Monsanto

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Objetivos Operacionais/Específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
3 - Urbanismo e Habitação	Aumentar a dinamização dos espaços frequentados pela população imigrante, nomeadamente NPT	Dinamizar pelo menos um dos espaços frequentados, para a interculturalidade e imigração	3.1. Implementar uma atividade destinada à população imigrante, nomeadamente NPT, num dos espaços frequentados por esta população – jogos tradicionais e interculturais, danças, atividades desportivas	2	Implementação de pelo menos 1 atividade em 2016 e 1 atividade em 2017	N.º de atividades implementadas	ARPICA/CC5B
4 - Educação e Língua	Fomentar o conhecimento das atividades realizadas no âmbito da interculturalidade e integração, realizadas pelo Agrupamento de Escolas e divulgar as realizadas pelo CLAII junto do Agrupamento	Aumentar o conhecimento do CLAII e da comunidade, especialmente a imigrante, das atividades realizadas no âmbito da interculturalidade e integração, realizadas pelo Agrupamento de Escolas e vice-versa	4.1. Criar um canal de comunicação entre o CLAII e o Agrupamento de Escolas, para conhecimento e divulgação das atividades realizadas pelo CLAII e pela Escola, nomeadamente junto da população imigrante **	1	Divulgação de pelo menos 2 atividades por ano, do CLAII e do Agrupamento de Escolas	N.º de atividades divulgadas por ano, do CLAII e do Agrupamento de Escolas	CMA (CLAII) Agrupamento de Escolas*
	Aumentar o domínio da Língua Portuguesa, por parte da população imigrante, nomeadamente NPT, de forma a fomentar a sua integração	Aumentar as competências de cidadãos/ãs estrangeiros/as – NPT - ao nível da expressão oral e escrita em Língua Portuguesa	4.2. Implementar <i>Workshops</i> sobre Português para estrangeiros/as, reforço da divulgação do Programa Mentores para Imigrantes – PMI (como forma de aprender o Português), verificação da viabilidade de aulas de Português <i>online</i>	1	Realização de pelo menos 1 <i>Workshop</i> em 2016 e 2017; 1 sessão anual de sensibilização ao PMI	N.º de <i>Workshops</i> realizados; N.º de sessões de sensibilização ao PMI	CMA (CLAII) Banco Local de Voluntariado Juntas e Uniões de Freguesia
	Aumentar a sensibilização dos/as alunos/as do Agrupamento de Escolas à temática da interculturalidade	Divulgar recursos pedagógicos interculturais junto do Agrupamento de Escolas, para disseminação entre os/as alunos/as	4.3. Facultar ao Agrupamento de Escolas folhetos, panfletos, livros, dvd's e outros recursos pedagógicos interculturais	1	Realização de pelo menos 1 doação anual de recursos pedagógicos interculturais ao Agrupamento de Escolas	Concretização da doação; N.º de doações anuais efetuadas	CMA (CLAII) Agrupamento de Escolas*
	Sensibilizar a comunidade para outras línguas, facilitando a integração dos/as imigrantes, nomeadamente NPT	Facultar à comunidade competências linguísticas que permitam uma melhor comunicação com a comunidade imigrante, nomeadamente NPT	4.4. Realizar <i>Workshops</i> de línguas estrangeiras (Mandarim, Crioulo, Ucrainiano, etc.) para a comunidade	2	Implementação de pelo menos 1 <i>Workshop</i> por ano	N.º de <i>Workshops</i> anuais implementados	APAL*

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Objetivos Operacionais/Específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
5 - Capacitação e Formação	Ampliar o reforço de competências interculturais de técnicos/as de instituições privadas e públicas do município	Aumentar as competências interculturais de técnicos/as de instituições privadas e públicas do município, de forma a promover um melhor atendimento e integração de imigrantes, nomeadamente NPT	5.1. Realizar ações de sensibilização sobre legislação, atendimento, particularidades da população imigrante, etc.	2	Realização de pelo menos 1 ação de sensibilização no âmbito da interculturalidade e integração por ano, em 2016 e 2017	N.º de ações anuais de sensibilização no âmbito da interculturalidade e integração	ACM
6 - Cultura	Fomentar a frequência de atividades culturais municipais pelos/as imigrantes, nomeadamente NPT	Aumentar o conhecimento das atividades culturais promovidas pela CMA	6.1. Conceber uma plataforma de divulgação das atividades culturais promovidas pela CMA, junto da população imigrante	2	Conceção da plataforma até ao final do 1.º semestre de 2016	Data de conceção da plataforma	CMA (CLAII e Secção de Cultura)
	Promover e celebrar a diversidade cultural junto da comunidade e a integração de imigrantes através de eventos culturais	Ampliar a difusão da diversidade cultural junto de diversos públicos-alvo, valorizando o contributo das pessoas imigrantes e das suas culturas de pertença	6.2. Implementar a Semana da Interculturalidade	1	Implementação anual da Semana da Interculturalidade	Concretização da Semana da Interculturalidade	CMA (CLAII)
	Promover a interculturalidade ao nível literário	Fomentar a leitura intercultural e a leitura por parte da população imigrante, nomeadamente NPT	6.3. Realizar uma mostra de livros para a interculturalidade	1	Realização da mostra durante o ano de 2016	Concretização da mostra; data de realização	CMA (Biblioteca)
7 - Saúde	Aumentar o conhecimento dos/as imigrantes, designadamente NPT, sobre os procedimentos de acesso à saúde e localização dos serviços de saúde	Aumentar as competências dos/as imigrantes, designadamente NPT, sobre procedimentos de acesso à saúde e localização dos serviços de saúde	7.1. Criar brochuras sobre o acesso à saúde (acesso ao número de utente, pagamento das taxas moderadoras, etc.) e localização dos serviços de saúde, traduzidas em Inglês, Ucrainiano e Russo*	1	Criação da brochura até final de 2015; distribuição de pelo menos 50 brochuras por ano	Data de criação da brochura; N.º de brochuras distribuídas anualmente (2016 e 2017)	Centro de Saúde UCCOA
	Criar e divulgar a informação acerca de cuidados de saúde junto da população imigrante, nomeadamente NPT	Aumentar a compreensão da população imigrante, nomeadamente NPT, sobre os diversos aspetos da saúde (Saúde Infantil, Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação)	7.2. Elaborar ou adaptar suportes informativos (panfletos, cartazes...) nos idiomas com maior representatividade de imigrantes, sobre diversas áreas de intervenção (Saúde Infantil, Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação)	2	Criação/ adaptação de pelo menos 1 suporte informativo até ao final de 2016	Número de suportes informativos criados; Data de criação/ adaptação da brochura	Centro de Saúde UCCOA

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos Operacionais/ Específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
7 - Saúde	Aumentar a sensibilização da população imigrante, particularmente NPT, para os cuidados de saúde	Sensibilizar a população imigrante, particularmente NPT, para a vigilância de saúde, nas diferentes áreas prioritárias	7.3. Realizar rastreios de saúde junto da população imigrante, particularmente NPT	1	Pelo menos 1 rastreio de saúde por ano (2016 e 2017)	N.º de rastreios de saúde realizados anualmente	UCCAO Bombeiros Municipais*
	Facilitar o acolhimento/atendimento a imigrantes no sistema de saúde	Aumentar as competências de interculturalidade e acolhimento de imigrantes dos/as técnicos/as de saúde	7.4. Divulgar o Manual de Acolhimento a Cidadãos Estrangeiros no Sistema de Saúde, junto dos os serviços de saúde do concelho (Centro Saúde e Extensões)	1	Divulgação junto de todos os serviços de saúde do concelho	N.º de serviços que conhecem o Manual	Centro de Saúde UCCAO
8 - Solidariedade e Resposta Social	Aumentar a sensibilização da população imigrante, nomeadamente NPT, à violência doméstica	Amplificar os conhecimentos da população imigrante, nomeadamente NPT, sobre o fenómeno da violência doméstica	8.1. Promover ações de sensibilização sobre violência doméstica, em que participe a população imigrante	1	Implementação de pelo menos 1 ação por ano; participação de pelo menos 10 imigrantes participantes por ano	N.º de ações de sensibilização realizadas; n.º de imigrantes participantes	EMIVA
	Consciencializar as famílias imigrantes carenciadas sobre a existência de auxílio económico a alunos/as imigrantes no Ensino Superior, fomentando o prosseguimento de estudos	Aumentar o n.º de alunos/as imigrantes conhecedores do Apoio Extraordinário aos/às Alunos/as do Ensino Superior	8.2. Criar um suporte de divulgação do Apoio Extraordinário aos/às Alunos/as do Ensino Superior junto dos/as alunos/as imigrantes carenciados/as	2	Criação do suporte; pelo menos 5 alunos/as imigrantes conhecedores/as do Apoio, por ano letivo	Criação do suporte; N.º de alunos/as imigrantes conhecedores/as do Apoio	CMA (CLAII e Ação Social)
	Alertar a população imigrante, particularmente NPT, para os direitos das crianças	Ampliar o conhecimento da população imigrante, particularmente NPT, sobre os direitos das crianças, nomeadamente sobre a legislação portuguesa no âmbito do assunto	8.3. Desenvolver um suporte informativo/campanha de sensibilização aos direitos das crianças de todas as etnias e culturas e divulgar junto da população imigrante, particularmente NPT	2	Distribuição da informação junto de pelo menos 10 famílias imigrantes; realização do suporte/campanha durante o ano de 2017	N.º de famílias imigrantes abrangidas pela informação; data de realização do suporte/campanha	CPCJ
9 - Cidadania e Participação Cívica	Promover o recenseamento eleitoral da população imigrante	Reforçar a divulgação do folheto sobre o recenseamento eleitoral, nomeadamente no período anterior a atos eleitorais	9.1. Realizar sessões de divulgação sobre o recenseamento eleitoral de imigrantes	1	Realização de pelo menos 1 sessão no período que antecede atos eleitorais	Realização das sessões no período considerado	Juntas e Uniões de Freguesia

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Objetivos Operacionais/Específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
9 - Cidadania e Participação Cívica	Promover o associativismo junto da população imigrante	Fomentar a participação dos/as imigrantes no associativismo e a criação de uma associação de imigrantes	9.2. Implementar ações de sensibilização ao associativismo imigrante	1	Implementação de pelo menos 1 ação de sensibilização associativismo imigrante por ano (2016 e 2017)	N.º de ações de sensibilização associativismo imigrante; caráter anual das ações	CMA (Secção Cultura e Fórum do Associativismo)
10 - Media e Sensibilização da Opinião Pública	Difundir informação pertinente para a população imigrante	Aumentar a informação da população imigrante sobre todas as iniciativas locais e nacionais no âmbito da interculturalidade, assim como promover a participação dos/as imigrantes na vida local	10.1. Criar um meio de comunicação de e para a população imigrante – jornal/boletim, mural na Ação Social/CLAII e/ou plataforma <i>online</i>	2	Criação de pelo menos 1 meio de comunicação criado até ao final de 2017	Criação do meio de comunicação ; data de criação do meio de comunicação	CMA (CLAII) CBES Alcanena*
11 - Racismo e Discriminação	Sensibilizar as entidades empregadoras e trabalhadores/as para a não-discriminação	Promover ações de sensibilização sobre os direitos e deveres dos/as empregadores/as em matéria laboral no que respeita à não-discriminação laboral e contratação de estrangeiros/as, em diversos suportes	11.1. Conceber uma campanha de sensibilização, nomeadamente <i>online</i> , às empresas sobre os direitos e deveres dos/as empregadores/as em matéria laboral no que respeita à não-discriminação laboral e contratação de estrangeiros/as	1	Sensibilização de pelo menos 10 empresas até ao final de 2017	N.º de empresas atingidas pela campanha	CMA (CLAII) AIJIL
	Sensibilizar a comunidade para a não-discriminação	Aumentar as competências interculturais, de acolhimento e integração de imigrantes, por parte da comunidade em geral	11.2. Implementar ações/meios de sensibilização sobre interculturalidade, aceitação das diferenças e não-discriminação	2	Pelo menos 1 ação/meio implementado, por ano (2016 e 2017)	N.º de ações/meios implementados	ACM
12 - Relações Internacionais	Aumentar a adesão ao Projeto Sal Carinho	Ampliar o número de padrinhos e madrinhas no âmbito do Projeto Sal Carinho	12.1. Elaborar um suporte informativo com registo fotográfico sobre as crianças a apadrinhar - dia-a-dia, família, necessidades - reforçando a divulgação do Projeto em alturas específicas, como a época natalícia	2	Pelo menos 3 padrinhos/ madrinhas por ano	N.º de padrinhos/ madrinhas anual	CMA (CLAII e Ação Social)

Áreas	Objetivos Estratégicos/ Gerais	Objetivos Operacionais/Específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
13 - Religião	Sensibilizar a comunidade para a não-discriminação religiosa	Aumentar as competências da comunidade sobre o acolhimento e integração de imigrantes e respeito pelas diversas religiões	13.1. Implementar um Workshop sobre não-discriminação religiosa/diálogo inter-religioso	2	Implementar pelo menos 1 Workshop durante o ano de 2017; participação representativa de pelo menos 3 religiões	N.º de ações implementadas; n.º de religiões participantes	Igrejas e Pastores do Concelho (comunidade religiosa) ACM

* Entidades que não confirmaram a sua participação na atividade; caso não participem, será a Câmara Municipal de Alcanena a assegurar as atividades

**Possibilidade da informação sobre o acesso à saúde ser integrada no livrete do Kit de Acolhimento à Pessoa Imigrante

*** Mesma medida

Siglas:

ACM – Alto Comissariado para as Migrações

AIJIL – Associação de Apoio Integrado a Jovens e Idosos de Louriceira

APAL – Associação de Pais de Alcanena

ARPICA/CC5B – Associação de Reformados, Pensionista e Idosos do Concelho de Alcanena CC5B

CBES Alcanena – Centro de Bem Estar Social de Alcanena

CLAII – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes

CMA – Câmara Municipal de Alcanena

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CTIC/APIIC – Centro Tecnológico das Indústrias de Couro / Associação Portuguesa de Industriais de Curtumes

EMIVA – Equipa Municipal de Intervenção na Violência de Alcanena

GIP – Gabinete de Inserção Profissional

UCCOA – Unidade de Cuidados na Comunidade Olhos de Água

Cronograma

Área	N.º Medida	Medidas	Anos		
			2015	2016	2017
1	1.1.	Criar e divulgar um folheto sobre o processo de reconhecimento de habilitações/qualificações para imigrantes, nomeadamente NPT, traduzido em Inglês, Ucrainiano e Russo	X		
	1.2.	Adaptar o folheto do GIP, traduzindo-o em Inglês, Ucrainiano e Russo e distribuir pela população e locais públicos	X	X	X
	1.3.	Conceber uma campanha de sensibilização, nomeadamente <i>online</i> , às empresas sobre os direitos e deveres dos/as empregadores/as em matéria laboral no que respeita à não-discriminação laboral e contratação de estrangeiros/as		X	X
	1.4.	Desenvolver um panfleto sobre os apoios ao empreendedorismo, particularmente os específicos para imigrantes; implementar sessões de incentivo ao empreendedorismo imigrante; realizar a Feirinha Imigrante	X	X	X
	1.5.	Criar uma plataforma de divulgação sobre as potencialidades do Município de Alcanena como área de investimento		X	X
2	2.1.	Transformar o Kit de Acolhimento à Pessoa Imigrante do CLAII numa brochura/livrete sobre os serviços e projetos disponíveis no concelho	X	X	X
	2.2.	Reforçar a divulgação do CLAII de Alcanena junto dos outros municípios do Médio Tejo, através da criação de uma lista de <i>mailing</i> e envio regular de informação pertinente	X	X	X
	2.3.	Distribuir o folheto do CLAII a todos/as os/as imigrantes, particularmente NPT, atendidos/as nas Juntas e Uniãos de Freguesia e Secção de Taxas e Licenças da CMA	X	X	X
	2.4.	Criar um canal de comunicação entre o CLAII e o Agrupamento de Escolas, para conhecimento e divulgação das atividades realizadas pelo CLAII e pela Escola, nomeadamente junto da população imigrante	X	X	X
	2.5.	Realizar visitas e/ou excursões a locais de interesse no concelho (lugares e edifícios históricos, atividades tradicionais, locais turísticos, etc.) e ao nível nacional		X	X
3	3.1.	Implementar uma atividade destinada à população imigrante, nomeadamente NPT, num dos espaços frequentados por esta população – jogos tradicionais e interculturais, danças, atividades desportivas		X	X
4	4.1.	Criar um canal de comunicação entre o CLAII e o Agrupamento de Escolas, para conhecimento e divulgação das atividades realizadas pelo CLAII e pela Escola, nomeadamente junto da população imigrante	X	X	X
	4.2.	Implementar <i>Workshops</i> sobre Português para estrangeiros/as, reforço da divulgação do Programa Mentores para Imigrantes – PMI (como forma de aprender o Português), verificação da viabilidade de aulas de Português <i>online</i>	X	X	X
	4.3.	Facultar ao Agrupamento de Escolas folhetos, panfletos, livros, dvd's e outros recursos pedagógicos interculturais	X	X	X
	4.4.	Realizar <i>Workshops</i> de línguas estrangeiras (Mandarim, Crioulo, Ucrainiano, etc.) para a comunidade		X	X
5	5.1.	Realizar ações de sensibilização sobre legislação, atendimento, particularidades da população imigrante		X	X
6	6.1.	Conceber uma plataforma de divulgação das atividades culturais promovidas pela CMA, junto da população imigrante		X	X
	6.2.	Implementar a Semana da Interculturalidade		X	X
	6.3.	Realizar uma mostra de livros para a interculturalidade		X	
7	7.1.	Criar brochuras sobre o acesso à saúde (acesso ao número de utente, pagamento das taxas moderadoras, etc.) e localização dos serviços de saúde, traduzidas em Inglês, Ucrainiano e Russo*	X	X	X
	7.2.	Elaborar ou adaptar suportes informativos (panfletos, cartazes...) nos idiomas com maior representatividade de imigrantes, sobre diversas áreas de intervenção (Saúde Infantil, Juvenil, Planeamento Familiar, Saúde Materna e Vacinação)		X	X
	7.3.	Realizar rastreios de saúde junto da população imigrante, particularmente NPT		X	X
	7.4.	Divulgar o Manual de Acolhimento a Cidadãos Estrangeiros no Sistema de Saúde, junto dos os serviços de saúde do concelho (Centro Saúde e Extensões)		X	X
8	8.1.	Promover ações de sensibilização sobre violência doméstica, em que participe a população imigrante	X	X	X
	8.2.	Criar um suporte de divulgação do Apoio Extraordinário aos/às Alunos/as do Ensino Superior junto dos/as alunos/as imigrantes carenciados/as	X	X	X
	8.3.	Desenvolver um suporte informativo/campanha de sensibilização aos direitos das crianças de todas as etnias e culturas e divulgar junto da população imigrante, particularmente NPT			X
9	9.1.	Realizar sessões de divulgação sobre o recenseamento eleitoral de imigrantes	X	X	X

Área	N.º Medida	Medidas	Anos		
9	9.2.	Implementar ações de sensibilização ao associativismo imigrante		X	X
10	10.1.	Criar um meio de comunicação de e para a população imigrante –jornal/boletim, mural na Ação Social/CLAI e/ou plataforma <i>online</i>	X	X	X
11	11.1.	Conceber uma campanha de sensibilização, nomeadamente <i>online</i> , às empresas sobre os direitos e deveres dos/as empregadores/as em matéria laboral no que respeita à não-discriminação laboral e contratação de estrangeiros/as	X	X	X
	11.2.	Implementar ações/meios de sensibilização sobre interculturalidade, aceitação das diferenças e não-discriminação		X	X
12	12.1.	Elaborar um suporte informativo com registo fotográfico sobre as crianças a apadrinhar - dia-a-dia, família, necessidades - reforçando a divulgação do Projeto em alturas específicas, como a época natalícia	X	X	X
13	13.1.	Implementar um Workshop sobre não-discriminação religiosa/diálogo inter-religioso			X

3.3. Modelo de Monitorização e Avaliação

Será efetuada avaliação quantitativa e qualitativa de cada atividade realizada sempre que possível, essencialmente através de observação direta e da aplicação de questionários.

Trimestralmente e anualmente, serão elaborados relatórios de avaliação com os resultados das atividades realizadas, tendo em consideração os indicadores e as metas do Plano, verificando o seu atingimento e, caso se considere necessário, proceder à alteração da(s) atividade(s) posterior(es) planeada(s). Será portanto efetuado o acompanhamento e monitorização permanente das estratégias e das atividades realizadas, através da recolha e tratamento de dados relativos aos vários domínios de desempenho do Plano, assumindo um carácter descritivo, qualitativo, sistemático e contínuo, podendo determinar a adoção de medidas de ajustamento ou correção de estratégias.

Entre outros fatores, será tomada em consideração a *relevância*, de forma a avaliar em que medida os objetivos estabelecidos contribuíram para resolver o problema ou aproveitar uma oportunidade identificada; a *coerência*, que permite avaliar em que medida os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis foram suficientes para fazer face aos objetivos e aferir se o calendário proposto foi suficiente para a consecução dos objetivos estabelecidos; a *eficácia*, de forma a avaliar em que medida os resultados previstos foram atingidos, quais os desvios verificados e sua justificação; o *impacto*, permitindo avaliar em que medida os objetivos estratégicos foram alcançados; e a *eficiência*, de forma a avaliar a relação entre custos e resultados obtidos, questionando se teria sido possível obter os mesmos ou melhores resultados com a utilização de menos recursos humanos, materiais e financeiros.

Ainda neste seguimento, proceder-se-á à construção de instrumentos de análise da informação disponível, como grelhas de análise e listas diversas (problemas e obstáculos, principais recursos disponíveis, etc.).

O acompanhamento e monitorização do Plano será efetivado através da Plataforma de Monitorização, que reunirá periodicamente para verificar o cumprimento das atividades do Plano, sendo estas responsabilidade de um subgrupo de entidades do Fórum para a Integração e Interculturalidade (que não a Câmara Municipal), subgrupo este a designar, com o intuito de produzir o *feedback* necessário à aferição da eficácia do Plano.

No final da vigência do atual Plano, proceder-se-á à auscultação da população imigrante através de reuniões, entrevistas e inquéritos por questionário, assim como à auscultação da Plataforma de Monitorização do Plano e à verificação dos objetivos e resultados atingidos e não atingidos, encerrando com uma avaliação qualitativa e quantitativa, no sentido de propor um segundo Plano Municipal para a Integração de Imigrantes pós-2017. Esta avaliação final pretende avaliar o progresso realizado no final da implementação do projeto, no sentido de aferir resultados recolhidos pelas avaliações periódicas e obter indicadores que permitam aperfeiçoar a sua execução. Corresponde a um balanço final e a uma visão de conjunto do caminho percorrido.

O relatório de avaliação final deverá ser apreciado pela Presidente da Câmara Municipal e eventualmente presente a Reunião de Câmara e de Assembleia Municipal.

3.4. Acompanhamento e Modelo de Governação

A Câmara Municipal de Alcanena, nomeadamente através do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI), será a principal responsável pela implementação das atividades. O Gabinete de Inserção Profissional (GIP), a CPCJ, Ação Social, o Banco Local de Voluntariado, a secção de Cultura, Biblioteca e Secção de Taxas e Licenças, pertencentes à Câmara Municipal, terão também algumas responsabilidades na realização de medidas. Paralelamente, as entidades do Conselho Local de Ação Social e aquelas que constituem a Plataforma de Monitorização possuem igualmente compromissos na realização das atividades do Plano. Preconiza-se obviamente o envolvimento de toda a comunidade, nomeadamente da comunidade imigrante e, dentro desta, dos/as Nacionais de Países Terceiros (NPT). Conforme vaticinado no início do presente documento, através do envolvimento e contributo de todas as entidades e população, será possível introduzir melhorias na realidade de toda a população do concelho – particularmente pessoas imigrantes -, promovendo a interculturalidade e integração.

Durante a implementação do PMII, a Plataforma de Monitorização – constituída por entidades locais, pessoas imigrantes, equipa do CLAI/Ação Social e demais interessados/as – irá reunir, de forma ordinária, trimestralmente, sendo que poderão existir reuniões extraordinárias, de forma a monitorizar a implementação do Plano e a determinar eventuais ajustes.

O Conselho Local de Ação Social, nomeadamente nas suas reuniões, irá estar ao corrente de todos os desenvolvimentos do PMII, podendo a qualquer altura dar sugestões e propor

alterações. O Plano de Desenvolvimento Social que será desenvolvido pela Câmara Municipal, terá em consideração o diagnóstico e o plano de ação do PMII, assim como a atualização do Plano Municipal para a Igualdade de Género terá igualmente este documento em consideração.

3.5. Breve Conclusão

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes indubitavelmente veio permitir um maior conhecimento da realidade, necessidades e dificuldades da população imigrante do concelho, que em algumas temáticas se cruzam com as necessidades e dificuldades sentidas pelos/as próprios/as autóctones, nomeadamente no que respeita ao mercado de trabalho/emprego, havendo depois questões mais específicas da população estrangeira, como por exemplo o racismo e discriminação. O diagnóstico veio confirmar a necessidade de facultar respostas semelhantes para a população imigrante – comparativamente à população autóctone – contudo tendo que adaptar essas mesmas respostas às especificidades desta população.

O Plano teve como principal constrangimento o curto espaço de tempo para a sua execução. Contudo, espera-se que colmate as necessidades e dificuldades diagnosticadas, sobretudo e acima de tudo, através de um trabalho em rede, em parceria, com a colaboração das entidades locais e com o envolvimento da própria população imigrante, dado que o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes é destes/as e de todos/as, para estes/as e para todos/as.

5. Referências Bibliográficas e Eletrónicas

- *A Imigração*. Paulo Renato Baronet Sousa, Universidade de Coimbra, 2005. <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2004014.pdf>, Acedido em 18-02-2015
- *Acesso à Habitação e Problemas Residenciais dos Imigrantes em Portugal*. Jorge Malheiros (Coord.) e Lucinda Fonseca (Coord.), Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, 2011
- *Alto Comissariado para as Migrações*, <http://www.acidi.gov.pt/>, Acedido a 27-03-2015
- *Anuário Estatístico da Região Centro 2013*, Instituto Nacional de Estatística, 2014
- *Aprovação do Regulamento do Projeto “Sal Carinho”*, Aviso n.º 15312/2012, D.R. n.º 221, Série II de 2012-11-15
- *Censos 2011 – Resultados Definitivos*, Instituto Nacional de Estatística, 2012
- *Diagnóstico da População Imigrante em Portugal*. Jorge Malheiros (Coord.) e Alina Esteves (Coord.), Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, 2013
- *Imigrantes e Segurança Social em Portugal*. João Peixoto (Coord.), Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, IP, 2011
- *Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu*, <http://www.igfse.pt>, Acedido em 30-03-2015
- *Mapa n.º 1/2014 da Direção Geral da Administração Interna*, Diário da República, 2.ª série, n.º 43 de 3 de Março
- *Monitorizar a Integração de Imigrantes em Portugal: Relatório Estatístico Decenal*. Catarina Reis Oliveira (Coord.) e Natália Gomes – (Imigração em Números;1), Alto Comissariado para a Migrações, IP, 2014
- *Observatório da Imigração*, <http://www.oi.acidi.gov.pt>, Acedido a 27-03-2015
- *PEM – Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020*, Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, Diário da República, 1.ª série, N.º 56, 20 de março de 2015

- *Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alcanena*, Despacho 11305/2014, Diário da República, 2.ª série, n.º 172 de 8 de setembro de 2014, atualizado
- *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo – 2013*. António Carlos Patrícia (Coord.) e Pedro Dias, Rui Machado e Alexandra Ramos Bento. SEF/GEPE, 2014
- Sefstat – Portal de Estatística, <http://sefstat.sef.pt/home.aspx>, Acedido em 26-02-2015

5. Anexos

Índice de Anexos

- Anexo 1** – Lista de Questionário Enviados e Recebidos
- Anexo 2** – Modelo do Questionário “Educação”
- Anexo 3** - Modelo do Questionário “Emprego e Empreendedorismo”
- Anexo 4** - Modelo do Questionário “Emprego e Formação”
- Anexo 5** - Modelo do Questionário “Empresas”
- Anexo 6** - Modelo do Questionário “Imigrantes”
- Anexo 7** - Modelo do Questionário “IPSS”
- Anexo 8** - Modelo do Questionário “Outras Entidades”
- Anexo 9** - Modelo do Questionário “Saúde”
- Anexo 10** - Modelo do Questionário “Segurança Social”
- Anexo 11** – Documentos da Reunião de Plataforma de Monitorização (Entidades Locais) – Lista de Presenças, Apresentação Powerpoint, Ficha “Sugestões e Reflexões”, Ficha “Problemas Identificados e Medidas”, Ficha “Tabela Resumo dos Principais Problemas e Dificuldades”
- Anexo 12** – Documentos da Reunião de Plataforma de Monitorização (Imigrantes) – Lista de Presenças, Apresentação Powerpoint, Ordem de Trabalhos
- Anexo 13** – Guião de Entrevista a Imigrantes (Plataforma de Monitorização)
- Anexo 14** – Cartaz de Divulgação do PMII
- Anexo 15** – Modelo de Funcionamento do Fórum para a Integração e Interculturalidade
- Anexo 16** – Declaração de Adesão ao Fórum para a Integração e Interculturalidade